



Universidade de Aveiro
2021

STEFANIE RIGHI

**OS ESTADOS-MEMBROS CREDORES E A CRISE
DO EURO: A IMPARCIALIDADE DA COMISSÃO
EUROPEIA EM JOGO?**



Universidade de
Aveiro
2021

STEFANIE RIGHI

**OS ESTADOS-MEMBROS CREDORES E A CRISE
DO EURO: A IMPARCIALIDADE DA COMISSÃO
EUROPEIA EM JOGO?**

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política, realizada sob a orientação científica do Doutor Carlos Jalali, professor associado do Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território (DCSPT) da Universidade de Aveiro.

o júri

presidente

Prof. Doutora Patrícia Catarina de Sousa e Silva
professora auxiliar, Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Isabel Anunciação Ferraz Camisão
professora auxiliar, Universidade de Coimbra - Faculdade de Letras

Prof. Doutor Varqa Carlos Jalali
professor associado, Universidade de Aveiro

agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer ao meu orientador, professor Carlos Jalali, pela paciência e pela colaboração ao longo de todo o processo da tese. Obrigada pelos comentários, pelos áudios, pelas reuniões, pela compreensão quando eu não era capaz de finalizar tudo a tempo. É muito trabalhoso ser um excelente professor, não é possível encontrá-los em todo lado. Mas tenho muita alegria em afirmar que fui orientada por um professor excelente.

Também gostaria de agradecer ao meu marido, Giovani, pelo tempo despendido em aprender uma linguagem de programação comigo e pela ajuda sem a qual meus resultados não existiriam. E também pelos momentos em que foi capaz de me incentivar e fazer com que eu acreditasse em mim mesma. Obrigada por ter abdicado de tantas coisas para embarcar em um avião para um país novo, para começar do zero (mais uma vez) ao meu lado.

Em terceiro lugar, deixo um agradecimento à minha família. Tive muito apoio de todos para ingressar no mestrado, mesmo isto significando ficar longe deles. A minha mãe, meu pai, minhas duas avós e minha tia, cujas palavras de incentivo e amor permitiram que eu suportasse a imensa saudade para finalizar mais um passo da minha carreira acadêmica. Penso em vocês todos os dias, sinto a vossa falta todos os dias. Mas também lembro que só foi possível estar aqui pelo amor e encorajamento que me deram.

A todos os aqui mencionados, gostaria que soubessem que foram imprescindíveis para que este trabalho esteja sendo apresentado. O vosso apoio fez com que eu me esforçasse, com que eu tivesse persistência mesmo nos momentos mais difíceis. Vocês fizeram com que eu continuasse, mesmo quando pensei que não conseguiria.

Infelizmente não consegui encontrar muitas palavras para expressar o que sinto. É por este motivo que encerro este trecho com o meu mais sincero sentimento de gratidão.

Do fundo do meu coração, muito obrigada.

palavras-chave

Alemanha, Comissão Europeia, crise, eixo franco-alemão, França, influência, União Europeia, zona euro.

Resumo

A dicotomia entre Estados mais ou menos influentes é uma condição quase tão antiga quanto a própria existência do Estado. As questões relativas a poder e influência têm sido largamente debatidas ao longo dos anos e extensivamente exploradas pela literatura, podendo ser consideradas como constantes no cenário político. Recentemente, a partir do contexto acarretado pela crise da zona euro, as discussões em relação à disparidade entre Estados voltaram ao protagonismo no continente europeu. Aos Estados-membros credores, responsáveis por contribuir com os fundos de resgate financeiro, foi muitas vezes atribuída a pressuposição de influência sobre o âmbito institucional da União Europeia durante o período da crise. Dois Estados-membros sobressaem na discussão acerca da influência: Alemanha e França. O histórico do eixo franco-alemão na integração europeia associado ao facto de terem estado entre os Estados-membros que mais contribuíram para os fundos de resgate financeiro contribuiu para que estes estivessem no centro dos debates acerca da influência de Estados mais fortes sobre o âmbito institucional da União Europeia. Porém, até o momento, o nível de influência da Alemanha e da França neste contexto não foi mensurado. Neste trabalho o que buscamos investigar é se Alemanha e França foram capazes de influenciar as medidas tomadas durante a crise da zona euro. Para tal, a instituição Europeia de escolha foi a Comissão Europeia – órgão cuja função pressupõe imparcialidade. Esta investigação foi feita a partir de análise de conteúdo por meio de método misto, com uma fase quantitativa e uma qualitativa. Foram analisados documentos de chefes de governo e ministros responsáveis por assuntos da zona euro do ano de 2006 a 2016, de modo que fosse possível identificar a variação de influência antes, durante e após a crise. Na fase quantitativa os documentos foram analisados a partir de um código em R chamado Wordfish, cuja função é analisar as frequências de palavras em determinados documentos de texto para estimar posicionamentos políticos. Já na fase qualitativa, a análise de conteúdo foi feita por meio de *hand-coding* com um *codebook* adaptado que incorpora variáveis do Projeto Manifesto. Através desta análise, neste trabalho os resultados encontrados sugerem que a influência sobre a Comissão Europeia no momento da crise parte maioritariamente da Alemanha. Portanto, os resultados desta investigação indicam maior preponderância dos interesses alemães durante a crise.

keywords

crisis, euro zone, European Union, France, Franco-German axis, Germany, influence.

abstract

The dichotomy between more or less influential States is a condition almost as ancient as the very existence of the State. Issues related to power and influence have been widely debated over the years and extensively explored by the literature and can be considered as constant on the political scene. Recently, based on the context brought about by the eurozone crisis, discussions regarding the disparity between States have gained, once again, relevance in the European continent. Creditor Member States, responsible for contributing to bailout funds, have often been attributed to the presumption of influence over the institutional framework of the European Union during the period of the crisis. Two Member States stand out in the discussion about influence: Germany and France. The history of the Franco-German axis in European integration associated with them being the two Member States that contributed the most to the bailout funds played an important role in putting Germany and France at the centre of the debates about the influence of stronger states upon the institutional scope of the European Union. However, to date, the level of influence of Germany and France in this context has not been measured. In this work, what we seek to investigate is whether Germany and France were able to influence measures taken during the eurozone crisis. To this end, the European institution of choice was the European Commission – the institution which its role presupposes impartiality. This investigation was made from content analysis using a mixed method, with a quantitative and a qualitative phase. Speeches by heads of government and ministers responsible for eurozone affairs from 2006 to 2016 were analysed to identify the variation in influence before, during and after the crisis. In the quantitative phase, speeches were analysed using an R code called Wordfish, which function consists in analysing the frequency of words in certain text documents to estimate political positions. In the qualitative phase, the content analysis was done through hand-coding with an adapted codebook that incorporates variables from the Manifesto Project. Through this analysis, in this work the data suggests that the influence over the European Commission during the crisis is exerted mainly by Germany. Therefore, based on the results of this investigation, the preponderance of interests during the crisis was mostly favourable to Germany's benefit.

Índice

Capítulo 1 - Introdução.....	8
Capítulo 2 – O Papel do Estado na Integração Europeia.....	13
2.1 – Integração e Teoria: dois processos simultâneos.....	14
Capítulo 3 - O eixo Franco-Alemão e Poder na União Europeia	24
3.1 – Da Rivalidade ao Eixo: as Relações entre França e Alemanha.....	24
3.2 – Assimetria e poder na União Europeia	35
Capítulo 4 - Metodologia e Hipóteses	42
4.1 – Objetivos e Hipóteses.....	42
4.2 – Seleção de casos.....	45
4.3 – Metodologia e procedimentos de investigação	50
<i>4.3.1 – Coleta de dados e seleção da amostra</i>	<i>52</i>
<i>4.3.2 – Wordfish.....</i>	<i>57</i>
<i>4.3.3 – Codificação manual.....</i>	<i>60</i>
Capítulo 5 – A influência em dados	66
5.1 – Codificação automática (Wordfish)	66
5.2 – Codificação manual.....	71
5.3 – Discussão.....	82
Capítulo 6 – Conclusão.....	93
Referências Bibliográficas.....	99
Apêndice 1 – Variáveis do Codebook.....	109
Apêndice 2 – Variáveis encontradas na codificação manual	113
Apêndice 3 –Lista de documentos analisados: disponível neste link	

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Montantes cedidos ao resgate financeiro.....	48
Tabela 2 – Alemanha.....	56
Tabela 3 - França.....	56
Tabela 4 - Holanda	57
Tabela 5 - Comissão Europeia.....	57
Tabela 6 - Número de Variáveis identificadas (pré-crise).....	71
Tabela 7 - Variáveis referentes ao resgate financeiro durante a crise.....	74
Tabela 8 - Variáveis identificadas referentes a questões económicas durante a crise	76
Tabela 9 - Menções favoráveis à Alemanha e França pela Comissão Europeia.....	77
Tabela 10 - Relações exteriores especiais durante a crise.....	77
Tabela 11 - Menções favoráveis entre Alemanha, França, Comissão Europeia e Holanda no período pós-crise.....	78
Tabela 12 - Comparativo de atribuição de responsabilidade durante e após a crise.....	79
Tabela 13 - Menções favoráveis à França, Alemanha e Holanda durante a crise (Comissão Europeia).....	86
Tabela 14 - Ortodoxia Económica e Medidas tomadas durante a Crise (2008 a 2013)	87
Tabela 15 - Posicionamentos em relação ao resgate financeiro durante a crise	88
Tabela 16 - Afirmações de liderança	89
Tabela 17 - Relações especiais entre Alemanha e França durante a crise (var007)	89
Tabela 18 – Pré-crise (2006 a 2007)	113
Tabela 19 – Crise (2008 a 2013).....	114
Tabela 20 – Pós-crise (2014 a 2016).....	115

Índice de Gráficos

Gráfico 1 – Posicionamentos estimados	67
Gráfico 2 - Posicionamentos Estimados (Alemanha e França)	70
Gráfico 3 - Posicionamentos estimados (pré-crise)	83
Gráfico 4 - Posicionamentos estimados	84
Gráfico 5 - Alinhamento entre França e Alemanha.....	90

Capítulo 1 - Introdução

As relações de poder entre Estados sempre ocuparam um espaço de relevância, tanto nos debates políticos quanto acadêmicos. Entretanto, quando sobreposta esta questão ao contexto da União Europeia (UE), novas dimensões de análise passam a ser consideradas, como os limites da soberania, a balança de poder entre Estados mais ou menos influentes e a interação dos Estados-membros com o âmbito institucional da UE.

Com a conjuntura acarretada pela crise da zona euro, a partir de 2008, os debates em torno da integração estimularam ainda mais as discussões sobre o nível de influência dos Estados-membros no âmbito institucional da União Europeia (Laffan et al., 2016). A configuração das relações de poder entre Estados-membros durante a crise reforçou o distanciamento entre países de maior e menor peso político dentro da UE (Laffan et al., 2016, pp. 299, 300). No período de instabilidade econômica coube a determinados Estados-membros contribuir para o resgate financeiro dos países mais atingidos pela crise. Não surpreendentemente, os dois Estados cujas contribuições ao resgate foram as maiores, têm sido também protagonistas na cena europeia desde o início do processo da integração: Alemanha e França (Zeiner & Meister, 2013). Tanto pelo contexto da crise como também pelo papel que exerceram ao longo do processo de integração, Alemanha e França são elementos recorrentes nas discussões acerca de influência no seio da UE. As relações entre os dois países não somente resultaram em avanços na integração, como também lhes renderam notoriedade em termos de relevância regional (Andor, 2018, p. 215).

Ao mesmo tempo, o surgimento de algumas instituições de caráter supranacional ocorreu à margem da UE. Órgãos como IEEF (Instrumento Europeu de Estabilidade Financeira) e o MEEF (Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira), por exemplo, foram originados como resultado de acordos intergovernamentais fora do âmbito da UE (Moury, 2016, pp. 68, 69; Börzel & Risse, 2017, p. 6). A partir desta movimentação intergovernamental, o surgimento destas instituições pode ser considerado como indício de maior autoridade decisória por parte de determinados Estados-membros (Moury, 2016, pp. 68, 69). A possível preponderância de Estados credores durante a crise sugere a possibilidade de que estes tenham exercido influência no que concerne à definição dos objetivos políticos comuns e as medidas tomadas em relação ao euro neste período (Schimmelfennig, 2015).

Tendo em vista o destaque de Alemanha e França durante a crise, a importância histórica de ambos os Estados-membros e sua contribuição aos fundos de resgate financeiro, é pertinente considerar o reflexo destes fatores no âmbito institucional da União Europeia. Em um contexto de crise, quando são definidos novos objetivos e medidas políticas comuns, cabe refletir sobre a possibilidade que Estados-membros com significativo peso político têm de exercer influência nestes processos. Nesse sentido, no presente trabalho buscamos verificar se houve influência de Alemanha e França sobre as medidas tomadas durante a crise pela Comissão Europeia (CE).

Para que fosse possível analisar a influência de Alemanha e França durante o período da crise, a instituição europeia de escolha neste trabalho foi a Comissão Europeia. Considerando o triângulo institucional composto pelo Parlamento Europeu, Conselho da União Europeia e Comissão Europeia, direcionaremos a investigação para esta última. Sendo o Parlamento responsável por representar os cidadãos e o Conselho, os Estados-membros, a Comissão, por ser designada para exercer “as suas responsabilidades segundo um princípio de total independência” (Camisão, 2017, p. 78), supõe a imparcialidade necessária para que possamos melhor verificar a possibilidade de influência de Estados-membros (Cram et al., 1999, p. 6). Por constituir “uma instituição central do sistema de governação da União Europeia” (Camisão, 2017, p. 78), a Comissão se distingue de outros órgãos institucionais pelo papel relevante na definição de objetivos políticos comuns (Nugent & Rhinard, 2015, p. 5). A Comissão Europeia, como um órgão executivo, apesar de não possuir poderes de decisão final, é o órgão ao qual compete promover os interesses da União, iniciar legislação e supervisionar programas de políticas sem que estas sejam influenciadas pelos interesses particulares de cada Estado-membro (Bauer & Becker, 2014, p. 215; Nugent & Rhinard, 2015, p. 5). Portanto, considerando que a Comissão é o órgão dotado de neutralidade quando no triângulo institucional, esta constitui uma esfera de análise mais imparcial para que seja verificado o nível de influência da Alemanha e da França (Cram et al., 1999, p. 6).

Além do âmbito institucional, também foi necessário definir um recorte temporal para a análise. De modo que pudéssemos verificar se França e Alemanha foram capazes de exercer influência sobre a Comissão Europeia – podendo também verificar se houve variação neste índice ao longo do tempo – o período aqui compreendido parte do ano de 2006 a 2016, para que seja possível olhar para os contextos antes, durante e após a crise. A divisão do período de dez anos foi feita da seguinte forma: 2006 e 2007 como o período pré-crise, 2008 a 2013 como

o período correspondente à crise em si e 2014 a 2016 como período pós-crise (Maurer & Grussenmeyer, 2015).

A partir da análise dos contextos citados acima, buscamos responder à questão de investigação referida anteriormente, se a França e a Alemanha foram capazes de influenciar as medidas tomadas durante a crise do euro pela Comissão Europeia. Assim, neste trabalho, os resultados obtidos sugerem que a Alemanha exerceu mais influência sobre a Comissão Europeia no momento da crise. Igualmente, os resultados aqui apresentados também apontam para assimetrias e inconstâncias nas relações bilaterais entre França e Alemanha no momento da crise. Nesse sentido, o que concluímos é que os dados sugerem maior influência alemã sobre as medidas tomadas pela CE. A partir de diferentes posicionamentos no que tangem as medidas a serem tomadas durante a crise, Alemanha e França possuíam objetivos distintos. Isto é observado através dos resultados desta investigação, que apontam para preponderância dos interesses alemães em detrimento dos objetivos franceses, sugerindo que a maior parte da influência foi exercida pela Alemanha. Para que se possa investigar até que ponto a influência sobre a Comissão Europeia ocorre, fizemos o uso da análise de conteúdo com base na investigação desenvolvida por Heike Klüver, em 2009, onde a autora testa e discorre sobre os melhores métodos para se verificar influência no âmbito da União Europeia. Nesta investigação utilizamos os métodos considerados mais apropriados pela autora: codificação automática através do Wordfish e codificação manual a partir de um *codebook* adaptado para esta investigação.

Na fase quantitativa, de codificação automática, o instrumento utilizado foi Wordfish, que possui a função de analisar as frequências de palavras em determinados documentos de texto para estimar posicionamentos políticos (Proksch & Slapin, 2008). Nesta fase foram analisados 418 documentos oficiais de chefes de governo e presidentes da Comissão Europeia, buscando verificar alinhamento de posicionamento político. Os documentos recolhidos dizem respeito aos atores sob análise, nomeadamente: Alemanha, França, Holanda (Estado-membro que foi utilizado para controlo) e Comissão Europeia. Os documentos datam do período entre 2006 e 2016 e o corpo de análise se divide em declarações, conferências, *press releases*, entrevistas e cartas. Durante a fase qualitativa, com análise de conteúdo feita através de codificação manual, foi utilizado o *codebook* disponível no Apêndice 1, onde adaptamos as variáveis disponíveis no *codebook* do Projeto Manifesto (Volkens et al., 2018) e adicionamos outras dez de autoria própria. Na fase qualitativa foram codificados 102 documentos dos 418 indicados acima, a fim de verificar o alinhamento entre os atores sob análise e identificar

aspectos contextuais que não são possíveis de observar através da fase quantitativa deste trabalho.

Para que chegássemos aos resultados apresentados neste trabalho, subsequentemente à introdução, este trabalho está dividido em cinco capítulos, que serão descritos a seguir.

O segundo capítulo deste trabalho apresenta o enquadramento teórico desta investigação. Por tratarem de maneira direta sobre qual a função do Estado nos processos decisórios e de integração, este capítulo trata do debate entre neofuncionalismo e intergovernamentalismo. Enquanto o neofuncionalismo aborda os avanços das políticas de integração como independente da vontade dos Estados, o intergovernamentalismo apresenta a lógica contrária, apontando estes processos como fruto do interesse nacional de cada Estado (Ramos & Maior, 2007, pp. 107, 108). Nesse sentido, dado o objetivo de verificar a influência de Estados-membros, optou-se por realizar a investigação sob a ótica da abordagem intergovernamentalista. Mais precisamente, consideramos a variante liberal do intergovernamentalismo como mais adequada para analisarmos a influência. Por incorporar o interesse nacional e também o contexto do qual se originam as preferências nacionais, o intergovernamentalismo liberal permite considerar a influência do Estado sobre o âmbito institucional, bem como em que situações a influência é exercida.

Dando seguimento a esta questão, o terceiro capítulo trata do histórico das relações entre Alemanha e França e apresenta o que se tem trabalhado em termos de relações de poder entre Estados, com enfoque sobre o eixo franco-alemão. Na primeira parte, são exploradas as relações bilaterais do eixo franco-alemão desde o princípio da integração até o momento da crise. Na segunda secção do capítulo, será explorado o que diz a literatura acerca das relações de poder entre Estados mais e menos influentes, assim como o que foi desenvolvido em termos das dinâmicas de interação entre Estados sobre o âmbito institucional da UE.

No Capítulo 4, tratamos da metodologia deste trabalho. O capítulo é dedicado a descrever as duas fases de codificação referidas anteriormente: a codificação automática, através do Wordfish e a codificação manual, feita a partir de um *codebook*. Também neste capítulo é apresentado o objetivo deste trabalho, que configura verificar o alinhamento entre os posicionamentos dos atores em análise – Alemanha, França e Comissão Europeia – nos momentos antes, durante e após a crise. Este objetivo destina-se a responder à questão de investigação aqui proposta: se Alemanha e França foram capazes de exercer influência sobre a Comissão Europeia durante a crise da zona euro e se esta influência foi maior durante o período da crise. Nesse sentido, o alinhamento entre as partes serviu como instrumento para

que a influência seja verificada, tendo como meio de comparação a variação temporal e um Estado-membro utilizado para controlo (Holanda). A Holanda, para além de ser o terceiro Estado-membro a mais ter contribuído para os fundos de resgate financeiro, é o que mais se aproxima da Alemanha e da França em termos de condições económicas e históricas. Igualmente, por não ter feito parte do tradicional eixo franco alemão, a Holanda não interfere na ação de Alemanha e França sobre a Comissão Europeia. Assim, consideramos a Holanda como uma escolha adequada para um Estado-membro de controlo por constituir um parâmetro de comparação entre o alinhamento da Comissão com França e Alemanha.

Ainda no quarto capítulo, são apresentadas as duas hipóteses deste trabalho. A partir da relevância do eixo franco-alemão no contexto da integração europeia, uma das hipóteses consiste em verificar se houve posicionamento da França e da Alemanha como líderes para solucionar a crise. Por outro lado, a partir de referências da literatura acerca da estagnação ou afastamento das negociações entre Alemanha e França (Schild, 2013; Schoeller, Guidi & Karagiannis, 2017; Schoeller, 2018; Andor, 2018), assim como da preponderância alemã sobre a França (Schild, 2013; Bulmer, 2014), a segunda hipótese tem por objetivo analisar se o alinhamento entre a França e a Alemanha diminuiu quando no momento da crise do euro.

O Capítulo 5 deste trabalho será destinado à apresentação e discussão dos resultados de ambas as fases de codificação. Na primeira secção são apresentados os resultados da fase de codificação automática através do Wordfish, enquanto a segunda secção será dedicada aos resultados da codificação manual. Na terceira secção do Capítulo 5 discutimos os resultados obtidos pelas duas fases de análise que sugerem que a Alemanha exerceu mais influência sobre a Comissão Europeia.

De forma geral, neste trabalho, os resultados sugerem que a Alemanha exerce mais influência sobre a Comissão Europeia no momento da crise quando em comparação com a França. Nossos resultados indicam que, durante a crise, a Alemanha toma uma postura mais independente e que a Comissão se mostra mais alinhada à Alemanha do que com a França.

Capítulo 2 – O Papel do Estado na Integração Europeia

Ao questionarmos se dois Estados são capazes de exercer influência sobre o âmbito institucional da União Europeia, torna-se necessário que compreendamos, em primeiro lugar, qual o papel do Estado em um contexto de integração. Neste trabalho, através do foco sobre a capacidade de influência da Alemanha e da França, compreendemos o Estado como ator fundamental no contexto da União Europeia. A possibilidade de um Estado exercer influência sobre o âmbito institucional da UE requer que analisemos a integração sob a premissa de que o Estado está dotado da capacidade de interferir diretamente nos processos de tomada de decisão.

Dentre as diversas abordagens hoje existentes em relação à integração, a ação do Estado no processo se encontra no cerne de duas destas: neofuncionalismo e intergovernamentalismo. Ambas estas correntes teóricas constituíram um debate central no que diz respeito à natureza e às dinâmicas iniciais do processo de integração. Enquanto o neofuncionalismo compreende a integração como processo largamente independente da vontade dos governos nacionais, o intergovernamentalismo afirma justamente o contrário, apontando que a integração somente avança em decorrência do interesse nacional de cada Estado (Ramos & Maior, 2007, pp. 107, 108).

A partir do desenvolvimento e do aporte teórico do processo de integração europeu, neste capítulo será abordado o debate entre neofuncionalismo e intergovernamentalismo. A seleção do neofuncionalismo e do intergovernamentalismo se fundamenta no facto de serem duas teorias que abordam o papel do Estado no processo de integração de maneiras essencialmente distintas. Como referem Ramos & Maior (2007, p. 107), as duas abordagens podem ser consideradas uma como antítese da outra, neste sentido. Como mencionado anteriormente, o presente trabalho tem como objetivo verificar se há influência da Alemanha e da França sobre uma instituição europeia. Logo, compreender o papel do Estado no processo de integração europeu torna-se fundamental para que se compreenda como a influência pode ocorrer. Enquanto o intergovernamentalismo atribui aos Estados o papel de vetores no processo de integração, o neofuncionalismo aborda esta questão por outro ângulo, ou seja, a integração ocorre independentemente do interesse nacional destes Estados-membros. Nesse sentido, pelo enfoque dado aos Estados no processo de integração, tanto o intergovernamentalismo como o neofuncionalismo fundamentam as bases para compreender

como é possível que Estados-membros interajam com o âmbito institucional e se são capazes de influenciar instituições. A partir das visões distintas de ambas as teorias, nesta secção ambas são apresentadas, juntamente ao contexto histórico em que surgiram.

2.1 – Integração e Teoria: dois processos simultâneos

Os primeiros avanços em torno do que viria a ser atualmente a União Europeia datam do período pós II Guerra Mundial, a partir da década de 1950. Após os choques causados pela guerra, o continente europeu se encontrou voltado a reparar a destruição deixada pelo conflito. Entretanto, para além do esforço concentrado em recuperar os danos deixados pelos anos de hostilidade, o continente Europeu se deparava com um novo contexto, onde a convergência de interesses por parte dos Estados se fazia presente.

A fundação das Comunidades Europeias nos anos de 1950 representa um marco histórico no que diz respeito à cooperação. Em resposta ao contexto deixado por um longo período bélico, o estabelecimento de um compromisso a longo prazo baseado em regras comuns era uma aspiração partilhada que também veio a coincidir com o momento de compatibilidade dos interesses destes Estados no contexto pós-guerra (Areilza, 2009, p. 11). Como afirma, Areilza (2009, p. 11), com o papel do Estado em descrédito e a necessidade de seguir o combate ao totalitarismo após a derrota de líderes nazistas e fascistas, o comunismo soviético se tornou um inimigo e um alvo em comum. Face ao contexto bipolar a partir da Guerra Fria, a integração serviria para que houvesse uma estrutura supranacional que garantisse o comprometimento dos Estados em impedir um novo período bélico e “que constituísse uma terceira via ao ordenamento bipolar centrado no confronto Estados Unidos-União Soviética, de modo a fazer face à ameaça soviética e, simultaneamente, à preponderância económica dos Estados Unidos” (Patrício, 2006, p. 10).

Nesse sentido, a partir de interesses e objetivos comuns, são verificados os primeiros impulsos em direção à integração. Em um primeiro momento, houve alguns constrangimentos iniciais anteriores ao que viria a ser a integração europeia, como alguns desacordos entre França, Alemanha e União Soviética durante o Comitê Europeu de Cooperação Económica (CECE) e a frustrada tentativa de Konrad Adenauer em estabelecer uma união aduaneira com a França (McAllister, 1997, p. 11). Porém, apesar destes episódios, a integração foi capaz de progredir, sendo seu primeiro avanço a assinatura do Tratado da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (Rocha, 2017, p. 16).

A partir das iniciativas tomadas em favor do processo de integração, ficavam claros os alinhamentos em favor de uma cooperação comum. No entanto, nenhum estágio final chegou a ser definido. Como refere Ross (2011, p. 25), nos momentos iniciais da União Europeia havia apenas uma vaga ideia sobre em que consistiriam as metas futuras da integração. O autor aponta que foram criadas novas instituições cujo objetivo era de articular a cooperação europeia onde fosse necessário, de modo que a integração contasse com o apoio tanto dos Estados-membros como também de seus povos. Porém, tanto nos tratados firmados inicialmente como nos que vieram a seguir, não foi apresentado qual o objeto final que era esperado do processo de integração. Igualmente, no âmbito teórico, as primeiras abordagens também não determinaram um formato final para a integração europeia, o que já é verificado a partir da teoria funcionalista – a primeira a tratar de teorizar o fenômeno integracionista (Hooghe & Marks, 2018, p. 3). Nas palavras de McAllister (1997, p. 2):

This process and direction were described in the very first lines of the Preamble to the 1957 (Rome) EEC Treaty as ‘to lay the foundations of an ever closer union among the peoples of Europe’. [...] ‘Ever closer union’ clearly meant a progressive growing together. It did not, however, specify the nature of an ‘end product’: it did not, for instance, speak of a single state, or state-like entity, nor a federation. On the other hand, the union was described as being ‘among the peoples of Europe’: this appeared to indicate something other than simply a ‘union of states’, and it clearly (and crucially) left the membership open to other states, as long as they were European, but without defining where that stopped. ‘Ever closer’ might also be held to imply that the process might never stop—might never be held to be ‘complete’ (McAllister, 1997, p. 2).

Assim, fundamentada no ambiente antagônico e bipolar da Guerra Fria, a teorização sobre o processo de integração europeia tem suas origens na abordagem funcionalista proposta por David Mitrany (Cram et al., 1999, p. 5; Bressan, 2015, p. 248). Essencialmente, o funcionalismo apresentado por Mitrany, como reflexo do contexto europeu naquele período, consistia em considerar o processo de integração como fruto da busca pela paz através da cooperação (Brillard, 1990, p. 192; Cram et al., 1999, p. 5; Bressan, 2015, p. 249; Hooghe & Marks, 2018, p. 3).

Do ponto de vista do funcionalismo, o processo de integração possuía como objetivo uma unificação mundial, não restrito a limites territoriais – fossem eles do Estado-nação ou regionais (Mitrany, 1943, p. 47). Nas palavras de Brillard (1990, p. 192), “para o funcionalismo, uma tal cooperação, com base em necessidades funcionais, deveria permitir a longo prazo uma verdadeira unificação de natureza política”. Nesse sentido, Mitrany

considerava que o processo de integração se daria pela transposição automática de determinadas competências do Estado a instituições de caráter supranacional (Bressan, 2015, p. 249). Esta transposição aconteceria devido à autoridade adquirida por estas instituições através do exercício de medidas que buscassem o bem comum (Mitrany, 1943, p. 47). Ou seja, à medida que o Estado transferisse competências para estas instituições supranacionais, seu bom funcionamento falaria por si só, fazendo com que cada vez mais obrigações fossem designadas aos órgãos supranacionais de maneira espontânea (Ibidem).

Entretanto, apesar do impulso inicial às teorias integracionistas com a abordagem funcionalista de Mitrany, uma das principais escolas de pensamento em termos dos processos de integração se encontra no neofuncionalismo. Segundo Hooghe e Marks (2018, p. 3), a abordagem neofuncionalista, agrupando aspetos provenientes do pluralismo democrático e da teoria funcionalista, não tem como objetivo analisar a integração apenas a partir da ótica da barganha entre Estados nacionais. Em outras palavras, a nova versão da teoria funcionalista leva em consideração o interesse de líderes nacionais no processo de integração e, também, incorpora novos agentes a esta dinâmica, como grupos de interesse, partidos políticos e elites nacionais. De acordo com os autores, o que propõe o neofuncionalismo é a maior eficiência de agências de caráter supranacional no trato de questões comuns. Ou seja, a transferência de competências para instituições não domésticas resultaria em novas vias que permitiriam a cooperação e, conseqüentemente, maior integração.

O neofuncionalismo, proposto por Ernst Haas, assume papel de significativa relevância, quando comparado à proposta de David Mitrany (Bressan, 2015, p. 250, Ribeiro, 2017, p. 265). Diferentemente da transposição automática dos poderes do Estado a uma entidade supranacional, abordada pelo funcionalismo, o que foi proposto por Haas compreende um comprometimento evolutivo dos atores políticos para a autoridade supranacional, concentrando gradativamente as competências em um novo centro.

A abordagem funcionalista refere que a forma está condicionada por sua função. Ou seja, assume que a cooperação seria impulsionada a partir do interesse dos Estados em satisfazerem suas necessidades em comum e buscar a paz, alicerçando o processo de integração (Brailard, 1990, p. 525). Nesse sentido, a cooperação a fim de atender os interesses económicos e técnicos estatais iria se sobrepor a divergências existentes entre os Estados e levariam à cooperação funcional, conduzindo os mesmos à integração política (Ibidem, p. 525). Porém, em contrapartida, o que foi abordado por Ernst Haas não apresentava a

cooperação apenas como fruto do pragmatismo político do Estado, mas sim como um compromisso a favor do bem-estar comum.

Haas (1966, p. 24) entendia “a política pragmática de interesses” – apenas voltada para o bem-estar económico – como significativamente limitada, reduzindo a importância de aspetos mais relevantes politicamente. Ou seja, ao se priorizar um tipo de alinhamento onde apenas o bem-estar individual do Estado se apresenta como interesse, não somente o bem-comum é colocado em segundo plano, como também os objetivos políticos no pragmatismo de interesse se tornam meramente meios de troca para a barganha entre Estados. Para este contexto, o autor possuía fortes críticas a um processo de integração que fosse reduzido apenas ao ato da negociação em prol de interesses domésticos de Estados. Segundo Haas (1966), uma integração embasada apenas em pragmatismo poderia ser facilmente revertida, visto que o vínculo dos Estados para com o compromisso da integração seria essencialmente superficial. O autor reforçava a necessidade de uma “profunda adesão ideológica ou filosófica” onde se edificasse o processo de integração (Haas, 1966, p. 24).

Sendo assim, o avanço da integração se daria por meio do denominado “*spillover effect*” – que já era referido na teoria funcionalista elaborada por David Mitrany (Cram et al., 1999, p. 5). Como conceito central da teoria neofuncionalista, o *spillover effect* caracteriza um fenómeno onde a integração não é exclusivamente fruto das negociações entre Estados, mas sim a partir de um processo de interação entre atores políticos diversos, como grupos de interesse e partidos políticos, por exemplo (Hooghe & Marks, 2018, p. 3). Portanto, a partir de um impulso inicial, uma série de reações seria desencadeada, constituindo uma tendência crescente e constante, tanto do Estado como também destes outros atores políticos, cada vez mais direcionada ao processo de integração (Cram et al., 1999, pp. 9, 10; Schmitter, 2005, p. 257; Bressan, 2015, p. 250; Ribeiro, 2017, p. 265; Börzel & Risse, 2017, p. 5; Hooghe & Marks, 2018, p. 3).

Já em contrapartida à compreensão da integração por parte da abordagem neofuncionalista, a ótica intergovernamentalista retoma o papel de preponderância dos Estados nacionais. Ao contrário do neofuncionalismo proposto por Haas, o intergovernamentalismo admite uma visão estatocêntrica, compreendendo, assim, maior resistência por parte dos Estados em termos de aprofundamento relativo à governação europeia, mantendo-os como atores principais no processo de integração (Øhrgaard, 1997, p. 1; Cram et al., 1999, pp. 9, 10; Bressan, 2015, p. 252; Reis, 2017, p. 223; Hooghe & Marks, 2018, p. 4). Igualmente, na abordagem intergovernamental, é considerado que o Estado age a

partir dos interesses nacionais, tornando a integração resultado da convergência de interesses em comum dos Estados envolvidos no processo (Cram et al., 1999, p. 10; Reis, 2017, p. 223; Hooghe & Marks, 2018, p. 4).

Historicamente, grande parte do que foi proposto pela abordagem intergovernamental pode ser entendido como um reflexo do contexto na qual se encontrava o processo de integração europeu após seus avanços iniciais. A partir das dificuldades enfrentadas durante a década de 1960, o intergovernamentalismo aponta a lacuna deixada pela abordagem neofuncionalista ao não considerar a resistência dos Estados à integração (Gehring, 1996, p. 226; Reis, 2017, p. 223). Portanto, para melhor compreender os argumentos da abordagem intergovernamentalista, é necessário apresentar brevemente em que contexto estes se fundamentaram.

Como referido, a década de 1960 representou um momento em que a integração encontrou impasses. De acordo com Moravcsik (1998b, p. 159), neste período os seis principais membros das Comunidades Europeias (Alemanha, França, Itália, Luxemburgo, Bélgica e Holanda) buscavam chegar a um acordo comum que coordenasse suas respectivas políticas comerciais, dentre outras questões. O autor refere quatro principais negociações que ocorreram com esta finalidade nos anos de 1960: 1) aceleração do processo para remover tarifas internas e nivelamento da política tarifária externa (entre 1958 e 1962); 2) a criação da PAC (Política Agrícola Comum), entre 1960 e 1969; 3) negociações acerca da adesão do Reino Unido às Comunidades Europeias entre os anos de 1961 e 1971; 4) e, por fim, a reforma institucional com enfoque sobre a coordenação da política externa e reavaliação do sistema de votos através de maioria qualificada (Ibidem). Inicialmente, em relação ao primeiro momento referido por Moravcsik, não houve objeções significativas dos Estados-membros, visto que a liberalização do mercado era um interesse comum. Entretanto, em relação aos outros três momentos, Moravcsik aponta para diferentes pontos de discordância entre os países envolvidos. Igualmente, Cunha (2017, p. 18) também afirma:

O que à partida pareciam ser questões isoladas (o alargamento, o aumento de recursos próprios e a contribuição para o orçamento comunitário, a reforma da Política Agrícola Comum - PAC - e a das instituições comunitárias) formaram um conjunto e embrenharam-se de tal forma umas nas outras que foi impossível separá-las [...]. De resto, tornou-se evidente que as partes negociadoras tinham necessidades e expectativas muito assimétricas (Cunha, 2017, p. 18).

A começar pela PAC, França e Alemanha possuíam posicionamentos distintos. Enquanto a França era favorável a uma maior liberalização das taxas de comercialização de *commodities*, a Alemanha se opunha (Moravcsik, 1998b, pp. 162, 163). Quando em termos da adesão do Reino Unido, novamente o eixo franco-alemão possuía posicionamentos diferentes. Enquanto a Alemanha estava mais inclinada a ser favorável à adesão britânica, a França se apresentava fortemente contrária à participação do Reino Unido nas Comunidades Europeias até o ano de 1969 (Ibidem). Como anteriormente referido por Cunha (2017, p. 18), estes impasses acabaram por confluir, afetando negativamente as negociações para o avanço da integração.

Para além dos fatores mencionados, há ainda que ressaltar o papel de uma figura relevante deste período: o presidente francês, Charles De Gaulle. De Gaulle ocupou a presidência da França desde o ano de 1959 a 1969. Seu governo ficou marcado pelo forte nacionalismo e constante reforço do Estado-nação, sendo a manutenção do interesse nacional a base na qual De Gaulle fundamentou seu discurso político e perspectiva da integração europeia (McAllister, 1997, p. 19; Moravcsik, 1998b, p. 177; Warlouzet, 2010, pp. 21, 22). Nesse sentido, uma série de atitudes de De Gaulle acabaram por marcar a década de 1960, conjugando o viés nacionalista do presidente a um contexto crítico para a integração europeia. Segundo Moravcsik (1998b, p. 177), o grande interesse francês em assegurar que a PAC fosse implementada de acordo com suas expectativas foi decisivo para os acontecimentos que se seguiram. Assim, devido à oposição do Reino Unido à PAC (Moravcsik, 1998b, p. 162), De Gaulle via na adesão britânica um obstáculo para que a PAC fosse implementada de acordo com seus interesses, levando o presidente a rejeitar a adesão do Reino Unido até 1969.

Os impasses envolvendo as questões da integração na década de 1960 alcançaram seu ápice em meados de 1965, quando a França anuncia à CEE (Comunidade Económica Europeia) que não participaria mais das negociações até a questão referente à PAC ter sido resolvida (Moravcsik, 1998a, pp. 1, 2). A ausência da França nas negociações desencadeou uma crise política intensa, ficando conhecida como a Crise da Cadeira Vazia (Ibidem). Como refere Moravcsik (1998b), a postura nacionalista do presidente Charles De Gaulle somada ao propósito de garantir a implementação da PAC, são fatores que devem ser considerados como grandes motivações para a ausência francesa no Conselho de Ministros. A Crise da Cadeira Vazia se estendeu até janeiro de 1966, quando a presidência luxemburguesa do Conselho de Ministros foi capaz de arranjar um acordo entre os Estados-membros (Moravcsik, 1998a, pp.

1, 2; Diogo, 2017, pp. 122, 123). Este acordo ficou conhecido como o Compromisso de Luxemburgo¹.

Importa referir que, para além das questões envolvendo a PAC e a adesão britânica às Comunidades Europeias, ainda estava em discussão a reavaliação do sistema de votos através de maioria qualificada. Como refere Diogo (2017, p. 122), esta reforma institucional também era de interesse da França, que procurava “manter um maior nível de controlo sobre o processo decisório no seio das Comunidades, nomeadamente através da manutenção do poder característico do método intergovernamental, o poder de veto”. O texto do Compromisso de Luxemburgo solucionou esta questão, garantindo poder de veto a cada Estado-membro toda a vez que “um interesse vital” de um Estado-membro estivesse em causa (Moravcsik, 1998a, pp. 1, 2; Diogo, 2017, p. 123). Igualmente, o documento do Compromisso de Luxemburgo também limitou consideravelmente a atuação da Comissão, permitindo que se avançasse com a implementação da PAC (Diogo, 2017, p. 123).

Assim, com base nos impasses encontrados na década de 1960 e com o receio de que o processo de integração fosse freado pela Crise da Cadeira Vazia, o intergovernamentalismo passa a questionar a visão neofuncionalista da integração. Apontando que Estados agem a partir de seus interesses, o intergovernamentalismo baseou-se no que ocorreu na década de 1960 como exemplo de que Estados negociam sempre em favor do que lhes é conveniente (Hooghe & Marks, 2008, p. 4; Schimmelfennig, 2015, p. 177).

O intergovernamentalismo analisa o processo de integração através da prevalência do Estado como ator racional em busca de garantir o interesse nacional. Nesse sentido, torna-se relevante a dicotomia entre *high* e *low politics* apresentada por Stanley Hoffmann, que consiste na diferenciação entre aspetos mais ou menos relevantes em termos da manutenção dos interesses de Estado (Reis, 2017, pp. 223,224). Os aspetos de *high politics*, considerados como de elevado interesse nacional, são onde o Estado encontra maior resistência em relação ao processo de integração; em contrapartida, no âmbito de administração mais técnica – *low politics* – a resistência do Estado em transferir competências a uma entidade supranacional é menor (Reis, 2017, p. 224). De acordo com a classificação de Stanley Hoffmann, no escopo de *high politics* seriam encaixadas questões como política externa, segurança e defesa. Já em relação à esfera de *low politics* ficariam designadas políticas económicas e sociais (Cram et al., 1999, p.

¹ O Compromisso de Luxemburgo foi um acordo redigido pelo primeiro-ministro luxemburguês cujas principais medidas consistiram em: limitar determinados poderes da Comissão Europeia, de modo que possibilitasse o avanço de reformas da PAC e conceder o poder de veto aos Estados-membros sempre que “interesses vitais” destes Estados estivessem em causa (Diogo, 2017, p. 123).

11). Importa referir que Hoffmann não buscava necessariamente categorizar estas questões como sendo mais ou menos importantes ao classificá-las desta forma. Na visão de Hoffmann (1982, pp. 29, 30), esta classificação serviria para sinalizar em quais áreas os Estados apresentariam mais resistência para que o avanço da integração acontecesse.

Portanto, do ponto de vista intergovernamental, a integração parte de uma perspectiva contrária ao que foi proposto por Ernst Haas, deixando o Estado como ator preponderante no processo, baseado no intuito de manutenção do interesse nacional. Sendo assim, como menciona Øhrgaard (1997, p. 1), pode-se afirmar que um dos principais aspetos do debate entre as abordagens neofuncionalista e intergovernamentalista se identifica na maneira como são tratadas as relações entre os Estados e as instituições durante o processo de integração. Ou seja, do ângulo neofuncionalista, as instituições possuem papel preponderante no processo de integração, enquanto o intergovernamentalismo prevê o Estado como vetor principal.

Como afirmam Börzel e Risse (2017, p. 4), no intergovernamentalismo os Estados fazem uso do caráter supranacional das instituições europeias de modo que, delegando funções a estas, sejam facilitadas tomadas de decisão que poderiam sofrer atrasos se tomadas domesticamente. Ou seja, o Estado age de maneira pragmática e utiliza as instituições europeias de acordo com seus interesses e preferências individuais. Já na perspectiva neofuncionalista, a transferência de autoridade nacional para o nível europeu não se esgota apenas na delegação de funções do Estado para o âmbito supranacional. Assim, a integração europeia passaria também a fazer parte da política doméstica, gerando um círculo virtuoso entre os espectros nacionais e europeus, ocasionando o fenômeno de *spillover*, levando gradativamente ao aprofundamento do processo de europeização (Börzel e Risse, 2017, p. 4).

Nesse sentido, a perspectiva em relação aos órgãos institucionais da União Europeia se torna significativamente relevante. Em outras palavras, o nível de influência dos Estados-membros sobre o âmbito institucional da UE é fator determinante para a compreensão do fluxo das relações entre os Estados e as instituições da União Europeia. Como referido por Hooghe e Marks (2018, p. 4), os intergovernamentalistas analisam a integração europeia do ponto de vista do Estado, que negociam a fim de alcançar vantagens mútuas, explicando a integração como o resultado da cooperação e competição entre governos nacionais.

Similar ao que foi proposto pelos primeiros autores, a revisão feita pela variante liberal do intergovernamentalismo também prevê a dicotomia apresentada por Hoffmann. No entanto, para o principal autor do intergovernamentalismo liberal – Andrew Moravcsik – o que cada Estado considera como *low* e *high politics* é flexível e varia de acordo com os interesses

nacionais de cada Estado em questão. Ao mesmo tempo, ao revisar a primeira versão da teoria intergovernamental, Moravcsik argumenta que a integração não pode ser analisada como um “fenómeno mono-causal” (Reis, 2017, p. 225). De acordo com Moravcsik (1993, p. 482), analisar o processo de integração apenas pela perspectiva pela ótica da negociação intergovernamental implicaria ignorar variáveis importantes para sua compreensão. Segundo o autor, uma visão reducionista da integração – que não levasse em conta a variação das preferências nacionais – poderia levar a “inferências equivocadas” acerca dos motivos pelas quais a integração avança ou não (Moravcsik, 1993, p. 482).

Sendo assim, Moravcsik (1993, p. 481) apresenta três elementos principais que compõem o intergovernamentalismo liberal. Em primeiro lugar, assume-se que o comportamento do Estado será sempre racional, ou seja, as negociações entre Estados serão sempre baseadas nas preferências individuais de cada um destes. A segunda componente do intergovernamentalismo consiste na premissa de que todas as preferências do Estado estão sustentadas na variante económica, tornando a relação entre custos e benefícios da interdependência económica a base do interesse nacional. Nesse caso, as instituições surgiriam como fruto de maior interdependência – similar ao que foi proposto pela teoria neofuncionalista – porém, os incentivos para que estas instituições se firmem se encontra profundamente ligado ao que faz parte do interesse nacional de um Estado, sendo este geralmente económico ou ligado a questões específicas relevantes do ponto de vista estatal (Hooghe & Marks, 2018, p. 4). Por fim, a flexibilidade do conceito de *high politics* referida anteriormente é o terceiro fator apontado por Moravcsik. Segundo o autor, “a intensidade das preferências nacionais”, juntamente com a alianças interestatais – possíveis ou efetivadas, constituiriam a base para momentos de cooperação ou conflito entre os Estados negociantes, assim como em quais condições estes estariam dispostos a delegar poderes a instituições supranacionais (Moravcsik, 1993, p. 481).

Em comparação ao intergovernamentalismo clássico, Moravcsik (1993, p. 483) argumenta que a variante liberal acrescenta profundidade à teoria. Ao considerar a intensidade das preferências nacionais em cada setor, o intergovernamentalismo liberal permite considerar as especificidades de cada Estado em termos de interesse nacional. Para além da barganha entre Estados, já referida no intergovernamentalismo clássico, o intergovernamentalismo liberal acrescenta a compreensão de como se formam os interesses nacionais, baseado no contexto de cada Estado.

Ao analisarmos os níveis de influência dos Estados-membros no âmbito institucional da União Europeia nesta pesquisa, é necessário que este fenómeno seja examinado de uma perspetiva que compreenda o Estado como principal ator da ação. Os três elementos do intergovernamentalismo liberal referidos por Moravcsik nos permitem compreender a lógica por trás de Estados que sejam capazes de exercer influência sobre o âmbito institucional da UE. Através da influência exercida sobre a Comissão Europeia, a racionalidade da ação do Estado pode ser aplicada para explicar as motivações de Alemanha e França no período da crise. Igualmente, por esta investigação dizer respeito ao um momento de crise económica, consideramos que o comportamento dos Estados-membros em análise corresponde ao segundo elemento do intergovernamentalismo liberal proposto por Moravcsik, ou seja, a sustentação dos interesses nacionais na economia. Por fim, a variante liberal do intergovernamentalismo permite considerar as preferências e estratégias de cada Estado, a fim de conciliar e satisfazer interesses próprios (Hooghe & Marks, 2018, p. 4). Também consideramos que tal abordagem é apropriada para que sejamos capazes de compreender não somente a interação da França e da Alemanha com a esfera institucional, mas também como estabelecem as dinâmicas de interação entre si, através das negociações ocorridas no período da crise.

A partir do enfoque deste trabalho sobre a Alemanha e a França, o capítulo a seguir tratará de explorar mais profundamente as relações entre ambos desde o início do processo de integração até o momento da união monetária. Também será apresentado brevemente o contexto das relações entre os dois Estados-membros de 2006 a 2016, período que corresponde aos momentos antes, durante e pós-crise. Por fim, abordaremos o que diz a literatura acerca das relações de poder entre Estados e como estes podem se utilizar de sua preponderância dentro do âmbito institucional da União Europeia.

Capítulo 3 - O eixo Franco-Alemão e Poder na União Europeia

Desde o princípio do processo de integração, Alemanha e França têm ocupado lugar de relevância no contexto europeu. A reaproximação dos dois países após a II Guerra Mundial consolidou o fim de um longo período de hostilidade. Desde então, não somente as relações entre França e Alemanha ficaram marcadas pelo fim da adversidade anterior, mas também pela cooperação verificada entre ambos. Esta foi um elemento importante para que o processo de integração europeia tivesse início e, também, para que avançasse posteriormente (Boyer, 1996, p. 241).

Pelo papel relevante desempenhado pelo eixo franco-alemão em momentos decisivos para a União Europeia, Alemanha e França são frequentemente referidos como Estados propulsores da integração (Webber, 1999, p. 3, 4). Igualmente, a literatura também explora largamente o poder exercido pelo eixo sobre outros Estados-membros e as próprias instituições europeias. Como refere Moravcsik (1991, p. 25, 26), a barganha exercida por Alemanha e França em momentos de negociação serve como exemplo do poder que pode ser exercido por Estados influentes no contexto europeu. Em outras palavras, o que se limitava à reconciliação franco-alemã nos primórdios da integração progrediu ao longo dos anos para relações bilaterais próximas e, simultaneamente, à crescente relevância do eixo no continente europeu.

Assim, nesta secção são exploradas as relações entre Alemanha e França, discorrendo sobre as relações de eixo entre ambos e seu papel desempenhado em termos do contexto da União Europeia. Igualmente, será abordado o que foi desenvolvido sobre as relações de poder do eixo franco-alemão no contexto da União Europeia, de modo a apresentar o que diz a literatura acerca das interações entre Estados mais e menos influentes, assim como as relações do eixo com as instituições europeias.

3.1 – Da Rivalidade ao Eixo: as Relações entre França e Alemanha

Como referido anteriormente, a integração europeia encontra suas origens no contexto pós II Guerra Mundial, na década de 1950. A partir de então, um dos traços mais marcantes do engajamento europeu no processo de integração foi a reconciliação alemã com adversários anteriores de guerra (Krotz & Maher, 2016, p. 2). Segundo Areilza (2009, p. 11), a

Comunidade Económica Europeia representa um marco significativo neste sentido por ter tornado possível a revisão de valores protecionistas e nacionalistas em âmbito europeu como nenhum outro acordo previamente proposto.

Igualmente aos esforços iniciais relativos à integração, também são verificados os primeiros sinais de alinhamento entre França e Alemanha. Já no ano de 1950, Konrad Adenauer sugeriu ao governo francês uma associação franco-alemã a ser iniciada a partir de uma união aduaneira (McAllister, 1997, pp. 11, 12). Nesse sentido, as tentativas de alinhamento entre França e Alemanha mesclam-se a iniciativas relativas à integração europeia como um todo. A proposta de Adenauer já havia sido precedida de outras tentativas frustradas de negociação envolvendo não somente a França, mas também outros países (Ibidem, p. 11). Entretanto, apesar das propostas que não foram adiante, as tentativas iniciais de negociação foram de grande importância para que a integração avançasse posteriormente (Ibidem, p. 11).

Nomeadamente, ainda no ano de 1950, Robert Schuman e Jean Monnet dão início ao que viria a se tornar a CECA (Comunidade Europeia do Carvão e do Aço), através da Declaração de Schuman (Cram et al., 1999, p. 9; McAllister, 1997, pp. 11, 12). Por mais que a CECA tenha tido como membros fundadores também Bélgica, Itália, Holanda e Luxemburgo, a aproximação entre Alemanha e França aparece como um dos aspetos de maior destaque da negociação, sendo apenas o embrião do que se tornariam as relações do eixo franco-alemão futuramente (Patrício, 2006, p. 12).

Entretanto, apesar da relevância inerente à Declaração de Schuman e de outros eventos ocorridos ainda na década de 1950², a maior referência concernente à reconciliação entre Alemanha e França ocorre no ano de 1963 com o Tratado do Eliseu (Patrício, 2006, p. 11; Daehnhardt, 2013, p. 154). Segundo Patrícia Daehnhardt (2013, p. 154), em uma fase inicial o tratado parecia possuir significados diferentes para cada um dos países, sendo para Alemanha um símbolo de reforço das relações bilaterais com a França e, para o governo francês, um instrumento para evitar a dependência europeia em relação aos Estados Unidos. Igualmente, Konrad Adenauer mostrava-se consideravelmente mais inclinado à integração europeia em comparação a Charles De Gaulle, o que desencadeou certa polarização interna no

² “A celebração do Tratado de Paris, em 1951, criando a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, marcou, neste sentido, o início da integração franco-alemã solucionando as questões em torno do Sarre, do Ruhr e da Alsácia-Lorena. As *relações em eixo* franco-alemãs, evoluindo no sentido da cooperação, permitiram, assim, desbloquear o impasse franco-alemão, pondo em movimento uma engrenagem não bi, mas multilateral que, pelo jogo dos fenómenos económicos e políticos a que daria lugar, acabaria por ultrapassar o quadro apertado de uma organização sectorial, abrindo caminho à criação da Comunidade Europeia da Energia Atómica e, muito especialmente, da Comunidade Económica Europeia, em 1957, pela assinatura dos Tratados de Roma” (Patrício, 2006, p. 11).

partido de Adenauer: “O contexto interno alemão foi agravado pelas fortes divergências que emergiram no partido cristão democrata (CDU) entre ‘gaullistas’ e ‘atlanticistas’, com Adenauer a representar a preferência franco-alemã e Ludwig Erhard, o seu sucessor a partir de outubro de 1963, a representar a ala atlanticista da CDU” (Daehnhardt, 2013, p. 154).

Assim, apesar do avanço promissor adquirido através do Tratado do Eliseu, entre 1963 e 1966 as relações entre o eixo encontraram impasses. Como referido, a partir da saída de Konrad Adenauer da chancelaria alemã em 1963, as relações com a França deterioraram significativamente. O sucessor de Adenauer, Ludwig Erhard, não compartilhava a mesma ideia de integração europeia que Charles De Gaulle. Ao contrário de Adenauer, Erhard tinha como preferência estreitar as relações com os Estados Unidos em detrimento da França. Tais divergências levaram à mudança do preâmbulo do Tratado do Eliseu ainda em 1963. Na nova versão foi incluído, além da cooperação de França e Alemanha, a cooperação com Estados Unidos, a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e a Grã-Bretanha (Ibidem). Para além da mudança do preâmbulo do Tratado do Eliseu, no ano de 1964, o governo alemão também recusou o convite francês para participar de um projeto em favor de uma Europa independente dos Estados Unidos (Lappenküper, 2008, p. 155).

A sequência de choques de interesses entre Alemanha e França durante o mandato de Erhard chegou a um ponto crítico no ano de 1965, com a Crise da Cadeira Vazia. Apesar de um dos principais objetivos de De Gaulle ter sido a implementação da PAC, como anteriormente referido, Lappenküper (2008, p. 155) refere que a recusa da França em participar do Conselho de Ministros também pode ser entendida como reflexo das divergências entre De Gaulle e Erhard. De acordo com Lappenküper (2008), após a Crise da Cadeira vazia, as relações entre Alemanha e França continuaram estagnadas pelos anos seguintes. Já em 1966, o Tratado do Eliseu parecia ter perdido efeito, resumindo-se a um documento apenas de natureza consultiva (Lappenküper, 2008; Daehnhardt, 2013). Além disso, mesmo após a saída de Erhard – também em 1966 – o alinhamento não voltou a alcançar os patamares anteriores a 1963. Mesmo com expectativas sobre a retomada das relações bilaterais com a França, Kurt Georg Kiesinger – sucessor de Ludwig Erhard – manteve-se em posição neutra, tanto em termos de cooperação com os Estados Unidos, quanto com a França (Lappenküper, 2008). A postura de não priorizar as relações “atlanticistas” ou “gaullistas” não eliminou por completo as relações de eixo entre Alemanha e França. No entanto, até 1969, com o fim do mandato de De Gaulle e a saída de Kiesinger, o

saldo final da década de 1960 foi de significativo desgaste do bilateralismo do eixo franco-alemão (Ibidem).

Nos anos de 1970, França e Alemanha possuíam novos chefes de governo: o presidente Georges Pompidou e o chanceler Willy Brandt. Após as dificuldades da década de 1960, Georges Pompidou e Willy Brandt retomaram a aproximação do eixo franco-alemão, mesmo ambos possuindo diferentes visões acerca da política externa de seus respectivos países e da integração europeia. Ambos ocuparam seus cargos até o ano de 1974 e, apesar de um curto período, o início dos anos de 1970 foram decisivos para o teor dos anos seguintes.

Segundo Katrin Rücker (2008), apesar de diferentes posturas em relação à política externa de seus respectivos países, nem Willy Brandt e nem Georges Pompidou descartaram as relações franco-alemãs. Do lado alemão, Willy Brandt buscou reaproximar-se do Leste Europeu (também denominada como *Ostpolitik*) para “aliviar as tensões” entre Alemanha Ocidental e Oriental (Rücker, 2008, p. 213). Igualmente, o chanceler alemão também esperava adquirir maior espaço para negociações através de uma diplomacia mais diversificada, assim como também ampliar relações comerciais com o Leste. Já na França, apesar do ceticismo de Pompidou em relação às atitudes diplomáticas de Brandt, o presidente francês alertou ao chanceler alemão a necessidade de uma Europa ocidental forte e unida, capaz de fazer frente ao Leste (Ibidem). Assim, Georges Pompidou buscou retomar relações com o Reino Unido, promover o alargamento da CEE e, principalmente, assegurar a aliança com a Alemanha (Rücker, 2008, pp. 213, 214). Apesar do receio de Pompidou em relação à *Ostpolitik* de Brandt, o chanceler alemão partilhava de opiniões convergentes às do presidente francês. Como referido por Rücker (2008, p. 214), a reaproximação alemã com o Leste era apenas um dos elementos da diplomacia alemã. Segundo Rücker, no entendimento de Brandt, a *Ostpolitik* só poderia ser bem-sucedida a partir da cooperação com a França, da manutenção das relações com outros participantes da CEE e do alargamento da Comunidade Europeia.

Assim, partir da convergência de interesses entre os líderes de Alemanha e França, pode-se afirmar que o eixo franco-alemão não somente retomou a cooperação bilateral, como também trabalhava sob a consciência de que os dois países tinham um papel importante a desempenhar na integração (Rücker, 2008). Foi com esta postura que Pompidou e Brandt firmaram as bases para a cooperação económica da Comunidade Europeia no início da década de 1970. Devido à desvalorização das moedas europeias em relação ao dólar e à crise económica causada pelo primeiro Choque do Petróleo, em 1973, agir em termos da estabilidade económica europeia se tornou uma prioridade (Ibidem). Dessa forma, devido às

dificuldades impostas pela crise económica, o avanço à união monetária não foi capaz de avançar imediatamente.

Apesar do momento de crise, na primeira metade dos anos de 1970, a aproximação franco-alemã voltou a avançar. À metade do ano de 1974, novos líderes viriam a ocupar a presidência francesa – devido à morte de Georges Pompidou – e a chancelaria alemã, após a saída de Willy Brandt. O novo presidente francês era Valéry Giscard d’Estaing, e o novo chanceler alemão, Helmut Schmidt – e viriam a ocupar seus postos como chefes de governo até o ano de 1981 e 1982, respetivamente (Weinachter, 2008, p. 223).

Como referido por Weinachter (2008, p. 224), apesar das boas relações entre Brandt e Pompidou, as circunstâncias da primeira metade da década de 1970 somadas às dificuldades da década de 1960, não permitiram grande espaço de ação para Brandt e Pompidou. No entanto, com Giscard e Schmidt, as relações entre Alemanha e França tornaram-se mais próximas em comparação aos anos anteriores, maioritariamente em virtude da proximidade entre os próprios líderes em si. Nas palavras de Weinachter (2008, p. 224): “The improvement in bilateral relations that took place under Giscard and Schmidt was largely due to the friendly and trustful relations both leaders had developed early on. They possessed a proven record of effective cooperation as finance ministers. They shared similar ideas on monetary issues and viewed themselves as finance experts”.

Ao contrário de períodos anteriores, quando as circunstâncias económicas e políticas provocaram estagnação das relações franco-alemãs, sob a liderança de Giscard e Schmidt, as dificuldades surgidas a meio de 1970 serviram como incentivo para estreitar as relações do eixo (Weinachter, 2008, pp. 224, 225). Dado o contexto de crise económica e a flutuação cambial constante das moedas europeias, Alemanha e França tomaram a iniciativa de reforçar as relações entre países da CEE a fim de incentivar uma ação coletiva em favor da estabilidade económica (Ibidem).

De acordo com Weinachter (2008, p. 224), anteriormente o papel de Alemanha e França no processo de integração teria sido ditado maioritariamente por questões ideológicas dos líderes de ambos os países. Porém, tanto Giscard quanto Schmidt adotaram uma abordagem que a autora caracteriza como “mais pragmática”, por meio de avanços simultâneos no espectro institucional e económico. Do ponto de vista institucional, Giscard e Schmidt compartilhavam a ideia de uma confederação europeia, o que eliminava uma das problemáticas presentes nas relações bilaterais do eixo franco-alemão nos anos de 1960. Enquanto na década anterior, a Alemanha tinha mais inclinação a um projeto europeu

federalista, a França apresentava-se, em contrapartida, com a abordagem intergovernamental característica de Charles De Gaulle. Segundo Weinachter (2008, p. 226), a convergência de Giscard e Schmidt acerca do modelo de confederação europeia permitiu avanço para a integração em termos institucionais na década de 1970. A autora cita como exemplo a proposta feita em 1974 por Giscard para a criação do Conselho Europeu e a eleição de membros do Parlamento Europeu por meio de sufrágio universal (Ibidem).

Já em termos económicos, Weinachter (2008, p. 228) atribui os esforços em favor da convergência das políticas económicas dos Estados-membros à deterioração das relações entre Alemanha e Estados Unidos. O descontentamento do chanceler alemão se dava, principalmente, pela política económica adotada pelo governo estadunidense, que reverberava em grandes flutuações cambiais e instabilidade das moedas europeias em relação ao dólar. Nesse sentido, tanto Schmidt quanto Giscard trabalharam juntos na proposta da Sistema Monetário Europeu (SME), que foi apresentada aos outros membros da CEE no ano de 1978, entrando em vigor em 1979. Apesar das dificuldades enfrentadas pela situação económica desfavorável da década de 1970, pode-se dizer que os esforços de Helmut Schmidt e Valéry Giscard em termos de integração foram exitosos de maneira geral, retomando a proximidade diplomática entre Alemanha e França.

A reaproximação diplomática foi mantida também na década de 1980, sob a chancelaria de Helmut Kohl e a presidência de François Mitterrand. Segundo Saunier (2008, p. 236), a proximidade pessoal entre Mitterrand e Kohl não atingia níveis equivalentes ao período de Giscard e Schmidt. No entanto, os interesses pela manutenção da cooperação entre Alemanha e França eram considerados como prioridade a fim de promover um modelo de boas relações franco-alemãs para os futuros chefes de governo dos dois países (Saunier, 2008, p. 238). Como reflexo do caráter prioritário das relações entre o eixo franco-alemão, a partir de 1983 Mitterrand e Kohl iniciaram negociações que levariam a um importante acordo entre os membros da Comunidade Europeia, no ano de 1984 em Fontainebleau. Saunier (2008, p. 237), aponta três avanços na reunião do Conselho Europeu de junho de 1984: “Thanks to the understanding between Mitterrand and Kohl, most of Europe’s disputes were resolved. EC members agreed on a financing for the European community in the future, on a compensation for the British deficit to the EEC budget and on a limitation to agricultural expenditures”. Saunier (2008) afirma que o acordo firmado em 1984 foi capaz de desbloquear negociações que se encontravam estagnadas. Da mesma forma, o acordo acerca do financiamento das Comunidades Europeias permitiu também avanços futuros, como o Ato

Único Europeu, em 1986. A partir do Ato Único Europeu ficava estabelecido que a passagem para o mercado comum deveria estar completa até 1993 (Saunier, 2008, p. 237).

Para Patrícia Daehnhardt (2013, p. 154) a ideia de um “motor franco-alemão” como elemento principal do avanço da integração europeia teve sua fase mais notável no momento final da Guerra Fria, com a reunificação alemã. Na década de 1990 iniciam-se as negociações para o Tratado de Maastricht e a ideia do “motor franco-alemão” referida por Daehnhardt se deve especialmente ao papel decisivo de Alemanha e França no processo. Como referido pela autora, na visão dos demais membros da CEE, Alemanha e França eram capazes de adiantar – se estivessem de acordo – ou estagnar os processos de negociação, caso as duas partes não concordassem.

Após 1989, a reunificação alemã veio imbuída de receios residuais originados no período da II Guerra, ou seja, uma desconfiança em relação à possibilidade de uma Alemanha de tendências hegemónicas e expansionistas (Daehnhardt, 2007, pp. 30, 31). Nesse sentido, pela perspectiva dos Estados envolvidos no processo de integração – especialmente a França – esta teria o papel de garantir a paz na Europa contra quaisquer impulsos alemães que pudessem vir a desestabilizar o continente novamente (Ibidem). Logo, para tal, a integração deveria atingir um estágio de institucionalização que não fosse possível de ser revertido, assegurando o compromisso de todos os envolvidos no processo. Do lado alemão, a integração servia como uma maneira de demonstrar o comprometimento com o processo (Dyson, 1999, p. 36). Em outras palavras, a Alemanha tinha interesse em deixar explícitas as intenções de reconciliação, de modo que os receios em relação a possíveis reflexos expansionistas fossem mitigados (Ibidem). Assim, o então chanceler alemão Helmut Kohl reforçou negociações com a França de modo a assegurar um compromisso comum em direção a uma integração que não permitisse ser revertida (Dyson, 1999, p. 37). Tal patamar de irreversibilidade traduziu-se posteriormente no compromisso de implementação da União Económica e Monetária (UEM), consolidado pela assinatura do Tratado de Maastricht, no ano de 1992 (Dyson, 1999, p. 37; Moniz, 2017, p. 448). Como refere Andor (2018, p. 215): “Launching an Economic and Monetary Union (EMU) in the early 1990s was explained by the need to fully exploit the potential of the Single Market, but it was also seen as a tool to ensure that European integration would be truly irreversible”.

Assim, a partir da necessidade de implementação da UEM, os obstáculos de negociação bilateral entre França e Alemanha passam a atingir com mais profundidade as divergências de carácter económico de ambos os países, expondo o que Dyson (1999) atribui

ao contraste entre as ideias de ambos os países em relação à UEM. Cada país possuía uma visão distinta em termos da relação causal entre a parte política e a parte económica para a finalização da união monetária (Dyson, 1999, p. 33). Na perspetiva francesa, havia a necessidade de uma série de regras que equilibrassem as políticas fiscais e monetárias, que ficariam sob tutela do Conselho Europeu e do Conselho para as Questões Económicas e Financeiras (ECOFIN) a fim de contrabalançar os poderes do Banco Central Europeu (BCE) (Ibidem). Igualmente, também era de extrema importância para a França que o conjunto de regras aos quais se referiam tivessem parte em um ambiente democrático que contasse com a representação equilibrada das nações envolvidas (Ibidem). Já do lado alemão, com fortes traços de ortodoxia económica, a UEM deveria salvaguardar a independência do BCE, de modo que fosse assegurada a estabilidade de preços, que houvesse uma política monetária despolitizada e com a garantia de um mercado aberto e competitivo (Dyson, 1999; Schoeller, 2018).

Como afirmam Dyson (1999, pp. 34, 35) e Schoeller (2018, p. 3), os impasses que se seguiram em termos da implementação da UEM estavam carregados de uma profunda cultura de práticas políticas e económicas de cada um dos países que, em última instância, se refletiam em diferentes conceções acerca de uma união monetária ideal³. Assim, as negociações anteriores à assinatura do Tratado de Maastricht foram marcadas por intensa negociação entre chefes de governo alemães e franceses, com concessões de ambos os lados (Dyson, 1999). Primeiramente, ainda em 1989, Helmut Kohl teria exposto ao governo francês a intenção de não definir um prazo para a consolidação da UEM, ao mesmo tempo em que propunha uma reforma institucional para a Comunidade Europeia (Baun, 1995-1996, p. 613). Particularmente no momento em que a reunificação alemã estava na agenda, a proposta de Kohl trouxe instabilidade para as negociações. Ou seja, pelo receio generalizado em relação a possíveis intenções expansionistas da Alemanha, a integração se mostrava como garantia de que tais intenções não se concretizariam (Ibidem). No entanto, como referido por Baun (1995-1996, p. 613), o posicionamento de Kohl demonstrava o contrário, resgatando as preocupações em

³ “What fundamentally united French and German negotiators was a shared commitment in principle to EMU as a central plank in the unification of Europe and to Franco-German reconciliation as its motor. That underlying objective has not been seriously in question. French negotiators — like Beregovoy - might have doubted the seriousness of intent of the Germans to go the full way: fearing that they might be lured into short-term concessions on such vital matters as harmonised EC taxation on income from savings and an independent Banque de France without reciprocation. Similarly, German negotiators might have mistrusted the capability and even will of the French to put in place the necessary domestic reforms to make EMU possible. In consequence, commitment to a shared objective has been enveloped by, and in danger of being lost within, a mist of mutual suspicions. But loyalty to Franco-German reconciliation retained a deeper diplomatic and political priority” (Dyson, 1999, p. 33).

relação à Alemanha. A situação veio a ser remediada por François Mitterrand, que cedeu às propostas de Kohl, porém, sob a condição de que a unificação alemã se desse em um ambiente de “ampla integração europeia” (Ibidem). Também ocorreram concessões de Alemanha e França no ano seguinte, 1990: enquanto a França cedia às demandas alemãs em relação à união política – como reforma institucional e aprofundamento dos poderes do Parlamento Europeu – a Alemanha se comprometia à aceleração dos processos para consolidação da união monetária (Baun, 1995-1996, p. 616).

Ainda no mesmo ano, devido a preocupações expressadas pelo Bundesbank em relação à manutenção da estabilidade financeira, a Alemanha recuou novamente quanto ao estabelecimento de uma data fixa para a consolidação da UEM (Baun, 1995-1996, p. 617). A Alemanha exigia critérios de convergência entre as condições económicas dos Estados-membros da CE para adesão à UEM, como parâmetros relativos à inflação, taxas de juros, desvalorização da taxa de câmbio, déficit orçamentário e dívida pública (Garrett, 1993, p. 108). No entanto, o receio novamente instaurado na Europa em relação à Alemanha serviu como manobra diplomática de Mitterrand para que Kohl fosse pressionado a ceder em favor do estabelecimento de datas para a finalização da união monetária (Baun, 1995-1996, p. 618).

A década de 1990 ficou marcada não somente pela assinatura do tratado que consolidou a UEM, mas também pela irredutibilidade do eixo franco-alemão na consolidação de um compromisso comunitário, dotando ambos os Estados de significativa relevância perante o continente Europeu. Assim, a determinação acerca de um compromisso comum deixou claros vestígios nas relações bilaterais entre Alemanha e França nos anos subsequentes, fazendo-se visíveis até mais de duas décadas após Maastricht.

Entre 1998 e 2005, os governos alemão e francês tinham como chefes de governo Gerhard Schröder e Jacques Chirac, respetivamente. Apesar da proximidade verificada entre o chanceler alemão e o presidente francês dos mandatos anteriores, as relações bilaterais franco-alemãs no início dos mandatos de Schröder e Chirac contaram com obstáculos. Apesar de tanto Schröder quanto Chirac apresentarem interesse mútuo em aprofundar a integração através de reformas estruturais, divergências de carácter económico provocaram a estagnação das relações franco-alemãs neste período. Uma das propostas de reforma mais problemáticas partiu do governo alemão e respeito à PAC. Schröder propunha uma estratégia de financiamento para a PAC que implicava retirar fundos do orçamento europeu, isentando os Estados-membros de contribuições nacionais (Stark, 2006, p. 111). Do ponto de vista francês, a proposta alemã faria com que o limite do orçamento comunitário fosse extrapolado,

colocando diretamente em causa o que fora acordado em anos anteriores em relação à PAC (Stark, 2006, p. 112). A irredutibilidade tanto de Schröder quanto de Chirac em relação à reforma da PAC durou cerca de três anos, como referido por Stark (2006, p. 112).

Após um período conturbado das relações entre Alemanha e França, em 2001 tanto Schröder quanto Chirac reabrem o diálogo em relação às reformas de aprofundamento da integração. A partir de constantes reuniões entre o presidente francês e o chanceler alemão, ambos chegaram a um acordo comum no ano de 2002 (Stark, 2006). Segundo Stark (2006), a partir de 2002 a reaproximação entre a Alemanha e a França passa a ser retomada. Com concessões por parte de Schröder, as intenções de renacionalização da PAC foram descartadas, proporcionando a reaproximação franco-alemã. Outro aspecto relevante para a o restabelecimento de relações próximas entre Alemanha e França foi o posicionamento comum de desaprovação da ação militar estadunidense contra o Iraque, no ano de 2003. A proximidade estabelecida após um período relativamente longo de divergências em relação à PAC estendeu-se até o fim do mandato de Gehrard Schröder, em 2005.

Aproximando-se do recorte temporal compreendido neste trabalho, no ano de 2005 Angela Merkel assume a posição de chanceler na Alemanha, dando continuidade à proximidade com a França. Merkel ocupa o posto de chefe de governo na Alemanha durante os dez anos do recorte temporal desta investigação – de 2006 a 2016. Neste período a chanceler alemã manteve contato com os três chefes de governo que passaram pela presidência francesa: Jacques Chirac, Nicolas Sarkozy e François Hollande. A começar por Jacques Chirac, suas relações foram mais próximas com o chanceler alemão anterior – Gerhard Schröder – principalmente por Chirac ter permanecido como presidente da França apenas durante um ano e meio após Merkel assumir o posto da chancelaria (Andor, 2018, p. 215). As relações franco-alemãs durante o período Merkel-Chirac não apresentaram grandes sinais de proximidade e tampouco manifestaram quaisquer sinais de desentendimento entre Alemanha e França (Patrício, 2006, p. 13). No entanto, as relações do eixo viriam tomar contornos substancialmente distintos a partir da eleição de Nicolas Sarkozy, em 2007. Como referido por Andor (2018, p. 215):

When the euro was introduced, Gerhard Schröder and Jacques Chirac were Chancellor and President, respectively, and they enjoyed a honeymoon period without major challenges to the euro. However, under their successors Angela Merkel and Nicolas Sarkozy, the cohesion and sustainability of the currency union were called into question as fundamentally new challenges arose: the Great Recession of 2008-09 and the subsequent eurozone crisis (Andor, 2018, p. 215).

Diferentemente das relações Merkel-Chirac, durante o mandato de Nicolas Sarkozy, a proximidade diplomática entre França e Alemanha aumentou significativamente (Schoeller, 2018, p. 1). Como referido por Schoeller (2018, p. 1), a proximidade entre Angela Merkel e Nicolas Sarkozy fica evidente a partir do grande número de encontros e reuniões entre ambos os líderes em diversas ocasiões. Como apontado pelo autor, Merkel e Sarkozy mantinham o costume de reunir-se sempre antes de cimeiras europeias que tratassem de questões importantes. A frequência de encontros e reuniões entre Merkel e Sarkozy inclusive rendeu aos líderes a alcunha de “Merkozy”, como se ambos funcionassem como ator único (Ibidem). Entretanto, apesar da proximidade diplomática entre Alemanha e França, Merkel e Sarkozy tinham ideias distintas em relação à abordagem que deveria ser tomada durante o momento da crise do euro. Segundo Crespy & Schmidt (2014, pp. 1085, 1086), enquanto Sarkozy advogava em favor do resgate financeiro, a posição de Merkel indicava uma preferência por medidas de austeridade e rejeição pela ideia do resgate. Apesar de momentos em que a tomada de decisão esteve estagnada, Sarkozy adotou o posicionamento em favor de medidas de austeridade – aplicando-as domesticamente na França – em troca do apoio alemão pelo planeamento da concessão do resgate aos países mais afetados pela crise.

Assim como durante o mandato de Nicolas Sarkozy, a partir de 2012, com François Hollande como presidente da França, a relação entre Alemanha e França também apresentou situações pendulares entre divergência e cooperação. Schoeller aponta para uma “paralisia” em termos de tomada de decisão por parte dos chefes de governo. Ao contrário do período “Merkozy”, as relações com François Hollande encontraram fortes obstáculos no que tange as estratégias de Alemanha e França para a crise. Como referido por Schoeller (2018, pp. 11, 12), não somente a mudança dos interesses franceses ocasionou grande incompatibilidade entre Merkel e Hollande, mas também as diferenças ideológicas e o posicionamento favorável de Hollande em relação aos países afetados pela crise. Diferentemente de Sarkozy, Hollande se mostrava inflexível quanto à rejeição das medidas de austeridade que eram de interesse da chanceler alemã. De acordo com o autor, Hollande buscava ampliar os pacotes de resgate e agir de forma mais independente. Ou seja, durante a presidência de Hollande, não foi mantido o costume de negociações prévias entre França e Alemanha antes de reuniões que tratassem de medidas para a crise do euro – prática que havia se tornado comum no mandato de Nicolas Sarkozy. Nas palavras de Schoeller (2018, p. 13): “In sum, a change of government together with a shift of France’s structural position in the conflict between creditor and debtor states –

and not the divergence of preferences in itself – led to the irreconcilability of the respective positions and thus to the failure of prenegotiations”.

A diferença entre os períodos Merkel-Sarkozy e Merkel-Hollande remontam ao “motor franco-alemão” referido por Daenhardt (2013), ou seja, em momentos de cooperação – como de Merkel e Sarkozy – as negociações em termos das medidas para a crise avançaram mais rapidamente; já durante o mandato de François Hollande, quando não havia compatibilidade entre ambos os chefes de governo, as negociações atingiram ponto de estagnação.

A partir da conjuntura ocasionada pela crise iniciada em 2008, as relações entre a França e a Alemanha retornam a um lugar de evidência similar ao que foi verificado na década de 1990, tornando as relações bilaterais entre os dois países novamente um dos debates centrais no continente europeu. A centralidade da discussão acerca da Alemanha e da França se dá, principalmente, pela atribuição do *status* de hegemonia compartilhada frente ao resto da Europa – tanto na década de 1990 quanto no momento da recessão (Bulmer, 2014, p. 1246). Especialmente durante a presidência de Nicolas Sarkozy, Schoeller, Guidi & Karagiannis (2017) apontam para um cenário de cooperação onde dois agentes – Alemanha e França – negociam um com o outro e utilizam uma instituição imparcial de caráter institucional formal para que os resultados dos acordos sejam garantidos e oficializados, sendo a instituição referida pelos autores a Comissão Europeia. Nesse sentido, a partir da relevância do eixo franco-alemão, é fundamental refletir sobre o poder exercido por ambos no contexto na União Europeia, de modo a compreendermos como Estados-membros de maior peso político são capazes de exercer influência. Com este propósito, na secção a seguir é discutido sobre o que diz a literatura acerca das relações de poder entre Estados no contexto europeu, com enfoque sobre peso político do eixo franco-alemão e sua relação com as instituições europeias.

3.2 – Assimetria e poder na União Europeia

Tendo em vista o histórico do eixo franco-alemão no processo de integração europeu, Alemanha e França dispõem de considerável peso político no contexto da União Europeia. Entretanto, apenas a relevância política por si só não serve como fator autoexplicativo para que seja verificada a influência da França e da Alemanha sobre a Comissão Europeia durante a crise do euro. Nesse sentido, é necessário compreender sob quais circunstâncias é que

ocorrem as dinâmicas entre Estados-membros mais influentes, como Alemanha e França, com Estados-membros menos influentes e com o âmbito institucional da União Europeia. A fim de clarificar como ocorrem as relações de poder na União Europeia, nesta secção será discutido sobre o conceito de poder através da ótica da assimetria de interdependência, de modo que possamos avançar para responder à questão de investigação proposta neste trabalho.

Muito é discutido acerca de Estados-membros da União Europeia que detêm poder de barganha em negociações e relevância institucional. Porém, Lehne (2012, p. 3) aponta para o facto de que esta preponderância não é diretamente explicitada na literatura académica de modo que se afirmem os papéis de liderança de Estados mais poderosos na esfera institucional da UE. Ou seja, especialmente no que tange a França e a Alemanha, quando lhes é atribuído o *status* de Estados-membros hegemónicos, a literatura não põe necessariamente em causa a integridade das instituições europeias e a imparcialidade dos órgãos envolvidos. Nesse sentido, Lehne (2012) refere que há uma preferência em manter o pressuposto da igualdade de relevância entre todos os Estados-membros, visto que o arranjo institucional da União Europeia – desde o início da integração – tem como objetivo assegurar o equilíbrio entre Estados, de modo que nenhum se sobressaia ao outro (Fabbrini, 2015, p. 4).

Primeiramente, é necessário estabelecer como se configura o poder de uma forma geral. O conceito de poder em si acaba por ser um elemento extremamente amplo, que pode apresentar diferentes conceções em diferentes cenários e períodos. Como refere Wivel (2010, p. 15), Estados menos relevantes na Europa já não possuem preocupações relativas à sua integridade territorial e soberania, por exemplo. Igualmente, o autor também observa que o poder está cada vez menos relacionado a questões de matéria bélica, em comparação ao século anterior. Nesse sentido, apenas referir “poder”, no sentido mais amplo da palavra, não é uma escolha que nos serve em termos conceptuais. Como referem Keohane & Nye (1977, p. 10), uma das formas de compreender poder é pela habilidade que um ator tem em convencer o outro a fazer algo que ele não deseja. Porém Keohane & Nye (1977) e Wivel (2010) apontam que esta definição por si só ainda não é capaz de definir o fenómeno do poder por completo, mas sim possibilitar a compreensão de fatores que podem ser entendidos como “fontes” do poder.

Dentre uma das principais fontes que indicam o poder de um Estado, Keohane & Nye (1977) apresentam a assimetria de interdependência. Porém, para que seja definida a assimetria de interdependência, é necessário que, em primeiro lugar, sejam definidos os dois conceitos

chave que compõem este fator: a **assimetria** e a **interdependência**. Quando no intuito de verificar as diferenças entre Estados-membros mais ou menos influentes, começaremos por conceptualizar o poder por meio da “assimetria”. A escolha da assimetria se baseia no que é referido por autores como Wivel (2010), Panke (2011), Long (2012), Schimmelfennig (2015), Fabbrini (2015) e Schild (2020), que pontuam em seus trabalhos as diferenças entre a preponderância detida por alguns Estados-membros em termos de processos decisórios, influência institucional e barganha intergovernamental. Segundo os autores, estas diferenças resultam da capacidade que estes Estados-membros detêm em agir de maneira independente quando na busca por satisfazer interesses nacionais na União Europeia. Nas palavras de Wivel (2010, p. 16):

Still, power asymmetry and its effects do not end with institutionalisation. In the European Union, small states are at the same time more dependent on European integration than the great powers and less able to influence the outcome of treaty negotiations. Typically, they are unable to defend themselves militarily against their more powerful neighbours, and their economies are more dependent on trade because of their small domestic markets. Thus, the lowering of barriers to free-trade and, more broadly, cooperation on economic and security affairs in the European Union is beneficial for small states. However, at the same time small states are vulnerable in negotiations, because they benefit relatively more from institutionalisation and integration than the great powers and are most often unable to ‘go-it-alone’ (Wivel, 2010, p. 16).

De acordo com Long (2012), a assimetria deve ser analisada através da compreensão das relações entre Estados. Ou seja, ao invés de analisarmos o poder apenas sob a ótica do território, poderio militar e condições económicas, a assimetria nas relações entre Estados implica um Estado, ou grupo destes, que possua maior capacidade de atingir seus objetivos quando em momentos de tomada de decisão ou negociações. No entanto, essa preponderância quando analisada no seio da União Europeia, está em contradição com o que é proposto pelos tratados. Como referido anteriormente, Lehne (2012) e Fabbrini (2015) apontam que, teoricamente, os Estados-membros devem ser considerados de maneira igual quando na decisão de diretivas e regulamentos comuns. No entanto, esta suposição tende a negligenciar as assimetrias entre Estados mais e menos influentes.

A assimetria, importa referir, pode ser verificada através de diferentes aspetos na União Europeia. Em literatura mais recente, a assimetria na UE aparece diretamente ligada ao aspeto económico e, inevitavelmente, à Alemanha e à França. A assimetria, como referem Bulmer (2014, p. 1247) e Schild (2020, p. 449), tem origem no papel de relevância de ambos

estes Estados-membros quando nos momentos iniciais da integração. Nesse sentido, Maris & Sklias (2020) referem não somente a preponderância da Alemanha e da França em momentos de integração, mas também nas reformas da UEM no momento após a crise.

Já quando analisando o momento da crise do euro, Schimmelfennig (2015) refere a assimetria de interdependência relacionada ao poder de barganha. A começar pela assimetria de interdependência, é necessário compreender como a assimetria se configura em um contexto interdependente. Assim, Keohane & Nye (1977, p. 7, 8) definem a interdependência como dependência mútua entre dois ou mais atores. Na situação de negociações ou transações entre países, a interdependência prevê que, para ambas as partes, haverá custos associados ao produto final destas negociações ou transações (Ibidem). Ou seja, nas palavras de Keohane & Nye (1977, p. 8) “onde há custos recíprocos nas transações (não necessariamente simétricos), há interdependência”. Os autores referem ainda que mesmo a interdependência sendo mútua, ou seja, implicando custos para ambas as partes de uma negociação, não necessariamente ela é “simétrica”. O facto de a interdependência não ser simétrica se caracteriza pela preponderância de determinados Estados sobre outros através dos custos de uma transação ou negociação. É neste sentido que se fundamenta o conceito da interdependência assimétrica. Através de custos recíprocos, porém, desiguais, alguns Estados possuem mais espaço para negociar em favor de seu próprio interesse. Nas palavras de Keohane & Nye (1977, p. 9): “It is asymmetries in dependence that are most likely to provide sources of influence for actors in their dealings with one another. Less dependent actors can often use the interdependent relationship as a source of power in bargaining over an issue and perhaps to affect other issues”. Assim, o que Schimmelfennig (2015) quer dizer quando analisa a crise da zona euro sob a ótica do conceito da assimetria de interdependência é que os Estados menos atingidos pela recessão são menos interdependentes e, portanto, têm a capacidade de exercer maior influência durante negociações. Igualmente, Schimmelfennig (2015) também observa que a assimetria relativa à interdependência não somente se verifica nestes grupos mais atingidos pela crise, mas também ocasiona um senso de responsabilidade direcionada àqueles que se encontram em situação mais estável. Em outras palavras, é atribuído aos Estados menos atingidos o compromisso de agir em favor de soluções em momentos críticos.

Por outro lado, ainda se tratando da assimetria de interdependência, o poder de barganha acaba por ser um aspeto que ganha relevância em um contexto de “custos mútuos e não simétricos”. Portanto, a barganha surge como fruto da busca pelo interesse nacional, com o objetivo de alcançar o maior benefício possível através da negociação. Dessa forma, o que

ocorre é um choque de interesses, onde os países mais dependentes apresentam interesses distintos em comparação a países menos dependentes. Moravcsik (1998b, p. 60) associa este choque de interesses à interdependência assimétrica ao referir que o poder de barganha é uma combinação entre a interdependência assimétrica e a intensidade de preferências de cada ator envolvido em uma negociação. Assim, a soma do nível de dependência de cada ator envolvido ao valor que cada um destes atribui ao resultado de uma negociação (intensidade de preferência) dita o saldo final do poder de barganha que cada ator possui (Ibidem). Associando-se novamente a interdependência assimétrica ao contexto da crise do euro, em estudos como o de Bogain (2014) e Finke & Bailer (2019), a assimetria também é apresentada através de como diferentes países foram afetados pela instabilidade económica. Os autores ilustram esta afirmativa referindo que os níveis de instabilidade em países como Alemanha e Holanda (menos dependentes) foram significativamente menores do que na Grécia ou na Itália, por exemplo.

Definidos alguns dos termos em que a assimetria de interdependência é identificada, importa também refletir sobre o que ela significa em termos práticos. A assimetria apontada por Schild (2020, p. 449), implica o que o autor denomina como uma “co-liderança” da Alemanha e da França, resultando em um peso significativo destes países no ordenamento geral da União Europeia. Como o próprio autor refere em um trabalho anterior, a liderança do de ambos se apresenta na forma de propostas de medidas a serem tomadas, buscando apoio e comprometimento de outros Estados-membros para que estas propostas sejam efetivadas (Schild, 2013, p. 26). Esta atitude não é exclusividade apenas da França e da Alemanha. Como demonstrado por Panke (2011), vários Estados-membros tendem a engajar em negociações com outros Estados-membros em momentos anteriores a tomadas de decisão. Esta atitude foi denominada pela autora como sendo um lobby de Estado. Algo similar também foi referido por Guigi, Schoeller & Karagiannis (2017, p. 10), quando os autores se referem a atitudes “empreendedoras” de atores influentes na União Europeia. No entanto, as condições de assimetria de interdependência impossibilitam que Estados-membros menos influentes se beneficiem destas estratégias.

Em termos institucionais, a assimetria de interdependência põe em causa a igualdade entre Estados-membros na qual se fundamentam os tratados. A preponderância de um grupo de Estados-membros, baseando-se no princípio de que buscarão sempre seu interesse nacional, tende a gerar um ciclo que perpetua a posição privilegiada destes Estados, o que é denominado por Maria & Sklias (2020) como “*feedback loop*”. Este fenómeno também foi

apontado por Guidi, Schoeller & Karagiannis (2017) ao indicar que, no momento da crise, França e Alemanha articulavam-se em momentos anteriores a deliberações no seio institucional. Ao angariar apoio para medidas que eram de interesse de ambos, França e Alemanha buscavam ter mais controlo sobre os resultados de deliberações oficiais. Assim, o que podemos afirmar, tendo como base a literatura aqui explorada, é que parece existir preponderância de alguns Estados-membros sobre outros. Esta preponderância nem sempre será refletida nas decisões de instituições europeias (Guidi, Schoeller & Karagiannis, 2017), mas põe em causa muito do que foi trabalhado por algumas teorias da integração acerca da governação na União Europeia, como funcionalismo e neofuncionalismo, por exemplo. As estratégias de barganha e a quais políticas a influência pode ser direcionada vão variar de acordo com o contexto e com os atores envolvidos. Nesse sentido, Lehne (2012), assim como Panke (2011), chamam a atenção para uma lacuna na literatura em termos de analisar e compreender de maneira sistemática como a barganha e a influência ocorrem sobre o âmbito institucional da UE, apesar de haver um consenso informal acerca da relevância de alguns Estados-membros.

Em grande parte dos trabalhos referidos nesta secção, a relevância da França e da Alemanha é frequentemente afirmada, no entanto, esta é geralmente verificada através de aspetos e momentos pontuais da crise do euro ou por meio de questões conceptuais e abordagens da integração. O trabalho de Schimmelfennig (2015), por exemplo, aborda a crise da zona euro e da migração através de uma abordagem neofuncionalista. Guidi, Schoeller & Karagiannis (2017) abordam a influência da França e da Alemanha apenas durante o mandato de Nicolas Sarkozy, através da formação de instituições informais no momento da crise. O trabalho de Schild, do ano de 2013, analisa o engajamento da Alemanha e da França como líderes durante a crise, sendo limitado pelo ano de publicação e não apresentando conclusões posteriores. Já em 2020, Schild retoma um trabalho similar, porém com maior enfoque sobre as reformas da UEM. Assim, neste trabalho buscamos sanar a lacuna existente no que tange a análise da influência da Alemanha e da França sobre a Comissão Europeia em um contexto geral da crise. Buscamos apresentar o exercício de influência através de uma análise que compreenda um período temporal ampliado – correspondente a dez anos – e instrumentos de controlo como parâmetro de comparação.

Por fim, neste capítulo foram abordados o contexto histórico das relações bilaterais entre a Alemanha e a França, assim como as principais perspetivas acerca de poder na União Europeia e as dinâmicas da assimetria de interdependência entre Estados-membros mais ou

menos influentes. A partir do histórico franco-alemão na integração europeia, sua relevância parece ser um fator indissociável da discussão acerca de relações de poder entre Estados na UE. Tanto pelo seu papel na integração quanto pelo protagonismo na política europeia, a cooperação entre Alemanha e França estabeleceu um lugar de relevância mesmo depois de mais de seis décadas após primeiros passos em direção à integração. Como dois Estados-membros de considerável peso político na União Europeia, França e Alemanha acabam por ocupar uma posição de preponderância sobre outros Estados-membros. Considerando a interdependência assimétrica, referida por Keohane & Nye (1977) e Schimmelfennig (2015), tanto a Alemanha quanto a França possuem fatores próprios que os favorecem frente a negociações no contexto europeu, tornando-os capazes de influência. Portanto, frente a este contexto, o capítulo a seguir trata da metodologia deste trabalho, onde serão descritos os instrumentos utilizados para verificarmos se houve influência de França e Alemanha sobre a Comissão Europeia, bem como os objetivos e hipóteses desta investigação.

Capítulo 4 - Metodologia e Hipóteses

Neste trabalho, o que buscamos identificar é se a França e a Alemanha foram capazes de exercer influência sobre as medidas tomadas durante a crise. Para verificar se Alemanha e França exerceram influência sobre o âmbito institucional da UE, direcionaremos a análise para a Comissão Europeia, cujo posicionamento nos contextos antes, durante e pós-crise é a variável dependente do nosso estudo. Dessa forma, para que fosse possível analisar se o posicionamento da Comissão Europeia sofreu influência proveniente destes dois Estados-membros, o recorte temporal compreendido nesta investigação cumpriu um período de dez anos: de 2006 a 2016, de modo que fosse feita uma análise longitudinal dos momentos antes, durante e após a crise da zona euro.

Portanto, neste capítulo serão apresentados, primeiramente, os objetivos e as hipóteses desta investigação, seguidos da descrição dos métodos que foram utilizados para verificar se houve influência da França e da Alemanha sobre o posicionamento da Comissão Europeia durante o período da crise.

4.1 – Objetivos e Hipóteses

A fim de constatar até que ponto a Alemanha e a França foram capazes de exercer influência sobre a Comissão Europeia, esta investigação tem como objetivo verificar se houve alinhamento entre a definição de objetivos comuns e as medidas tomadas por parte da Comissão com os interesses políticos da Alemanha e da França.

Em tempo, é necessário destacar que o alinhamento por si só não configura necessariamente *influência*. Como referido por Dür (2008) e Klüver (2009), o alinhamento de posicionamentos políticos entre os atores sob análise é um fator que auxilia na identificação da influência, mas não a configura se analisado como elemento isolado. O que Dür (2008) e Klüver (2009) sugerem é que o alinhamento seja comparado com os *outcomes* de determinadas decisões políticas. Assim, é possível identificar se as preferências dos atores envolvidos são verificadas no resultado da decisão em questão. Nas palavras de Dür (2008, p. 567): “Measuring interest group influence by assessing the degree of preference attainment has several advantages. Most importantly, this method can detect influence even if nothing visible happens, for example because all lobbying is secret or because structural power is at work.

Through whatever channel it works [...], influence by definition should be visible in the outcomes that can be studied”.

A partir da identificação das preferências da Alemanha, França e da Comissão Europeia, temos o parâmetro sugerido por Dür (2008) e Klüver (2009): o posicionamento dos atores sob análise. O posicionamento destes atores possibilita que seja verificado se há alinhamento entre Alemanha, França e Comissão Europeia. Igualmente, sendo a Comissão Europeia a variável dependente, as variações de seu posicionamento ao longo do tempo servem como indicadores para verificarmos se a influência durante a crise ocorreu ou não. Como é referido por Michalowitz (2007, p. 134), a influência pode ser identificada quando há uma mudança no posicionamento do ator a ser influenciado. Ou seja, se o posicionamento da variável dependente se encontra mais próximo ao das variáveis independentes em comparação ao seu posicionamento inicial.

Assim, neste trabalho, a partir do posicionamento dos atores em questão, pode-se identificar o nível de alinhamento entre Alemanha França e Comissão Europeia. Dessa forma, o alinhamento serve como instrumento para que verifiquemos se houve influência de Alemanha e França sobre a Comissão Europeia durante a crise do euro.

Igualmente, também foram elaboradas duas hipóteses que dizem respeito à Alemanha e a França, de modo que fosse possível perceber se houve intenções de um alinhamento por parte destes dois Estados-membros em virtude de exercer influência sobre a Comissão Europeia.

Hipótese 1 - Durante a crise da zona euro, entre 2008 e 2013⁴, Alemanha e França posicionam-se como líderes no que diz respeito a encontrar soluções para a crise.

A importância histórica da Alemanha e da França, dado seu papel durante a implementação da união monetária, aparentemente não é restringida apenas ao período inicial da integração. A cooperação bilateral inicial serviu como meio para consolidação de etapas decisivas na integração e, apesar das divergências ao decorrer dos anos, tanto Alemanha quanto França mantiveram o *status* inicial de potências regionais estivessem ou não em conformidade acerca de assuntos europeus (Daehnhardt, 2013, p. 154; Krotz & Maher, 2016, p. 2). O propósito desta hipótese se fundamenta na persistência desta imagem de liderança

⁴ Ver Maurer & Grussenmeyer (2015).

durante o recorte temporal aqui compreendido, buscando analisar se tal papel foi conscientemente reforçado no momento em que a crise ocorreu.

Diferentemente de identificar até que ponto Alemanha e França foram capazes de influenciar as medidas tomadas durante a crise, nesta hipótese o que buscamos verificar foi se ambos os Estados-membros se posicionaram como atores decisivos neste processo e se demonstraram interesse em se apresentar como líderes no que concernem as soluções para a recessão. Como afirma Schimmelfennig (2015, pp. 178, 179): “Whereas negotiations produced a co-operative solution averting the breakdown of the EA [Euro Area] and strengthening the credibility of member state commitments, asymmetrical interdependence resulted in a burden-sharing and institutional design that reflected the preferences of Germany and its allies predominantly”. No entanto, apesar da proximidade histórica entre os dois países, também é necessário pontuar que, no que tange as medidas tomadas durante a crise, muitos estudos apontam divergências entre Alemanha e França, colocando em questão a convergência de interesses e um posicionamento intencional destes países como vetores na resolução da crise (Steinberg & Cienfuegos, 2012, p. 64; Schild, 2013, p. 42, 43; Schimmelfennig, 2015, pp. 182, 183; Schoeller, 2018, pp. 1, 2). Igualmente, a literatura aponta com frequência a predominância de interesses alemães sobre interesses franceses (Schild, 2013, p. 39; Schimmelfennig, 2015, p. 179; Schoeller, 2018, p. 2; Schild, 2020, p. 249).

Levando em consideração as diferentes perspectivas acerca das relações entre França e Alemanha durante a crise, a Hipótese 1 tem por objetivo identificar se estes Estados-membros buscam assumir o *status* de liderança quando no momento da crise. Como referido anteriormente, a literatura aponta divergências entre Alemanha e França. No entanto, nesta hipótese, o posicionamento de Alemanha e França será medido individualmente, independentemente da proximidade – ou não – das relações bilaterais entre os Estados-membros sob análise.

Ainda em relação a esta hipótese, importa referir que através da codificação automática não é possível verificar se Alemanha e França se posicionaram como líderes em relação à crise. Por não ser possível restringir o tipo de variável a ser analisada pelo Wordfish, a Hipótese 1 foi analisada apenas na fase de codificação manual.

Hipótese 2 – O alinhamento entre França e Alemanha diminuiu durante a crise da zona euro.

No momento do início da crise do euro, Angela Merkel e Nicolas Sarkozy ocupavam os postos de chefes de governo de Alemanha e França, respetivamente. A proximidade entre a chanceler alemã e o presidente francês não somente é evidente pela ótica dos acontecimentos durante este período como também é constantemente referida pela literatura (Schild, 2013; Schoeller, Guidi & Karagiannis, 2017; Schoeller, 2018). No entanto, a partir da eleição de François Hollande – no ano de 2012 – a proximidade entre os dois países parece não ter persistido da mesma maneira que com o presidente francês anterior, da mesma forma que muitos estudos acerca da proximidade do da França e da Alemanha durante a crise indicam a estagnação das negociações acerca das medidas a serem tomadas em relação à recessão (Schild, 2013; Schoeller, 2018). Como apontado por Schoeller (2018, pp. 2, 3), uma série de perspetivas acerca da oscilação das relações bilaterais entre França e Alemanha foi elaborada. Algumas destas inclusive sugerem a preponderância alemã sobre a França, indicando a instrumentalização da proximidade entre ambos os Estados-membros por parte da Alemanha, de modo que a Alemanha conduzisse a maior parte dos processos decisórios (Schild, 2013; Bulmer, 2014). Assim, a partir do distanciamento apontado pela literatura entre Alemanha e França a partir da eleição de François Hollande (Schild, 2013; Schoeller, Guidi & Karagiannis, 2017; Schoeller, 2018; Andor, 2018), o que buscamos investigar no âmbito desta hipótese foi se o alinhamento entre os posicionamentos políticos da França e da Alemanha foi impactado negativamente durante o período da crise, ou seja, se o alinhamento entre os dois Estados-membros decresce durante a crise. Um aspeto de importância é que, diferente da Hipótese 1, a Hipótese 2 foram possível de ser testada em ambas as fases de codificação, possibilitando o uso dos 418 documentos para a análise.

Na próxima secção explicitamos a seleção de casos deste trabalho: Alemanha, França, a Comissão Europeia e um Estado-membro de controlo, representado pela Holanda, de modo que pudéssemos verificar que o alinhamento entre França e Alemanha diminuiu durante a crise.

4.2 – Seleção de casos

Neste trabalho, para verificar a influência de Alemanha e França sobre a Comissão Europeia, direcionamos a análise para quatro atores: Alemanha, França, a Comissão Europeia e um Estado-membro de controlo.

No que tange a escolha da Alemanha e da França, neste trabalho dois motivos foram considerados determinantes para que fossem os atores de análise para verificar a influência. Primeiramente, como referido no segundo capítulo desta tese, o eixo franco-alemão desempenhou um papel de grande importância em momentos decisivos da integração – principalmente no processo para consolidação da união monetária. O contexto histórico apresentado pela literatura refere constantemente a ideia de um “motor franco-alemão” no processo de integração europeia, apresentando Alemanha e França como atores capazes de impulsionar ou estagnar as negociações de tratados e acordos e medidas políticas (Cole, 2008, p. 156). O segundo aspeto está relacionado ao primeiro e se concentra no papel de França e Alemanha durante a crise da zona euro. Dada a tradição das relações bilaterais entre os dois Estados-membros e seu papel determinante no processo de integração, estudos apontam que Alemanha e França também protagonizaram decisões de extrema importância em relação às medidas tomadas durante a crise (Schimmelfennig, 2015; Maris & Sklias, 2016). No entanto, apesar do enfoque sobre Alemanha e França nestes trabalhos, pouco é apresentado em termos de dados acerca da influência dos dois sobre o âmbito institucional da União Europeia. Nos trabalhos de Schimmelfennig e Maris & Sklias, por exemplo, os aspetos explorados se referem mais à barganha entre Estados do que a influência sobre o âmbito institucional. As negociações entre Estados-membros foram um aspeto marcante da crise, a partir de iniciativas tomadas à margem do ordenamento institucional original, como o IIEEF (Instrumento Europeu de Estabilidade Financeira) e o MEEF (Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira). No entanto, a partir da combinação entre o contexto histórico de Alemanha e França seu papel durante a crise, é necessário verificar em que medida o peso político destes Estados-membros é transposto também a instituições de carácter supranacional.

Quanto à escolha da instituição para onde é direcionada a análise, para que fosse possível verificar se houve influência por parte da França e da Alemanha no âmbito institucional da UE, foi necessário considerar, primeiramente, quais as principais instituições da União. A União Europeia compreende três principais instituições internas, as quais são denominadas como o “triângulo institucional”, o qual representa o equilíbrio entre os poderes destas instituições (Brandão et al., 2017). São estas: o Conselho da União Europeia, responsável por representar os interesses dos Estados-membros; o Parlamento Europeu, única

instituição eleita diretamente pelos cidadãos e que, portanto, representa os interesses dos mesmos; e, por fim, a Comissão Europeia, órgão executivo cujas principais funções se encontram na capacidade de iniciativa legislativa, bem como no dever de garantir o cumprimento dos Tratados e da legislação aprovada pelo Conselho e Parlamento (Moury, 2016, pp. 12,13; Brandão et al., 2017).

Neste trabalho a instituição de escolha foi **Comissão Europeia**, por ser o órgão executivo da União Europeia, o qual deve ser dotado de total imparcialidade no trato de políticas e objetivos comuns (Cram et al., 1999, p. 6; Bauer & Becker, 2014, p. 215; Nugent & Rhinard, 2015, p. 5). Em outras palavras, a Comissão é o único órgão dotado do “direito de iniciativa”, ou seja, é o órgão ao qual compete propor nova legislação. Sendo assim, a Comissão Europeia deve priorizar objetivos políticos que visem o bem comum da União Europeia, elaborando propostas legislativas que deverão ser aprovadas tanto pelo Parlamento como pelo Conselho. Também importa referir que, embora a Comissão não possua o poder de decisão final, à CE compete promover os interesses da União, iniciar legislação e supervisionar políticas sem que estas sejam influenciadas pelos interesses particulares de Estado-membros, partidos políticos ou grupos de interesse específicos (Bauer & Becker, 2014, p. 215; Nugent & Rhinard, 2015, p. 5). Igualmente, para além da proposta de legislação e salvaguarda dos objetivos comuns, a Comissão também é responsável por gerir o orçamento da União junto ao Tribunal de Contas. Portanto, considerando as obrigações da Comissão, esta formalmente deve agir com total neutralidade (Cram et al., 1999, p. 6).

Já no que concerne o contexto verificado durante a crise da zona euro, a Comissão Europeia, para além de ser um dos principais órgãos executivos, fez parte da equipa responsável pelo resgate financeiro durante a crise, a *troika*, (Laffan et al., 2016, pp. 299, 300). Composta pela Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Central Europeu (BCE), a *troika* foi criada em abril de 2010 por ministros das finanças da zona euro e designada especificamente para o resgate da Grécia durante a crise (Lequesne, 2016, p. 62). Porém, as operações de *troika* vieram por se estender a mais países que necessitaram do resgate.

Por fim, de modo que tivéssemos um parâmetro de comparação, foi selecionado também um Estado-membro para controlo. Neste trabalho, o Estado-membro de controlo se configura como um parâmetro de comparação em relação ao alinhamento da Alemanha e da França com a Comissão Europeia. Assim, o Estado-membro de controlo serve para que se possa verificar se este teve suas preferências relativas ao interesse nacional tratadas de maneira

diferente ou similar ao da Alemanha e da França. Como referido por Della Porta & Keating (2008, p. 274) e Ragin (1987, p. 59) o uso de um caso de controlo para fins de comparação auxilia na compreensão da ação das variáveis independentes – no caso deste trabalho, Alemanha e França. Portanto, o caso de controlo deve constituir um fator que não interfere na ação da variável independente sobre a variável dependente. Nas palavras de Della Porta & Keating (2008, p. 274), a variação no caso utilizado para controlo deve ser “improvável que tenha produzido o resultado para o qual se está olhando”.

Assim, para que tivéssemos o parâmetro de comparação adequado, o Estado-membro selecionado para controlo foi a Holanda. Por estar dentre os três países que mais contribuíram para os fundos de resgate financeiro, a Holanda se encontra num patamar similar de comparação à Alemanha e à França. A diferença entre as contribuições neerlandesas quando em comparação à Alemanha e França resultam em 495 e 339 mil milhões de euros, respetivamente (Zeiner & Meister, 2013). Apesar do diferencial de montantes, quando colocados em comparação os valores a outros dados do país – como contingente populacional – a contribuição neerlandesa atinge nível similar ou maior quando em comparação às contribuições da Alemanha e da França. Sendo o terceiro Estado-membro a mais ter contribuído para os fundos de resgate, em termos de montantes *per capita*, a contribuição da Holanda se equipara às de Alemanha e França. Nesse sentido, a Holanda constitui um parâmetro comparativo adequado por apresentar as condições mais similares à Alemanha e a França quando em relação a outros países que também contribuíram para os fundos de resgate⁵. A partir das condições similares entre os Estados-membros sob análise, é possível verificar se a Alemanha e a França exercem mais influência sobre a Comissão Europeia quando em relação à Holanda. Abaixo, na Tabela 1, podem ser verificados os montantes – em mil milhões de euros – cedidos ao resgate financeiro pela Alemanha, França e Holanda:

Tabela 1 - Montantes cedidos ao resgate financeiro

	Alemanha	França	Holanda
Montante cedido ao resgate (em mil milhões de euros)	631	475	136
Contingente populacional (em milhões) (*)	81,8	64,6	16,5

⁵ Para mais informações ver Zeiner & Meister (2013, p. 49).

Valor <i>per capita</i>	7713,93	7352,94	8242,42
(em euros)			

^(*) O contingente populacional levando em consideração foi o do ano de 2010, quando foi cedido o primeiro pacote de resgate financeiro.

Igualmente, a Holanda participou ativamente nos momentos iniciais da integração. Apesar de ser um Estado-membro alheio ao tradicional eixo franco-alemão, assim como a Alemanha e a França a Holanda esteve presente desde os primeiros avanços em direção à integração, como parte do Benelux⁶ e sendo um dos seis primeiros membros da CECA. Em termos de contribuições mais significativas, é necessário mencionar o papel do ministro de negócios estrangeiros neerlandês, Johan Beyen, em relação à ideia de cooperação económica na Europa. No início da década de 1950, enquanto o processo de integração se encontrava incipiente, Beyen apresentou a ideia de cooperação económica, para além das alternativas de política e defesa (Silva, 2017, p. 60). A iniciativa Beyen que, posteriormente, ficou conhecida como o Plano Beyen, contou com a colaboração de Paul-Henri Spaak e Joseph Bech – ministros de negócios estrangeiros da Bélgica e Luxemburgo, respetivamente. O Plano Beyen reuniu as ideias de Beyen às de Jean Monnet, sendo apresentado aos membros da CECA em 1955 (Ibidem). Este plano teve papel fundamental em negociações futuras acerca da integração europeia, tendo fundamentado as bases para os tratados de Roma, em 1957 e a criação da CEE e da Euratom (Comunidade Europeia da Energia Atómica), no ano de 1958 (Ibidem).

Para além do contexto histórico, quando em comparação aos demais países que mais contribuíram para os fundos de resgate, a Holanda é o Estado-membro que mais se equipara com a França e a Alemanha em termos de nível de financiamento ao resgate financeiro. Em relação aos outros oito países referidos por Zeiner & Meister (2013, p. 49)⁷, o montante cedido pela Holanda é o que mais se aproxima à quantia total cedida pela França e pela Alemanha. Por mais que os valores *per capita* de países como Áustria e Finlândia ultrapassem os valores *per capita* da Holanda, o montante total destes outros Estados-membros representava uma diferença muito expressiva em comparação à Alemanha e a França. Igualmente, dentre os outros Estados-membros referidos por Zeiner & Meister (2013), o

⁶ A sigla Benelux se refere à união aduaneira estabelecida no ano de 1948 entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo (Dinan, 1998, p. 25).

⁷ Zeiner & Meister (2013) referem os dez países que mais contribuíram para os fundos de resgate. São estes, respetivamente, em mil milhões de euros: Alemanha (631), França (475), Holanda (136), Bélgica (85), Áustria (66), Finlândia (42), Eslováquia (21), Eslovênia (11), Luxemburgo (6), Estónia (5) e Malta (2).

único com peso histórico equiparável à Holanda é a Bélgica, o quarto Estado-membro a mais contribuir para os fundos de resgate. Entretanto, a Bélgica não dispõe de dados disponíveis em anos anteriores a 2016 em sua página oficial⁸.

Dessa forma, a Holanda se enquadra como um país similar à Alemanha e França. Pela contribuição significativa durante a crise, por fazer parte da zona euro e das primeiras iniciativas da integração, a Holanda, como Estado-membro de controlo, configura um patamar de comparação adequado para que se verifique a diferenças de alinhamento entre as variáveis independentes (Alemanha e França) e a Comissão Europeia.

A partir da seleção dos casos aqui referidos, compreendemos que a análise da influência da Alemanha e da França sobre a Comissão Europeia deve ser feita a partir de atores que possibilitem uma visão mais clara sobre a ação da França e da Alemanha. Selecionando um país de controlo cujo contributo durante a crise é equiparável ao da Alemanha e da França, assim como uma instituição que pressupõe a imparcialidade, é possível visualizar de maneira mais clara se a influência de Alemanha e França ocorre ou não. A seguir serão descritas a metodologia e os instrumentos utilizados nesta investigação para que seja possível verificar a influência de Alemanha e França sobre a Comissão Europeia.

4.3 – Metodologia e procedimentos de investigação

De modo a podermos avaliar a influência exercida pela Alemanha e pela França durante a crise, recorreremos ao uso da análise de conteúdo por meio de método misto, com uma primeira fase quantitativa e uma segunda qualitativa. A escolha da análise de conteúdo para esta investigação se justifica a partir da fiabilidade e da possibilidade de réplica do método (Krippendorff, 2004). Igualmente, este tipo de análise permite que sejam feitas inferências não somente descritivas do conteúdo em questão, como também admite que sejam considerados aspetos contextuais, possibilitando a compreensão em profundidade dos documentos em análise (Bardin, 1977; Krippendorff, 2004). Nas palavras de Krippendorff (2004, p. 18):

Content analysis is a research technique for making replicable and valid inferences from texts (or other meaningful matter) to the contexts of their use. As a technique, content analysis involves specialized procedures. It is learnable and divorceable from the personal authority of the researcher. As a research technique, content analysis

⁸ Para mais informações, acessar o sítio oficial belga em: <https://www.belgium.be/en/news>.

provides new insights, increases a researcher's understanding of particular phenomena, or informs practical actions. Content analysis is a scientific tool (Krippendorff, 2004, p. 18).

Assim, à semelhança do estudo de Heike Klüver (2009) que analisa o nível de influência de grupos de interesse na União Europeia, utilizamos a análise de conteúdo para determinar se a Alemanha e França influenciaram a Comissão Europeia no contexto da crise. O estudo de Klüver (2009) testa três tipos de instrumentos para análise de conteúdo, sendo um deles qualitativo e os outros dois quantitativos. Na dimensão quantitativa, a autora testa dois instrumentos: Wordscores e Wordfish. Já na fase qualitativa, Klüver se utiliza da codificação manual – *hand-coding* – tendo como base o *codebook* do Projeto Manifesto (Volkens et al., 2018).

Dentre os dois instrumentos quantitativos testados por Klüver (2009), o escolhido para este trabalho foi Wordfish. Wordfish “é um algoritmo de escala de palavras para estimar posições políticas a partir de documentos em texto em uma única dimensão” (Proksch & Slapin, 2009a). Este instrumento é aplicado a partir de um código em linguagem R que possui a função de analisar as frequências de palavras em determinados documentos de texto, assumindo-as em um processo *Poisson* (Ibidem). Ou seja, um processo onde o tempo médio entre os eventos é conhecido, mas o *timing* exato em que estes ocorrem não.

A escolha por utilizar Wordfish em detrimento de Wordscores se baseia nos valores de referência de que devem ser atribuídos ao início da análise. Enquanto Wordfish pode estimar posicionamentos políticos sem documentos de referência, ou seja, sem documentos que reflitam claramente a posição de um ator em relação a uma política específica, Wordscores requer que estes documentos de referência sejam incorporados no início da análise para que seja possível estimar o posicionamento final (Klüver, 2009). Como referido por Klüver (2009, p. 547), quando se está a analisar influência, a necessidade de documentos de referência não possibilita que seja possível identificar se a influência ocorre. Ao contrário de quando se analisam posicionamentos políticos a favor ou contra uma medida específica ou posicionamentos à esquerda ou à direita, a análise da influência requer que seja analisado o alinhamento geral entre os atores sob análise, sem documentos de referência para estimar os valores de cada posicionamento. A necessidade de que os documentos sejam analisados sem posicionamento prévio se justifica pela heterogeneidade dos documentos a serem analisados quando se analisa influência. Enquanto partidos políticos, por exemplo, possuem bases de dados mais homogêneas – como manifestos políticos, o mesmo não se aplica a grupos de

interesse ou, como é o caso deste trabalho, chefes de governo (Ibidem). Nesse sentido, Wordfish se configura como a escolha mais adequada para este trabalho em comparação a Wordscores.

A razão da escolha por um método misto se fundamenta na oportunidade de compreender o máximo possível sobre o contexto do evento em análise, assim como dos atores envolvidos. Em primeiro lugar, a codificação automática propiciou a análise de um grande volume de documentos, sem a necessidade de restringir significativamente a amostra e sem interferências capazes de enviesar resultados. Por outro lado, pelo grande volume de documentos em análise, muitos aspectos contextuais não são possíveis de serem verificados em profundidade. Nesse sentido, a segunda fase – de codificação manual – teve por objetivo acrescentar um espectro maior de análise de modo que se possa também compreender com mais clareza o contexto dos resultados. A seguir serão descritos em detalhe o processo de coleta de dados, bem como as etapas referentes às fases da codificação automática, a partir do Wordfish e de codificação manual.

4.3.1 – Coleta de dados e seleção da amostra

A coleta dos dados foi feita a partir de documentos e declarações que refletissem posicionamentos e os interesses do Estado-membro em questão e da Comissão Europeia. Por “documentos” compreendemos que sejam quaisquer formatos que não se enquadrem como declarações. Dessa forma, foi dada a preferência por pronunciamentos que tivessem a classificação de “declaração” já no próprio título. Os pronunciamentos categorizados como “declarações” foram priorizados por serem falas proferidas diretamente por chefes de governo e presidentes da Comissão Europeia. Igualmente, nas declarações, por serem de autoria de chefes de governo ou presidentes da CE, o conteúdo apresenta de forma mais clara o posicionamento do ator em análise sobre as problemáticas que dizem respeito ao euro. Em ordem dos conteúdos em maior quantidade para os que foram coletados em menor número, as categorias utilizadas para a realização desta investigação foram: discursos/declarações (também denominados anúncios em certas ocasiões), conferências, *press releases*, entrevistas e cartas. De forma geral, sendo todos estes documentos extraídos de fontes oficiais de cada governo, compreendemos que seu conteúdo representa o posicionamento dos atores sob análise. Mesmo em documentos como entrevistas, conferências e *press releases*, onde há a

presença de um mediador ou a fala não é vinda diretamente dos chefes de governo e presidentes em questão (no caso de *press releases*), são apresentadas as principais diretrizes dos Estados-membros analisados e da Comissão Europeia em relação a questões concernentes ao euro.

No total, foram recolhidos 418 documentos, dentre os quais constam 297 declarações, 61 conferências, 48 *press releases*, 10 entrevistas e 2 cartas. Para a seleção destes documentos e declarações foram levados em consideração os seguintes **três** critérios:

O autor da declaração ou do documento: Os conteúdos recolhidos foram documentos e declarações prestadas pelos chefes de governo da Alemanha e da França, assim como declarações dos presidentes da Comissão Europeia, durante o período de 2006 a 2016. Cada chefe de governo serve como representante de seu respectivo país, de modo que foi considerado que seu posicionamento reflete os interesses do Estado-membro em questão. No caso do Estado-membro de controlo, a Holanda, grande parte das declarações e documentos referentes à zona euro foram proferidos não somente pelos chefes de governo, como também por ministros de negócios estrangeiros e ministros das finanças. Boa parte do material disponível dos chefes de governo neerlandeses tratava de questões gerais, com pouco enfoque sobre as problemáticas do euro. Assim, não considerando os documentos e declarações dos ministros, a amostra do Estado-membro de controlo ficaria comprometida. Portanto, de modo que fosse evitada uma disparidade significativa da quantidade de dados em relação aos outros atores da análise, também foram considerados os documentos de ministros de negócios estrangeiros e de finanças, quando na falta de falas vindas diretamente de primeiros-ministros⁹. Excepcionalmente no caso da Holanda, apenas 8 documentos de chefes de governo estavam disponíveis. Portanto, foram recolhidos também 10 documentos de ministros de finanças e 42 documentos de ministros de negócios estrangeiros.

A data do documento ou da declaração: Como referido anteriormente, o recorte temporal compreendido neste trabalho partiu do ano de 2006 a 2016, de modo que se analisassem três fases distintas: o período anterior à crise, durante e o momento pós-crise. Todos os documentos e declarações recolhidos foram proferidos ou redigidos neste intervalo de dez anos.

⁹ Os chefes de governo holandeses e seus respectivos ministros estão devidamente indicados na Tabela 3.

Neste trabalho, a divisão entre os três períodos referidos foi estabelecida a partir da delimitação temporal presente no relatório emitido pelo Banco Central Europeu no ano de 2015: “*Financial assistance measures in the euro area from 2008 to 2013: statistical framework and fiscal impact*”. Portanto, a partir do que é tratado no relatório, os anos de 2006 e 2007 correspondem ao período *pré-crise*, 2008 a 2013 como *crise* e de 2014 a 2016 como *pós-crise*. Entendemos que pode haver divergências em relação à denominação do período *pós-crise*, tendo em vista que os efeitos do período de instabilidade financeira ainda podem ser verificados no contexto europeu. Porém, neste relatório são tratadas as principais medidas em relação à crise como sendo efetuadas até o ano de 2013, sendo o período a partir de 2014 considerado como um momento em que poucas medidas inéditas foram tomadas em relação à estabilidade financeira¹⁰.

O tema do documento ou da declaração: As declarações e documentos selecionados foram restringidos aos que dizem respeito à zona euro e/ou assuntos financeiros e com a crise do euro. Para que os documentos e declarações fossem buscados com maior precisão, foram utilizados os filtros disponíveis para busca nos sítios oficiais de cada ator sob análise. Os filtros tiveram a função de delimitar o recorte temporal deste trabalho (2006 a 2016), quando possível, o chefe de governo ou presidente da Comissão Europeia em questão, e duas temáticas: zona euro e União Europeia¹¹. As palavras-chave utilizadas nestas buscas, quando algum filtro não estivesse disponível, foram: *crisis*, *euro* e *euro zone*. Após a recolha, em um primeiro momento, a triagem foi feita através do título da publicação. Os títulos de publicações oficiais, por padrão, apresentam a descrição do documento em questão, contendo informações como a ocasião, o tema, o local, a data e o nome de quem os proferiu. Em casos em que o título por si só não era inteiramente esclarecedor, foi feita uma análise dos documentos e declarações em questão para verificar sua adequação aos critérios aqui referidos. Após esta primeira fase de seleção, foi feita uma segunda triagem, excluindo documentos remanescentes que tivessem enfoque **maioritário** em outros temas que não eram relevantes para esta investigação. como ambiente, segurança, saúde e mobilidade, por exemplo, além de

¹⁰ “However, since end-2013, the phasing-out of the financial assistance measures seems to have been more prevalent than the development of new supports. In this closing stage, governments are mainly unwinding past interventions by selling the financial assets acquired in the initial phase of the financial crisis” (Maurer & Grussenmeyer, 2015, p. 32).

¹¹ Cada sítio oficial denomina estas duas categorias de maneiras distintas. Porém, em essência as temáticas apresentavam divisões referentes à zona euro ou assuntos de economia referentes à União Europeia. Já em termos da temática referente à União Europeia, esta normalmente estava denominada como “Relações com a União Europeia”, “Assuntos Europeus” ou similares.

documentos e declarações acerca de políticas domésticas, relativas ao orçamento interno do país. Em casos como o da Alemanha e da França, por vezes as declarações proferidas possuíam mais de uma temática, nem sempre apresentando referências à zona euro diretamente nos títulos. Nestes casos, foi necessária a análise de cada documento individual de modo a garantir que os assuntos referentes ao euro estavam a ser mencionados na declaração.

Dadas as condições para que os documentos e declarações fossem selecionados neste critério, o único país a não possuir material disponível referente à zona euro nos anos de 2006 e 2007 (período pré-crise) foi a Alemanha. O material encontrado deste período foi pouco e, do que estava disponível, não havia nenhum documento ou declaração que falasse diretamente de assuntos relacionados à zona do euro. A análise da evolução do posicionamento alemão ao longo do tempo fica limitada aos períodos de crise e pós-crise, o que não nos permite fazer inferências sobre a proximidade da Alemanha em relação aos outros atores em análise no período entre 2006 e 2007. A falta de documentos alemães do período pré-crise implica que todas as comparações entre o alinhamento da Alemanha em relação à França, Comissão Europeia e Holanda ao longo do tempo tenham de ser feitas usando como parâmetro o período pós-crise. Ou seja, esta limitação não possibilita verificar se o alinhamento da Alemanha com os demais atores tem incremento positivo ou negativo durante a crise, quando em comparação ao período pré-crise. Entretanto, esta limitação não inviabilizou a análise, tendo em vista que foi possível recolher uma quantia considerável de documentos referentes ao período de crise e pós-crise. Sendo possível ter, pelo menos, um parâmetro de comparação através do período pós-crise, ainda é possível analisar se houve variações do posicionamento alemão ao longo do tempo. Igualmente, também é possível comparar o posicionamento da Alemanha durante e após a crise com os posicionamentos da Comissão Europeia, França e Holanda nestes períodos.

Por fim, para além dos critérios de seleção acima referidos, é necessário destacar que os números de discursos por país para cada fase da análise de conteúdo foram diferentes. Em casos como os da França e Comissão Europeia, a quantidade de discursos disponíveis era maior do que da Alemanha e da Holanda. Igualmente, o volume de material disponível também variava de acordo com o ano, ou seja, em alguns anos do recorte temporal estabelecido, há mais documentos disponíveis em relação a outros. Assim, quando na fase de codificação manual, a questão do volume de documentos e declarações teve de ser revista. Pelo número demasiado alto para que se efetuasse a análise de todas as declarações e documentos, foi preciso estabelecer um limite máximo de material por ano. Igualmente, este

limite serviu para diminuir a disparidade na quantidade de material disponível entre Alemanha, França, Comissão Europeia e Holanda. Neste caso, foram selecionados documentos e declarações que demonstrassem maior aproximação ao tema central deste trabalho, ou seja, foram selecionados os documentos que deram maior enfoque em assuntos da zona euro, impondo um limite máximo de **oito** documentos por ano para cada ator sob análise. Este limite foi imposto devido ao número total de material e ao tempo disponível para que se efetuasse a codificação manual.

A seguir disponibilizamos as tabelas com as informações referentes a cada país e à Comissão em termos de fonte, número de documentos para cada fase, chefes de governo e presidentes – no caso da Comissão Europeia.

Tabela 2 – Alemanha

Número de Documentos (Hand-coding)	Pré-crise	Crise	Pós-crise	Total
	0	10	4	14
Número de Documentos (Wordfish)	0	32	24	56
Fonte	https://www.bundestkanzlerin.de/bkin-en/news			
Chefes de Governo	Angela Merkel (desde 2005)			

Tabela 3 - França

Número de Documentos (Hand-coding)	Pré-crise	Crise	Pós-crise	Total
	5	20	9	34
Número de Documentos (Wordfish)	9	91	43	143
Fonte	https://www.data.gouv.fr/fr/datasets/			
Chefes de Governo	Jacques Chirac (2002-2007); Nicolas Sarkozy (2007 - 2012); François Hollande (2012- 2017)			

Tabela 4 - Holanda

Número de Documentos (Hand-coding)	Pré-crise	Crise	Pós-crise	Total
	0	9	7	16
Número de Documentos	2	35	24	61

(Wordfish)	
Fonte	www.government.nl/documents
Chefes de Governo	Jean Peter Balkenende (2002-2010); Mark Rutte (desde 2010)
Ministros de Negócios Estrangeiros	Ben Bot (2003-2007); Maxime Verhagen (2007-2010); Uri Rosenthal (2010-2012); Frans Timmermans (2012-2014); Bert Koenders (2014-2017) (*)
Ministros das Finanças	Gerrit Zalm (2003-2007); Wouter Bos Jeroen (2007-2010); Jan Kees de Jager (2010-2012); Jeroen Dijsselbloem (2012-2017) (*)

(*) Os ministros estão citados por ordem de mandato, no entanto, nem todos dispunham de documentos que se encontram na base de dados desta investigação. Os documentos utilizados foram, nomeadamente, dos ministros Maxime Verhagen, Frans Timmermans, Bert Koenders, Jan Kees de Jager e Jeroen Dijsselbloem.

Tabela 5 - Comissão Europeia

	Pré-crise	Crise	Pós-crise	Total
Número de Documentos (Hand-coding)	0	29	9	38
Número de Documentos (Wordfish)	3	55	100	158
Fonte	https://ec.europa.eu/commission/presscorner/advancedsearch/en			
Presidentes	José Manuel Barroso (2004-2014); Jean-Claude Juncker (2014-2019)			

4.3.2 – Wordfish

Wordfish, desenvolvido em 2008 por Jonathan Slapin e Sven-Oliver Proksch, é um instrumento de análise de conteúdo automática. Ou seja, Wordfish faz parte de um grupo de ferramentas que Neuendorf (2017, p. 209) define como “quaisquer aplicações de algoritmos de computador para textos digitalizados com fins de produzir alguma síntese de resultados (dados de vários textos ou conclusões baseadas em dados sobre um único texto)”. Tendo os

primeiros desenvolvimentos na década de 1960 (Krippendorf, 2004, p. 13), a análise de conteúdo automática engloba diferentes técnicas e instrumentos cujos objetivos finais consistem em quantificar e/ou produzir conclusões estatísticas ao analisar o conteúdo de um ou mais textos. Este tipo de análise tem como uma das principais vantagens a capacidade de analisar grandes volumes de dados em tempo significativamente menor do que as codificações manuais. Igualmente, pela possibilidade de analisar um grande número de documentos, a análise de conteúdo automática provê maior fiabilidade quando em comparação a métodos de codificação manual, para além de ser um método facilmente replicável (Klüver, 2009).

Como um instrumento de análise de conteúdo automática, o Wordfish consiste em uma “técnica de estimativa de posicionamentos políticos através da análise da frequência dos termos utilizados” (Proksch & Slapin, 2009b, p. 323). Dessa forma, a partir dos dados em texto, Wordfish é capaz de estimar posicionamentos políticos através da frequência em que determinadas palavras aparecem nos documentos sob análise (Ibidem). Como anteriormente mencionado, embora ambos os modelos testados por Klüver (2009) sejam similares e adequados para a análise de amostras de grandes volumes, o Wordfish se mostrou mais apropriado para esta investigação. Klüver (2009, p. 547) aponta Wordfish como uma opção mais adequada em detrimento de Wordscores, pois Wordscores necessitam de valores de referência no momento em que a pontuação é dada a cada palavra que representa o posicionamento dos atores em análise¹⁴. Ou seja, é necessário um posicionamento base completamente imparcial para o uso desta ferramenta. Como os grupos analisados neste trabalho não necessariamente possuem um posicionamento de referência, Wordfish se demonstrou mais compatível com os fins aqui pretendidos.

Dentre as vantagens em se utilizar Wordfish, Proksch & Slapin (2008, p. 708) apontam que, por não precisar de documentos de referência para a estimativa de posicionamentos, Wordfish possui a capacidade de utilizar todas as palavras dentro de um texto e estimar sua relevância para os resultados de análise. Outro aspeto positivo do uso do Wordfish tem relação com o uso de séries temporais. A análise de séries temporais fornecida pelo Wordfish proporciona resultados imparciais pois não necessita da interferência do pesquisador quando na escolha de documentos de referência. Assim, o que Proksch & Slapin (2008) atribuem como uma das maiores vantagens do uso do Wordfish é a independência do instrumento em reconhecer e estimar posicionamentos políticos. Por levar em consideração toda a base de dados para estimar o posicionamento final, os resultados obtidos através do

¹⁴ Para mais informações acerca de *Wordscores*, ver Klüver (2009).

Wordfish não dependem de decisões subjetivas a meio da análise, proporcionando alta fiabilidade destes resultados. Igualmente, Klüver (2009, p. 547) refere em seu trabalho que além do alto nível de confiabilidade deste instrumento, Wordfish também apresentou resultados que foram confirmados a partir do processo de codificação manual.

Para que o Wordfish seja executado, este deve ser implementado em um ambiente de desenvolvimento integrado para a linguagem R. Neste trabalho a ferramenta utilizada para tal foi o RStudio. Da mesma forma, importa referir que atualmente, Wordfish se encontra integrado como uma função disponível no pacote *quanteda*¹⁵ para linguagem R. Segundo Benoit et al. (2018, p. 1), o pacote *quanteda* pode ser definido da seguinte forma:

quanteda is an R package providing a comprehensive workflow and toolkit for natural language processing tasks such as corpus management, tokenization, analysis, and visualization. It has extensive functions for applying dictionary analysis, exploring texts using keywords-in-context, computing document and feature similarities, and discovering multi-word expressions through collocation scoring (Benoit et al., 2018, p. 1).

A partir do uso do pacote *quanteda* utilizamos a funcionalidade do Wordfish nos 418 documentos destinados à fase de codificação automática. Os resultados dizem respeito aos valores de θ (theta), que representam a posição de cada documento¹⁶. Dessa forma, a partir dos resultados gerados pelo uso do Wordfish, é possível estimar o posicionamento político de um ou mais documentos em texto simultaneamente. Outro fator importante a ser apontado é que a análise desempenhada pelo Wordfish analisa posicionamentos em apenas uma dimensão, não devendo ser considerado o eixo *y* para a análise.

No entanto, como todos os métodos, algumas limitações em relação ao Wordfish devem ser consideradas. A primeira, apontada por Klüver (2009, p. 547), se refere a verificar influência quando mais de um espectro político está sob análise simultaneamente – se o objetivo for verificar influência sobre aspetos ambientais e de saúde, por exemplo. Porém, em virtude de este trabalho tratar de posicionamentos direcionados a questões económicas, esta limitação não se aplica.

Outra limitação foi apontada por Jentsch, Lee & Mammen (2019, pp. 2, 3) e está relacionada à mesma problemática referida por Klüver. Assim como questões políticas de

¹⁵ Quando em programação, pacotes podem ser definidos como “uma coleção de funções e bases de dados” (Álvarez, 2019). Um pacote em R inclui, em geral, os códigos das funções, a documentação necessária para que o pacote funcione, bases de dados e testes de funcionamento (Ibidem).

domínios diferentes, as mudanças de posicionamento ao longo do tempo não são consideradas pelo instrumento. Neste trabalho esta lacuna acarretaria uma uniformização indesejada de posicionamentos ao longo de dez anos. De modo que pudéssemos solucionar a questão da mudança dos níveis de alinhamento ao longo do tempo referidos por Jentsch, Lee & Mammen (2019, pp. 2, 3), os documentos referentes a cada ator e divisão temporal foram agrupados em pastas que indicassem a qual período e a qual ator os mesmos pertencem. Por exemplo, os documentos referentes à França dos anos de 2006 e 2007 foram agrupados e classificados como documentos “pré-crise”. Dos anos de 2008 a 2013, os documentos foram classificados como “crise” e, nos anos de 2014 a 2016, como “pós-crise”. O mesmo também foi feito a todos os documentos da Alemanha, Comissão Europeia e Holanda. Igualmente, para que tivéssemos parâmetros mais detalhados acerca da variação de posicionamento dos atores ao longo do tempo, durante a análise o período correspondente à crise (de 2008 a 2013) foi dividido em dois momentos: o primeiro, de 2008 a 2011, e o segundo de 2012 a 2013. O marco utilizado para que fosse feita esta divisão foi a mudança na presidência da França, com a saída de Nicolas Sarkozy e a eleição de François Hollande, no ano de 2012. Como referido no Capítulo 3, a literatura sugere que, com a mudança na presidência francesa, as dinâmicas da relação bilateral entre a Alemanha e a França são alteradas. Igualmente, sendo o período da crise o mais longo em comparação aos momentos pré-crise e pós-crise, consideramos pertinente a divisão para que se possa avaliar a variação de posicionamentos dos quatro atores sob análise em maior detalhe.

Após os resultados da primeira fase em codificação automática, esta investigação também compreende uma fase de codificação manual, que será descrita a seguir.

4.3.3 – Codificação manual

A escolha por uma segunda fase qualitativa se dá pela necessidade de compreender o fenómeno em análise em profundidade, percebendo também o contexto por trás do conteúdo a ser analisado (Della Porta & Keating, 2008, pp. 27, 28). Por esta razão, consideramos que a fase de codificação manual apresenta um contributo complementar à fase de codificação automática.

¹⁶ Para mais informações acerca das fórmulas utilizadas para cada fase do algoritmo do Wordfish, ver Proksch & Slapin (2009a).

Para a análise dos documentos coletados, foi elaborado um *codebook* para codificar o material recolhido¹⁷. Ainda em semelhança ao estudo anteriormente referido de Klüver (2009), onde a autora utiliza e adapta variáveis do *codebook* do Projeto Manifesto (Volkens et al., 2018), seguimos este modelo metodológico para fins da análise de conteúdo desta investigação. A escolha por utilizar o modelo do Projeto Manifesto se baseia no facto de ser um instrumento largamente utilizado para determinar posicionamentos políticos através da codificação manual (Klüver, 2009, p. 538). Através da classificação por meio de 56 categorias divididas em sete domínios políticos, o *codebook* do Projeto Manifesto propicia ampla validade quando na análise de posicionamentos políticos. Além disso, por seguirmos o modelo apresentado por Heike Klüver, consideramos de significativa importância que o modelo metodológico da autora seja seguido para que se possa estimar com precisão o alinhamento entre os atores sob análise neste trabalho, utilizando instrumentos já testados para a avaliação do exercício da influência na União Europeia.

Assim, selecionamos dez variáveis de dois domínios presentes no *codebook* original do Projeto Manifesto. Foram selecionadas apenas 10 variáveis dentre o *codebook* como um todo pela proximidade com a questão de investigação desta tese. Nesse sentido, foram selecionadas variáveis de dois domínios: o das **relações exteriores** e do domínio de **economia**. No domínio de relações exteriores são refletidos posicionamentos de um país em relação a instituições internacionais e outros países. Assim, este domínio apresenta instrumentos de grande utilidade quando na análise do alinhamento, possibilitando verificar o teor das relações entre os atores sob análise. Já em relação ao domínio de economia, este apresenta variáveis que tornam possível verificar os posicionamentos dos atores em relação a medidas de teor económico. Este domínio é particularmente importante para a análise a crise da zona euro porque nos permite perceber se os atores em análise demonstram posicionamentos favoráveis ou contra determinadas medidas de carácter económico. Dessa forma é possível avaliar o alinhamento dos atores em relação à abordagem a ser tomada durante a crise, propiciando uma visão mais clara dos interesses de cada um.

Cinco das variáveis selecionadas pertencem ao domínio das **relações exteriores** (Domínio 1). Como referido anteriormente, neste domínio são analisadas tanto as menções de

¹⁷ “Tratar o material é codificá-lo. A *codificação* corresponde a uma transformação – efectuada segundo regras precisas– dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, susceptível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices [...]” (Bardin, 1977, p. 103).

um determinado país em relação a outros quanto as suas relações com instituições internacionais e entidades supranacionais. Foram selecionadas:

per101 – relações exteriores especiais (positivo)/ per102 – relações exteriores especiais (negativo): estas variáveis procuram verificar se houve menções positivas ou negativas em relação a países com os quais o país em análise possui relações especiais. Foram particularmente observadas menções a países que receberam resgate financeiro, de modo a verificar se a concessão de resgate incide de alguma forma sobre como os países da amostra se relacionam com os países que receberam auxílio;

per 103 1 – anti-imperialismo: influência financeira internacional – esta variável foi adaptada, sendo utilizado nesta investigação apenas seu terceiro aspeto, que diz respeito a menções desfavoráveis a organizações financeiras internacionais¹⁸. Dentre estas organizações, encontra-se o FMI, um dos órgãos componentes da *troika*. Esta variável serve para verificarmos se os atores analisados demonstraram maior ou menor apoio ao FMI quando no momento da crise em comparação aos contextos pré e pós-crise;

per 108 3 – Comunidade/ União Europeia (positivo)/ per 110 – Comunidade/ União Europeia (negativo) – estas variáveis foram selecionadas por abarcarem menções positivas ou negativas em relação à União Europeia de uma forma geral. A variável per108_3 foi adaptada, utilizando-se apenas seu terceiro aspeto, que consiste em apontar menções favoráveis ao aumento de competências da UE. O aumento de competências pode ser utilizado para verificar preferências pelo maior controlo da União Europeia sobre decisões tomadas em momentos específicos, como a crise do euro. Os outros aspetos desta variável não foram considerados na análise por abordarem assuntos não diretamente relacionados à zona do euro. Foram estes: menções indicando que o país gostaria de fazer parte (ou permanecer um Estado-membro) da União Europeia, menções favoráveis à expansão da Comunidade/União Europeia, desejo de expansão das competências do Parlamento Europeu. Estes aspetos, por mais que se refiram à problemáticas relevantes no contexto europeu, não se encaixam na análise proposta neste trabalho por tratarem de questões relativas ao alargamento da UE ou

¹⁸ Os outros dois aspetos presentes originalmente nesta variável não foram considerados por não terem relação com o tema deste trabalho, sendo estes: referências favoráveis à independência de colónias e menções favoráveis à descolonização.

dizerem respeito a instituições que não estão sob análise – como é o caso do Parlamento Europeu.

Já a variável 110 busca verificar menções negativas a UE de maneira geral, assim como oposição a políticas específicas da União Europeia e oposição a contribuições do país para o orçamento da UE.

Quanto ao domínio de **economia** (Domínio 4), as outras cinco variáveis selecionadas foram utilizadas para compreender o posicionamento dos atores em análise sobre as medidas tomadas antes, durante e após a crise, com o objetivo de verificar o alinhamento em relação a políticas económicas. As variáveis são as seguintes:

per 404 1 – Planeamento económico – Esta variável busca identificar menções favoráveis a planeamento e medidas económicas de longa data pela União Europeia, sejam estes de natureza consultiva ou vinculativa.

per 406 – Protecionismo (positivo)/ per 407 – Protecionismo (negativo) – Ainda em termos de verificar o alinhamento dos atores em análise sobre estratégias económicas antes, durante e após a crise, esta variável tem como objetivo verificar suas posições em relação ao livre mercado. Menções favoráveis à proteção do mercado interno e rejeição à abertura para mercados internacionais (per406) podem também ser usadas como indicativo de visões negativas acerca do modelo de livre circulação de bens e serviços vigente na União Europeia.

per 408 – Objetivos económicos – De modo que fosse possível identificar quaisquer menções a metas económicas em geral, esta variável tem como objetivo verificar menções a objetivos económicos gerais que não tenham sido referidos em outras variáveis. De acordo com Volkens et al. (2018), aqui se enquadram “declarações económicas genéricas que não se enquadram em um objetivo específico”.

per 414 – Ortodoxia económica – Similar às outras variáveis do domínio de economia, a variável per414 tem como objetivo identificar o alinhamento entre políticas e estratégias económicas entre os países em análise e a Comissão Europeia. Menções favoráveis à ortodoxia económica podem ser identificadas a partir de referências positivas a: redução de défices orçamentários; retração em momentos de crise; saldo em poupança e reservas frente a

momentos críticos; suporte para instituições económicas tradicionais, como mercado de ações e sistema bancário; suporte para moeda forte.

Em tempo, importa referir que a maioria destas variáveis se encontram no *codebook* deste trabalho à exata semelhança do que é disponibilizado pelo Projeto Manifesto. No *codebook* que está disponível na íntegra no Apêndice 1, as variáveis que necessitaram de adaptação para os fins deste estudo estão devidamente indicadas. Também, para além das variáveis mencionadas, elaboramos mais um domínio que contém mais dez variáveis que consideramos necessárias para o contexto da crise da zona euro:

var001 – Resgate financeiro (positivo)/ var002 – Resgate financeiro (negativo) – Nestas variáveis buscamos verificar menções positivas ou negativas diretamente relacionadas ao resgate financeiro concedido durante a crise. Como referido por Schimmelfennig (2015, p. 182), a Alemanha apresentava posicionamento de resistência em relação ao resgate da Grécia, algo que pode ser verificado nesta variável também em relação a outros países que receberam resgate.

var003 – Medidas tomadas durante a crise (positivo)/ var004 – Medidas tomadas durante a crise (negativo) – Nestas variáveis buscamos verificar se os países em análise, juntamente à Comissão Europeia, mostraram posicionamento favorável ou não a medidas tomadas durante a crise. Como referido anteriormente, algumas medidas foram tomadas à margem do ordenamento institucional oficial a partir de iniciativas intergovernamentais, como por exemplo IEEF e MEEF (Moury, 2016). Nesse sentido, esta variável torna possível comparar o posicionamento de França, Alemanha e Holanda com a visão da Comissão Europeia em relação tanto a medidas que foram tomadas dentro do âmbito institucional da UE quanto fora deste.

var005 – Atribuição de responsabilidade (direcionada) / var006 – Atribuição de responsabilidade (coletiva) – Nestas variáveis temos como objetivo verificar a atribuição de responsabilidade no cumprimento das medidas e regulamentos económicos durante a crise. Ou seja, se os atores em análise atribuem o cumprimento das medidas a algo que seja se responsabilidade coletiva – para a União Europeia como um todo – ou se a responsabilidade de cumprimento é mais direcionada aos países mais afetados pela crise. Similar às variáveis

var001 e var002, nestas variáveis também é possível identificar se há alguma diferença de percepção dos atores em análise em relação aos países mais afetados durante a crise, por terem maior necessidade de cumprir com medidas estabelecidas durante o momento de instabilidade financeira.

var007 – Relações exteriores especiais com países Alemanha e/ou França – A partir desta variável buscamos identificar a percepção dos atores em análise em relação à França e Alemanha através de menções favoráveis em relação estes Estados-membros.

var008 – Relações exteriores especiais com a Comissão Europeia (positivo)/ var009 – Relações exteriores especiais com a Comissão Europeia (negativo) – As variáveis var009 e var010 tem como objetivo identificar menções favoráveis ou desfavoráveis em relação à Comissão Europeia.

var010 – Relações exteriores especiais com o país de controlo (Holanda) – Assim como as variáveis anteriores, na variável 010 buscamos identificar se há alguma menção favorável em relação à Holanda. Por ser a Holanda o país de controlo, esta variável serviu como meio de comparação com as variáveis que dizem respeito a menções favoráveis referentes aos outros atores.

Em resumo, as variáveis var007, var008, var009 e var010 têm como objetivo verificar a percepção de cada ator em análise em relação aos outros, de modo a auxiliar no processo de verificação de alinhamento entre o eixo franco-alemão e o país de controlo (Holanda) com a Comissão Europeia.

A partir dos métodos aqui apresentados, o capítulo a seguir tem como objetivo apresentar os resultados obtidos através das duas fases da análise de conteúdo – codificação automática e manual – dos documentos recolhidos entre 2006 e 2016.

Capítulo 5 – A influência em dados

Como referido anteriormente, este trabalho tem por objetivo verificar se Alemanha e França foram capazes de exercer influência institucionalmente durante a crise da zona euro. A partir das duas fases de codificação descritas no Capítulo 4, identificamos que o alinhamento entre a Comissão Europeia e a Alemanha se mostrou maior em comparação com a França.

Portanto, através metodologia descrita no Capítulo 4, nesta secção serão explorados os resultados obtidos pelas duas fases de codificação. A secção está dividida em três partes. Na primeira parte serão apresentados os resultados referentes ao Wordfish e, em um segundo momento, os resultados da codificação manual. Em ambas as secções, os resultados explorados dizem respeito à questão de investigação aqui proposta, assim como das hipóteses descritas no Capítulo 4. A terceira e última parte deste capítulo tratará da discussão acerca dos resultados obtidos, considerando o que apresenta a literatura acerca das relações da Alemanha e da França com a Comissão Europeia durante a crise. Na terceira secção deste capítulo também serão explorados os resultados das duas fases de codificação, que sugerem que a Comissão Europeia sofre mais influência por parte da Alemanha no momento da crise.

5.1 – Codificação automática (Wordfish)

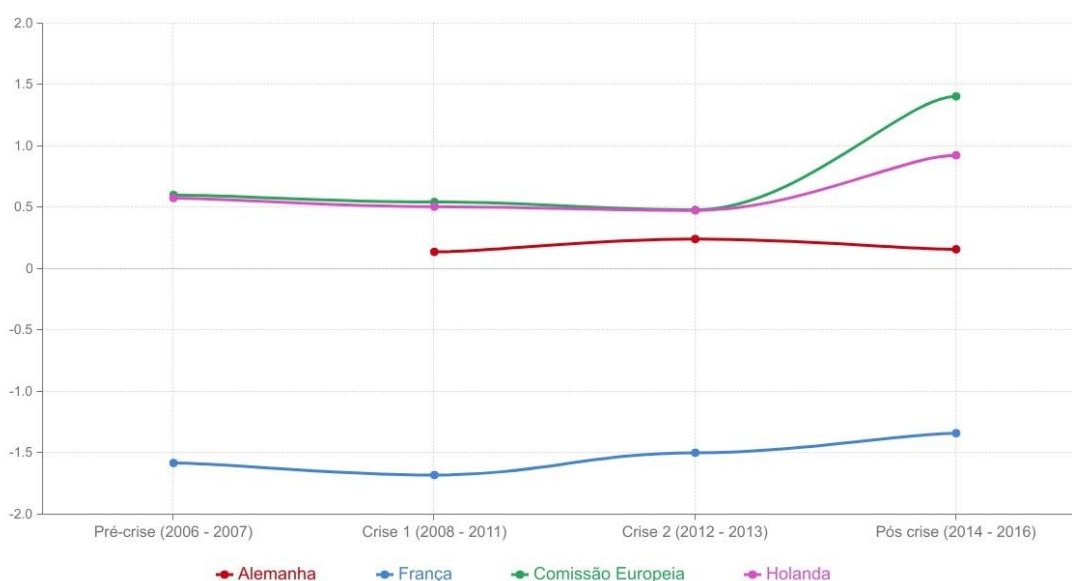
Os resultados apresentados nesta secção dizem respeito ao posicionamento da Alemanha, França, Comissão Europeia e Holanda – sendo este o Estado-membro utilizado para controlo. A comparação é feita assumindo a Comissão Europeia como variável **dependente**, de modo a verificar se a Alemanha e a França foram capazes de exercer influência sobre a CE através do alinhamento político. Os valores finais do posicionamento de cada documento são representados pelo valor θ (theta), ou seja, a posição estimada de cada documento, e pelo valor se que representa valores de erro padrão de θ . Como descrito no Capítulo 4, cada elemento da codificação automática representa o conjunto de declarações documentos referentes aos três períodos temporais em análise: pré-crise, crise e pós-crise.

Como referido no Capítulo 4, o que utilizamos para verificar influência neste trabalho foi o alinhamento entre Alemanha, França, Comissão Europeia e Holanda. No entanto, apesar de não ser possível verificar o alinhamento da Alemanha no momento pré-crise (2006 a 2007), o gráfico gerado após a análise dos documentos no Wordfish nos permite comparar o

alinhamento entre a Comissão Europeia em relação à França e Holanda (Estado-membro de controlo).

Como exposto no Gráfico 1, o primeiro aspeto a ser destacado é distância do posicionamento geral da França em relação aos demais atores (Alemanha, Comissão Europeia e Holanda). Primeiramente, ao serem comparados os períodos “pré-crise” e “crise 1”, o alinhamento entre a França e a Comissão Europeia diminui. No entanto, apesar de haver este afastamento da Comissão, a diferença entre o posicionamento da CE no período “crise 1” e no período “pré-crise” é pequena. A diferença dos valores de θ (theta) no período pré-crise é de 0,9743 e, no período “crise 1”, esta diferença aumenta para 1,1296. Já quando verificado o alinhamento entre França e Comissão Europeia durante o mandato de François Hollande (crise 2), a Comissão demonstra aproximação em relação à França. No entanto, esta aproximação, quando em comparação aos outros atores, também não é expressiva. Portanto, em relação ao alinhamento entre a França e a Comissão Europeia, os resultados não nos permitem inferir que a influência exercida tenha representado resultados relevantes. Ao observar que os posicionamentos franceses relativos aos quatro períodos analisados (pré-crise, crise 1, crise 2 e pós-crise) se encontram no extremo oposto da escala de posicionamentos, temos o primeiro indicativo da “não influência” por parte da França. Igualmente, a comparação entre o posicionamento francês ao Estado-membro de controlo (Holanda) nos permite sugerir que a França exerceu menos influência sobre a CE, como é demonstrado no Gráfico 1, abaixo:

Gráfico 1 – Posicionamentos estimados



Ainda em relação à França, no período pós-crise é que se verifica o menor alinhamento, com afastamento considerável do posicionamento da Comissão Europeia que se distancia até a extremidade direita superior do Gráfico 1.

Por outro lado, quando se tratando da Alemanha, seu alinhamento durante a crise com a Comissão Europeia (tanto no período “crise 1” quanto no período “crise 2”) é substancialmente superior quando em comparação à França. O posicionamento alemão se encontra, inclusive, mais alinhado à Comissão do que com a França. Igualmente, há um leve aumento entre o alinhamento da Comissão em relação à Alemanha no recorte “crise 2”. As diferenças dos valores de θ (theta) nos períodos “crise 1” e “crise 2” foram, respectivamente: 0,4063 e 0,2372. Ainda no caso da Alemanha, por não ser possível fazer o comparativo no período pré-crise, o ponto de comparação temporal disponível se restringe ao período pós-crise. Após a crise, a Comissão apresenta um afastamento maior em relação a todos os atores e o mesmo é verificado em relação à Alemanha. Em contraste à diferença dos valores de θ (theta) nos períodos “crise 1” e “crise 2”, no período pós-crise este valor aumenta para 1,246.

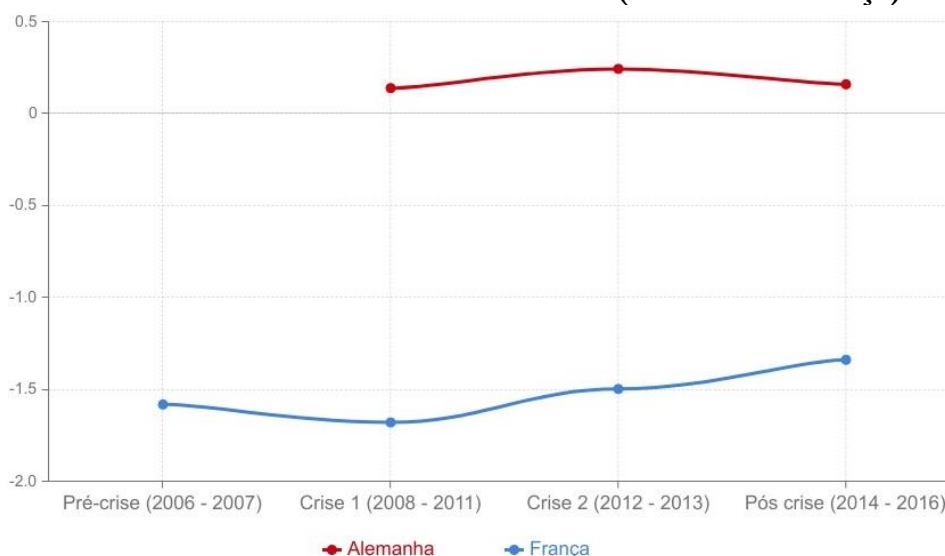
Ao contrário do que é verificado no caso da França, os resultados do alinhamento da Alemanha e da Comissão sugerem influência por parte da Alemanha nesta fase de codificação automática. Apesar de não ter sido possível fazer o comparativo a partir do período anterior à crise, os dados encontrados nesta fase encontram-se em linha com o que refere a literatura. Nos trabalhos de Schimmelfennig (2015), Maris & Sklias (2016), Schoeller (2018) e Schild (2020), os autores referem que há preponderância dos interesses alemães durante o período da crise. Além disso, também é pontuado nestes trabalhos uma postura individual por parte da Alemanha, o que pode explicar a distância do posicionamento alemão em relação à França. Schmidt (2016) também refere que, durante o período entre 2011 e 2013 – onde o alinhamento entre a Alemanha e a Comissão demonstrou pequeno aumento – a retórica dos discursos públicos da CE possuíam maior enfoque sobre estabilidade e ortodoxia econômica. O que é apontado por Schmidt (2016) é que esta retórica surge de pressões por parte de países do Norte Europeu e, especialmente, da Alemanha. Esta pressão da Alemanha sobre a Comissão Europeia também é algo referido no trabalho de Schimmelfennig (2015, p. 182).

O único Estado-membro em análise a se manter consistentemente próximo à Comissão Europeia nos períodos pré-crise, crise 1 e crise 2, foi a Holanda. Ainda no período pós-crise, a Holanda continua a ser o Estado-membro mais próximo da Comissão Europeia, quando em comparação à França e à Alemanha. Por usarmos o alinhamento como indicador de influência, no caso da Holanda, os dados sugerem influência substancial sobre a Comissão

Europeia, apesar de este aspeto não ser tratado na literatura disponível. A literatura não apresenta quais os mecanismos subjacentes da influência neerlandesa sobre a CE. Apesar de autores como Schimmelfennig (2015) e Schmidt (2016) referirem pressões generalizadas de países do Norte sobre a Comissão Europeia, pouco se sabe sobre cada um individualmente, visto que o foco da maioria dos trabalhos destaca a prevalência das preferências da Alemanha. Pelo facto de a influência neerlandesa não ser o foco desta investigação, sugerimos que trabalhos futuros explorem em maior profundidade as dinâmicas de influência entre a Holanda e a Comissão Europeia.

Por fim, quando em relação ao alinhamento entre Alemanha e França ter sido afetado negativamente durante a crise – referida na Hipótese 2 – os resultados não indicam variação relevante no alinhamento franco-alemão. Inclusive, embora com valores não substanciais, os resultados sugerem o oposto do que era esperado. Considerando o que é referido por Schild (2013), Andor (2018) e Schoeller (2018), era esperado algum decréscimo de alinhamento entre a França e a Alemanha a partir da eleição de François Hollande. Entretanto, a diferença entre os valores de θ (theta) entre os períodos “crise 1” e “crise 2” acaba por ser menor durante o mandato de François Hollande. Entre 2008 e 2011, a distância de posicionamentos entre a Alemanha e a França, considerando-se os valores de θ (theta) foi de -1,5259. Já entre 2012 e 2013 a diferença decresce para -1,2459. Como é possível perceber pelos valores apresentados, o alinhamento franco-alemão durante o período da crise manteve-se estável, sem grandes variações de posicionamento. O mesmo também foi verificado no pós-crise, onde a variação de posicionamentos também foi pequena, sendo a diferença dos valores de θ (theta) -1,1741. Nesse sentido, podemos concluir que a partir da fase de codificação automática, o alinhamento entre Alemanha e a França se manteve consistente. Os dados indicam aumento de alinhamento – muito pequeno – mesmo no período pós-crise, quando François Hollande ainda se encontrava na presidência francesa.

Gráfico 2 - Posicionamentos Estimados (Alemanha e França)



A partir do que foi verificado nesta fase de codificação, os dados sugerem que Alemanha e França não agiram como eixo durante o período da crise do euro. O baixo alinhamento entre a Comissão Europeia e a França não demonstram níveis relevantes de influência francesa. Da mesma forma, os resultados encontrados quando analisado o alinhamento entre a Comissão e a Alemanha reforçam o que é referido na literatura acerca da postura individual da Alemanha, bem como a preponderância dos interesses alemães durante a crise. A ação mais independente por parte da Alemanha é reforçada também quando comparados os alinhamentos da Alemanha e Comissão Europeia *versus* Alemanha e França. A proximidade entre a Alemanha e a CE é maior do que o alinhamento entre Alemanha e França. Nesse sentido, o que se pode sugerir é que, dentre os dois Estados-membros dos quais buscamos verificar influência, o que demonstrou o maior nível desse aspeto foi a Alemanha.

Como anteriormente referido, este trabalho possui duas fases de análise de conteúdo. Assim, antes que passemos à discussão em maior detalhe destes resultados, na secção seguinte apresentaremos o que foi verificado através da codificação manual, de modo que possamos verificar se os resultados da codificação automática foram confirmados e também compreender em profundidade qual o contexto em que se originam os resultados de ambas as fases de codificação.

5.2 – Codificação manual

Nesta fase da análise de conteúdo, através da codificação manual a intenção foi possuir parâmetros específicos de análise para que pudéssemos compreender a fundo o teor dos documentos e compará-los de maneira mais uniforme. Para tal, as variáveis identificadas em cada um dos 102 documentos foram contabilizadas de modo que tivéssemos uma visão geral dos posicionamentos tomados em cada um dos três domínios de variáveis¹⁹. Igualmente à codificação automática, o que foi analisado nesta fase foi o alinhamento entre os atores de análise.

A começar pelo momento pré-crise, há de ser mencionado que há uma limitação considerável no que tange a quantidade de documentos recolhidos. O único país a possuir dados dos anos de 2006 e 2007 foi a França. Em relação aos demais atores – à exceção da Alemanha, que não possui nenhum dado dos anos de 2006 e 2007 – tanto nos casos da Comissão Europeia quanto da Holanda, o material disponível no período pré-crise apresentava declarações de caráter geral, onde poucas ou nenhuma das variáveis do *codebook* foram identificadas. Por este motivo, os documentos entre 2006 e 2007 referentes à Holanda e à Comissão Europeia foram analisados somente através da codificação automática, onde a análise de posicionamentos não depende de variáveis específicas, como é o caso da codificação manual.

Dentre os documentos franceses, dois destes são declarações conjuntas, com a presença de Jacques Chirac e Angela Merkel. As variáveis identificadas em trechos proferidos pela chanceler nestas declarações conjuntas foram contabilizadas como variáveis identificadas pertencentes à Alemanha, como demonstrado na tabela abaixo:

Tabela 6 - Número de Variáveis identificadas (pré-crise)

	Alemanha (*) (sem dados)	França
Número de documentos	0	5
per108_3 (Comunidade/ União Europeia (Positivo))	5	5
per404_1 (Planeamento Económico)	2	-

¹⁹ Todas as variáveis encontradas estão organizadas por período temporal e devidamente acusadas no Apêndice 2.

per407 (Protecionismo: Negativo)	1	1
per414 (Ortodoxia Económica)	1	-
var007 (Relações exteriores especiais com Alemanha e/ou França)	7	4

(*) As variáveis da Alemanha acusadas neste período referem-se às que foram encontradas em declarações conjuntas nos documentos franceses.

Como disposto na tabela acima, dentre os cinco documentos disponíveis da França (dois de 2006 e três de 2007) foram verificadas: cinco menções favoráveis à Comunidade/União Europeia (per108_3) e quatro referências positivas à Alemanha (var007). Das variáveis pertencentes ao domínio económico foi apenas identificada uma referência negativa ao protecionismo (per407). Do que foi verificado em relação à Alemanha nas declarações conjuntas francesas supracitadas, as menções positivas à França em apenas dois discursos foram sete. Em termos de posicionamentos favoráveis à União Europeia, os números foram idênticos aos da França, totalizando cinco menções positivas à UE. Já no domínio económico, os posicionamentos alemães apresentaram duas menções favoráveis à ortodoxia económica (per414) e duas referências positivas a planeamento económico de longo prazo (per404_1). Pelo facto de termos poucos documentos disponíveis e pelos anos de 2006 e 2007 não terem sido anos com eventos que afetassem a estabilidade económica europeia, pode-se afirmar que o conteúdo destes documentos teve declarações de teor geral, não apontando para problemáticas específicas.

Para melhor visualização de como foram identificadas as variáveis referidas no parágrafo acima, seleccionamos os trechos abaixo como exemplos das variáveis identificadas nos documentos franceses durante o período pré-crise.

Exemplo 1 – var007 (Relações exteriores especiais com Alemanha e/ou França)

“I would also like to acknowledge the quality and the intensity of the relations between Germany and France. [...] Today we are in Versailles and there is a permanence, an intensity of relations that I would like to emphasize” (Chirac, 2006).

Exemplo 2 – per108_3 (Comunidade/ União Europeia: Positivo)

“France must affirm the demand for a powerful Europe. From a political Europe. From a Europe that guarantees our social model. Our future is at stake. Let us always carry this ideal and this will” (Chirac, 2007).

No exemplo de número 1, o que é identificado como menção favorável à Alemanha se identifica quando Chirac refere a intensidade das relações franco-alemãs. Igualmente, Chirac refere também a “qualidade” destas relações, o que pressupõe uma conotação positiva em relação à Alemanha. Já no exemplo 2, quando Chirac menciona “a demanda por uma Europa poderosa”, interpretamos como uma referência favorável tanto à União Europeia, como também ao aumento de competências da UE, possibilitando identificar a variável per108_3 (Comunidade/União Europeia: positivo).

Em relação às variáveis identificadas nos trechos proferidos por Angela Merkel nas declarações conjuntas analisadas, selecionamos também um exemplo onde se pode verificar duas variáveis: per108_3 (Comunidade/ União Europeia: positivo) e var007 (Relações exteriores especiais com Alemanha e/ou França). No exemplo abaixo há apenas uma frase, porém duas variáveis identificadas. Como mencionado no Capítulo 4, a codificação foi feita pelo mesmo modelo do Projeto Manifesto, onde se admite a codificação tanto de frases inteiras (*sentences*) ou trechos de frases (*quasi sentences*). Assim, no exemplo de número 3, quando Angela Merkel refere a responsabilidade de ampliar o projeto europeu, consideramos como referência positiva à União Europeia (108_3). Já na segunda parte da frase, Merkel refere o que Daehnhardt (2013) denomina como “motor franco-alemão”, ou seja, a ideia de que a integração avança por meio de ações da Alemanha e da França:

Exemplo 3 – per108_3 (Comunidade/ União Europeia: Positivo)/ var007 (Relações exteriores especiais com Alemanha e/ou França)

“I believe that it is our role to bring this European project closer to our opinions, in the various countries of Europe, and we know very well that if France and Germany are not the engine of this Europe, well, Europe is not moving forward” (Merkel, 2006).

Em relação ao período de crise, os resultados demonstrados pela codificação manual não coincidem por completo com o que foi demonstrado pelo Wordfish. Ao analisar o conteúdo dos documentos referentes à fase da crise, o posicionamento francês se demonstrou mais próximo da Comissão Europeia do que em comparação ao resultado da codificação automática. Duas variáveis em específico chamaram a atenção para este aspeto: per101 (relações exteriores especiais positivas) e var001 (menções positivas ao resgate financeiro).

Enquanto a Alemanha apresentou a per101 (relações exteriores especiais positivas) apenas uma vez, em relação à Ucrânia, a França e a Comissão Europeia apresentaram, respetivamente, 15 e 14 relações especiais positivas. Como já referido, foram observadas particularmente para os fins deste trabalho as menções positivas a países que receberam resgate financeiro durante a crise.

A despeito dos contextos em que estas menções foram feitas, 12 das 14 menções da Comissão Europeia se referiam a países que receberam resgate, nomeadamente: Portugal, Irlanda, Grécia e Chipre. Do lado francês, todas as vezes em que a per101 (relações exteriores especiais positivas) foi identificada, esta dizia respeito a países que receberam resgate. Nas 15 referências positivas da França foram identificados os seguintes países: Grécia, Portugal, Itália e Espanha. Quanto aos resultados da Holanda, a per101 não foi identificada nos documentos neerlandeses. Na tabela abaixo pode ser visualizada a frequência das variáveis aqui referidas:

Tabela 7 - Variáveis referentes ao resgate financeiro durante a crise

	Alemanha	França	Comissão Europeia	Holanda
Número de documentos	10	20	29	9
per101				
(Relações exteriores especiais: positivo)	1	15	14	-
var001				
(Resgate Financeiro: positivo)	-	3	7	-
var002				
(Resgate Financeiro: negativo)	1	1	-	1

Ainda em relação ao resgate, o que foi identificado através da per101 (relações exteriores especiais positivas) é confirmado pelo que foi verificado pela var001 (menções positivas ao resgate financeiro). Ou seja, França e Comissão apresentaram mais menções favoráveis ao resgate em comparação à Alemanha e Holanda. Ainda que sejam poucas referências positivas em comparação ao número de documentos, quando associada a var001 (menções positivas ao resgate financeiro) à per101 (relações exteriores especiais positivas), o posicionamento em relação ao resgate de maneira geral mostra-se mais positivo entre os dados da França e da Comissão quando em comparação aos documentos da Alemanha e Holanda. Já em termos de menções negativas ao resgate financeiro (var002), Alemanha, França e Holanda apresentaram apenas uma, todas no sentido de ressaltar que o resgate é uma situação extraordinária que não deve se repetir com frequência.

Por mais que estes resultados não coincidam diretamente com o que foi verificado na codificação automática, como foi referido acima, é possível explicar a aproximação entre França e Comissão Europeia através do contexto das negociações em relação ao resgate financeiro. Schimmelfennig (2015, p. 186) menciona a forte discordância entre a França e a Alemanha em relação ao resgate financeiro à Grécia, no ano de 2010. Segundo o autor, a postura alemã durante este período era desfavorável ao resgate e a posição de Angela Merkel se demonstrava inflexível em relação ao auxílio financeiro para a Grécia. Por outro lado, Nicolas Sarkozy se opunha fortemente às medidas de austeridade propostas pela Alemanha e tinha posições favoráveis ao resgate financeiro (Ibidem). Como é demonstrado por Schimmelfennig (2015, p. 186), a postura irreduzível alemã só se altera no momento em que a Grécia demonstra interesse em sair da União Europeia. Nesse sentido, o que é verificado a partir das variáveis acima não necessariamente põe em causa o que foi demonstrado na codificação automática, mas apresenta um aspeto pontual do contexto em que estas variáveis foram identificadas. Abaixo, no exemplo de número 4, podemos verificar o posicionamento de Nicolas Sarkozy em relação ao resgate durante uma sessão de perguntas em um de seus discursos públicos no ano de 2010:

Exemplo 4 – Trecho de discurso público de Nicolas Sarkozy, no ano de 2010 acerca do resgate financeiro à Grécia

“A member country of the euro zone must first rely on the other countries of the euro zone, otherwise what is the point of having a single currency? [...] My position is therefore very clear, I told Georges and I said it to everyone around the table in Europe, it is the euro zone that must stand alongside one of its members. Greece today, tomorrow it could be some other country. If during the first attack, we do not act like that, what message do we send? I would also like to say that my position, it seems to me, is shared by the Governor of the European Central Bank, Mr Trichet, with whom I have spoken about it on numerous occasions; that it is shared by the President of the Commission [...]” (Sarkozy, 2010).

No trecho acima, Sarkozy faz um apelo de solidariedade à Grécia, postura que se verifica também no restante da declaração. Quando Sarkozy menciona “ataque”, está a se referir à especulação monetária e, portanto, apela para a solidariedade de outros Estados-membros em relação à situação grega. Mais ao fim do trecho, Sarkozy também afirma ter o

apoio de instituições europeias para sustentar seu posicionamento em favor da solidariedade à Grécia.

Em relação ao que foi observado no período de crise a respeito das variáveis do Domínio 4 (referente às questões relativas à economia), houve um número considerável de referências favoráveis a planeamento económico de longa data (per404_1) e posicionamento em favor do livre mercado (per407). Para visualização dos resultados, na tabela abaixo constam as variáveis verificadas em relação às questões económicas, assim como as variáveis relativas às medidas tomadas durante a crise:

Tabela 8 - Variáveis identificadas referentes a questões económicas durante a crise

	Alemanha	França	Comissão Europeia	Holanda
Número de documentos	10	20	29	9
Variáveis do Domínio 4				
per404_1 (Planeamento Económico)	4	22	69	-
per406 (Protecionismo: Positivo)	-	-	-	-
per407 (Protecionismo: Negativo)	3	4	8	2
per408 (Objetivos económicos)	1	1	9	-
per414 (Ortodoxia Económica)	5	32	31	5
Variáveis do Domínio 0				
var003 (Medidas tomadas durante a crise: positivo)	9	30	76	11
var004 (Medidas tomadas durante a crise: negativo)	-	-	-	-

De maneira geral, o domínio económico apresentou posicionamento homogêneo entre todos os atores em análise, incluindo um alinhamento de todos em favor de medidas económicas ortodoxas. O alinhamento económico foi refletido também quando analisada a variável var003 (menções positivas a medidas tomadas durante a crise). França, Alemanha e Holanda apresentaram posições similares à Comissão Europeia, onde foram identificadas com frequência menções positivas a medidas tomadas durante a crise (var003) e nenhuma referência negativa às medidas tomadas durante a crise (var004). Um aspeto interessante é que, apesar de discordâncias entre a Alemanha e a França em relação ao modelo de medidas a

serem tomadas durante a crise (Schild, 2013; Schimmelfennig, 2015), a postura da França em declarações públicas demonstrou posicionamento direcionado à ortodoxia económica. Ou seja, a retórica da França em relação à economia durante a crise se mostrava alinhada com a da Alemanha, apesar de discordâncias como a questão do resgate e a intenção francesa de reformular o Compacto Fiscal – reforma esta a qual a Alemanha se opunha fortemente (Schild, 2013, p. 41).

Por fim, em relação às menções favoráveis ao à França e/ou Alemanha (var007) e à Comissão Europeia (var008), os resultados corroboram para a confirmação do que foi verificado na fase de codificação automática, ou seja, a influência da Alemanha sobre a CE. Quando no momento da crise, o número de menções favoráveis à França e Alemanha por parte da CE (var007) foi de 23 – sendo este o valor referente a 29 documentos da CE neste período. Dentre as 23 referências favoráveis ou à França ou à Alemanha, os resultados foram os seguintes:

Tabela 9 - Menções favoráveis à Alemanha e França pela Comissão Europeia

Número total de documentos (2008 a 2013)	29
Menções favoráveis à Alemanha	17
Menções favoráveis à França	5
Menções favoráveis à França e à Alemanha	1

Como observado acima, o número de menções favoráveis à Alemanha por parte da Comissão Europeia foi mais alto em comparação à França. Igualmente, o número de menções favoráveis à Alemanha nos documentos da Comissão Europeia foi também considerado alto quando em relação ao Estado-membro de controlo (Holanda). Durante a crise, as menções favoráveis ao país de controlo (var010) proferidas pela Comissão foram apenas duas, como demonstrado abaixo:

Tabela 10 - Relações exteriores especiais durante a crise

	Alemanha	França	CE	Holanda
Número de documentos var007	10	20	29	9
Relações exteriores especiais com	2	14	23	1

Alemanha e/ou França				
var008				
Relações exteriores especiais com a Comissão Europeia (positivo)	1	1	-	1
var009				
Relações exteriores especiais com a Comissão Europeia (negativo)	-	-	-	-
var010				
Relações exteriores especiais com o Estado-membro de controlo (Holanda)	-	-	2	-

No momento pós-crise, os resultados da codificação manual coincidem com o que foi identificado através da codificação automática. Os resultados indicaram afastamento entre os países Alemanha, França e a Comissão Europeia, enquanto o alinhamento com a Holanda aumenta. Um aspeto interessante foi demonstrado através das variáveis var007 (relações exteriores especiais com Alemanha e/ou França), var008 (relações exteriores especiais com a Comissão Europeia – **positivo**), var009 (relações exteriores especiais com a Comissão Europeia – **negativo**), var010 (relações exteriores especiais com o Estado-membro de controlo – Holanda). Enquanto Alemanha e França apresentaram menções favoráveis em relação à Comissão Europeia, o inverso não foi verificado. Dentre menções favoráveis à Alemanha e França nos documentos da Comissão, foi verificada apenas uma²⁰. Em contrapartida, a Comissão apresentou três menções favoráveis à Holanda no momento pós-crise. Estes resultados encontram-se apresentados na tabela abaixo:

Tabela 11 - Menções favoráveis entre Alemanha, França, Comissão Europeia e Holanda no período pós-crise

	Alemanha	França	CE	Holanda
Número de documentos	4	9	9	7
var007				
Relações exteriores especiais com Alemanha e/ou França	3	4	1	1
var008				
Relações exteriores especiais com a Comissão Europeia (positivo)	3	2	-	1

²⁰ Deve-se lembrar aqui o facto de que o número de documentos analisados de cada ator nesta fase caiu significativamente. Nesta fase foram analisados quatro documentos alemães, nove franceses e da Comissão Europeia e sete por parte da Holanda. Para a relação completa do número de documentos e as variáveis identificadas em cada período do recorte temporal deste trabalho, ver Apêndice 2.

var009				
Relações exteriores especiais com a Comissão Europeia (negativo)	1	-	-	-
var010				
Relações exteriores especiais com o país de controlo (Holanda)	-	-	3	-

Outro aspeto a ser referido é em relação às variáveis var005 (atribuição de responsabilidade direcionada ou exclusiva) e var006 (atribuição de responsabilidade coletiva), onde foi verificado se a responsabilidade do cumprimento das medidas tomadas durante a crise foi generalizada a todos os Estados-membros (coletiva) ou aos Estados mais afetados (direcionada ou exclusiva). Enquanto no período da crise foi verificado uma tendência maior à atribuição de responsabilidade coletiva – especialmente por parte da França e da Comissão Europeia – no momento que sucede a crise, a partir de 2014, a atribuição de responsabilidade foi mais direcionada, como é possível verificar a partir do número de vezes que cada variável foi identificada:

Tabela 12 - Comparativo de atribuição de responsabilidade durante e após a crise

	Alemanha	França	CE	Holanda
Número de documentos (durante a crise)	10	20	29	9
var005				
Atribuição de responsabilidade (direcionada)	1	6	5	3
var006				
Atribuição de responsabilidade (coletiva)	2	15	15	2
Número de documentos (pós-crise)	4	9	9	7
var005				
Atribuição de responsabilidade (direcionada)	4	1	5	-
var006				
Atribuição de responsabilidade (coletiva)	-	1	-	3

Estas menções no período pós-crise se apresentaram de duas formas, ou direcionadas aos países que receberam o resgate em geral ou referindo especificamente a Grécia, sendo estas a maioria. Em conformidade com o que foi verificado na fase de codificação automática, tanto o número de menções favoráveis em relação à Alemanha e a França quanto o

direcionamento de responsabilidade demonstram um afastamento do posicionamento da Comissão Europeia em relação à França e à Alemanha. Especialmente em termos do posicionamento em relação aos países que receberam resgate financeiro, a Comissão se apresenta menos alinhada com a França a partir da codificação manual. Igualmente ao que é apresentado pelo Wordfish, o posicionamento da Alemanha após a crise se encontra um pouco mais próximo da Comissão que o da França. No entanto, o decréscimo de alinhamento entre 2014 e 2016 é também identificável na codificação manual, confirmando os posicionamentos gerados pelo Wordfish.

Já em relação às hipóteses deste trabalho, consideramos que apenas a Hipótese 1 foi confirmada na fase de codificação manual. No que tange a hipótese 1, onde buscamos verificar se Alemanha e França se posicionaram como líderes para solucionar a crise, dentre os 20 documentos franceses analisados no período de crise, em 12 deles foram verificadas afirmações de liderança ou falas que apontavam a França como responsável em algum nível para encontrar soluções à crise. Cabe referir, no entanto, que das 23 afirmações de liderança verificadas dentre os 20 documentos, 13 foram referidas antes de 2012, no mandato de Nicolas Sarkozy, configurando a maioria. Aprofundaremos esta questão com mais detalhe na secção a seguir (5.3 – Discussão), porém, o facto de estas afirmações terem ocorrido com mais frequência durante o mandato de Nicolas Sarkozy configura um demonstrativo de como a postura francesa em relação à crise sofre mudanças quando François Hollande assume a presidência. Ao contrário de Sarkozy, Hollande apresentava uma postura mais próxima aos países que receberam resgate e seus discursos possuíam maior enfoque na recuperação destes países.

Já nos dez documentos alemães disponíveis, as afirmações de liderança foram verificadas em seis deles. Em apenas um destes documentos, um *press release* do ano de 2012, foram verificadas referências à França. Esta observação é de particular interesse, pois corrobora com o que foi verificado por autores como Schimmelfennig (2015), Maris & Sklias (2016) e Schoeller (2018) quando apontam para um posicionamento mais individual da Alemanha. Enquanto a França apresenta menções de liderança referindo-se com frequência à Alemanha e à França, nos documentos alemães a liderança não aparece como um aspeto compartilhado entre os dois países. Isto também é um indicativo que reforça o que é referido por Schimmelfennig (2015), Maris & Sklias (2016), Schoeller (2018) e Schild (2020) quando os autores mencionam a prevalência de interesses alemães durante a crise. Abaixo dispomos de

alguns exemplos das afirmações de liderança encontrada nos documentos da Alemanha e da França.

Exemplo de posicionamento de liderança (Alemanha)

“We Germans are aware of our responsibility for a bright future for the EU. It is in this spirit that the German Federal Government’s policies are geared towards the interests of both our country and Europe” (Merkel, 2012).

Exemplo de posicionamento de liderança (França e Alemanha)

“I believe that if there is a problem, it is not a problem of too much leadership, but rather a problem of leadership deficit; and I believe that all the crises that we have had to manage, we were determined to preserve unity and solidarity in Europe. The Chancellor and I are deeply European. And if we are on the front line, it is precisely because we must, that it is our duty. It's not such a pleasant job, you know by the times, but it is necessary” (Sarkozy, 2011).

Nos exemplos acima, tanto Angela Merkel quanto Nicolas Sarkozy referem que a França e a Alemanha possuem o “dever” ou “responsabilidade” de se posicionarem como líderes durante o momento da crise. No segundo exemplo isto fica mais claro, quando Sarkozy refere que a Alemanha e a França devem estar “na linha de frente” para solucionar a situação europeia naquele momento.

No que tange a segunda hipótese, acerca da diminuição do alinhamento entre Alemanha e França no período da crise, os resultados foram similares à codificação automática. Ou seja, o alinhamento entre a Alemanha e a França se mantém constante com pouca variação ao longo do tempo. Nesta fase de codificação, apenas alguns aspetos merecem atenção e indicam diferenças pontuais em determinados posicionamentos. Um exemplo é o apoio da França em relação ao resgate financeiro (var001), que foi mais evidente que o da Alemanha, como demonstrado anteriormente. Igualmente, a França fez mais menções a um senso de responsabilidade coletiva (var006) ao invés de direcionada ou exclusiva (var005).

De forma geral, os resultados encontrados através da codificação manual confirmam a codificação automática. Algumas diferenças foram identificadas, como o distanciamento significativo entre a França e Comissão Europeia, que não foi verificado na mesma intensidade. Também foi possível verificar a diferença de posicionamentos da França e da

Alemanha sobre questões específicas, como o resgate financeiro e a atribuição de responsabilidades aos países que receberam o resgate. Estas diferenças são de interesse pois é a partir destas particularidades contextuais que podemos melhor compreender o que foi demonstrado pela codificação automática através do Wordfish. Igualmente, o alinhamento entre Alemanha e Comissão Europeia, demonstrado na Tabela 7 e na Tabela 8, sugere que a influência alemã sobre a CE foi maior, o que também foi verificado na fase de codificação automática. Dando seguimento a estas questões, na secção a seguir serão discutidos os resultados de ambas as fases analisando em mais detalhe o contexto em que os resultados observados ocorreram.

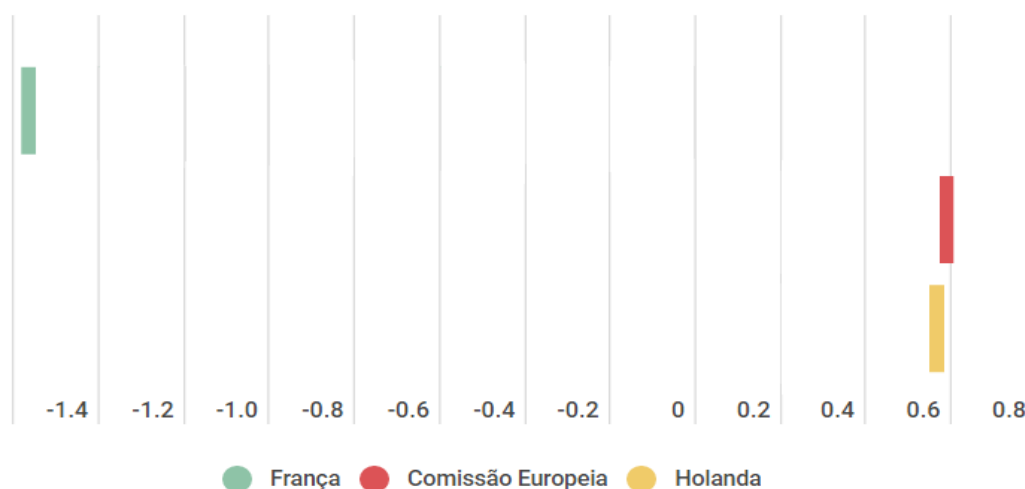
5.3 – Discussão

A partir do que foi analisado em ambas as fases de codificação apresentadas no Capítulo 4 – Wordfish e codificação manual – consideramos que a resposta para a questão de investigação deste trabalho é parcialmente afirmativa. Tendo em vista que a questão de investigação que buscamos responder consistia em verificar se Alemanha e França influenciaram as medidas propostas pela Comissão Europeia durante a crise da zona euro, os resultados obtidos sugerem que a influência foi maior por parte da Alemanha.

Apesar de os resultados das duas fases de codificação não coincidirem em todos os aspetos, a possibilidade de analisar os documentos tanto em quantidade quanto em profundidade foi essencial para a conclusão aqui apresentada. Nesta secção discutiremos os resultados verificados em ambas as etapas de codificação e as limitações de cada fase de análise, associando os resultados com o que foi apresentado em estudos anteriores acerca do papel da Alemanha e da França durante a crise da zona euro.

A começar pelos resultados de alinhamento do período pré-crise, na fase de codificação automática, foi verificada grande proximidade entre o Estado-membro de controlo (Holanda) e a Comissão Europeia. Em contrapartida, o posicionamento francês se encontra distante da Holanda e da CE, não indicando alinhamento entre os anos de 2006 e 2007, conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Posicionamentos estimados (pré-crise)



Quanto à fase de codificação manual, como referido anteriormente, somente a França possuía documentos disponíveis, sendo dois destes declarações conjuntas de Jacques Chirac com a presença da chanceler alemã, Angela Merkel. Nestas declarações, o que foi verificado foi a presença da variável per108_3 (Comunidade/ União Europeia: Positivo) e da variável var007 (Relações exteriores especiais com Alemanha e/ou França), indicando referências favoráveis à União Europeia e relações especiais entre a Alemanha e a França. A fase pré-crise foi o período com menos dados disponíveis em comparação ao período da crise e pós-crise. Do que foi possível concluir com o que estava à disposição, é que o teor destes documentos possuía cunho mais geral, sem referências específicas ou direcionadas a questões da zona euro. Isto pode ser explicado devido ao facto de que durante o período de 2006 a 2007, as condições económicas relativas à zona euro se encontravam relativamente estáveis, não indicando grandes choques que fossem refletidos na retórica das declarações e documentos analisados. Portanto, os dados do período pré-crise, se analisados isoladamente, não proporcionam resultados conclusivos.

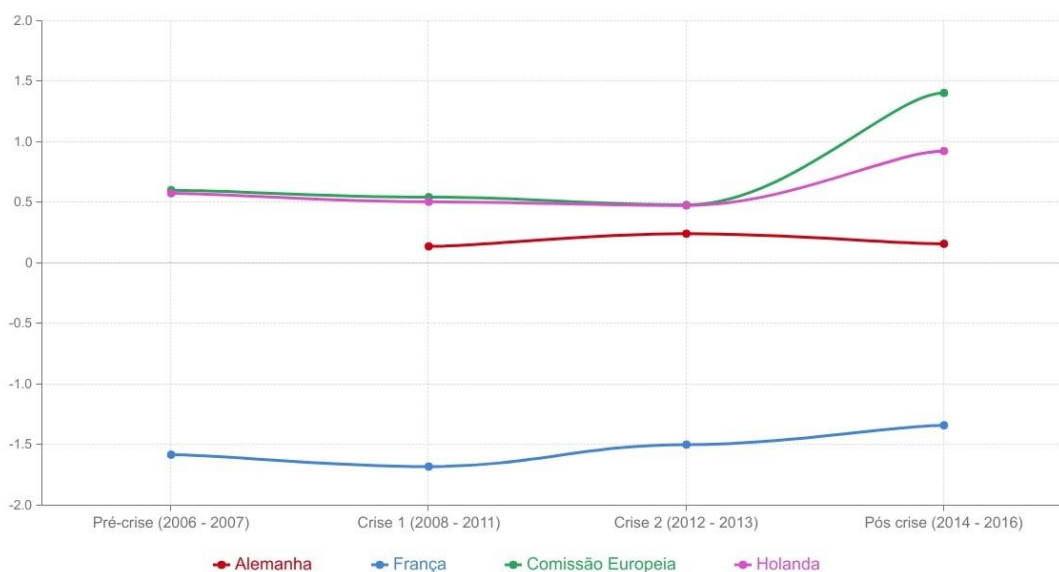
No entanto, o período pré-crise serviu como parâmetro para analisar se os posicionamentos da França, Comissão Europeia e Holanda sofreram alguma variação no período seguinte, de 2008 a 2013, quando ocorre a crise da zona euro (Maurer & Grussenmeyer, 2015). Neste período não foram observadas grandes mudanças nos posicionamentos da França, Comissão Europeia e Holanda na fase de codificação automática. A Holanda apresenta posicionamento consistente e próximo da Comissão Europeia, enquanto o posicionamento francês se mantém afastado. A partir do momento da crise já é possível

estimar o posicionamento alemão, que se encontra afastado da França e mais próximo da Comissão Europeia.

Dessa forma, para que pudéssemos avaliar o alinhamento entre a Alemanha e a Comissão Europeia durante a crise de maneira adequada, utilizamos como parâmetro comparativo o momento pós-crise. Como a falta de dados foi uma questão isolada apenas à Alemanha, a falta de documentos e declarações de Angela Merkel no período pré-crise não impactou significativamente a análise. A partir do ano de 2014, a maioria dos atores em análise possuía mais dados disponíveis, proporcionando parâmetros suficientes e condizentes com o volume de dados referentes ao período da crise. Igualmente, o teor dos dados analisados entre 2014 e 2016 incluía mais declarações referentes à zona euro e medidas económicas de maneira mais específica, aproximando-se mais do tipo de alinhamento que buscamos analisar neste trabalho.

No momento após a crise, de 2014 a 2016, foi verificado o menor alinhamento entre todos os atores com a Comissão, quando comparado ao período de crise. Ou seja, as posições estimadas da Alemanha e da França ficam mais distantes do posicionamento da Comissão Europeia, como demonstrado no Gráfico 1. Em comparação com os posicionamentos do momento pós-crise, no período entre 2008 e 2013 (durante a crise), Alemanha e a Comissão apresentam maior alinhamento. Em contrapartida, a França se mantém estável, apresentando o menor alinhamento com a Comissão Europeia, quando comparada à Alemanha e à Holanda. Para melhor visualização destes dados, ver gráfico abaixo:

Gráfico 4 - Posicionamentos estimados



Em relação ao alinhamento elevado verificado entre a Holanda e a Comissão Europeia, como referido na secção anterior, não se sabe até que ponto a Holanda teve intenções de influenciar a Comissão Europeia. Na literatura disponível acerca do assunto, o que autores como Schild (2013), Schimmelfennig (2015) e Schmidt (2016) apontam é que a Holanda demonstrava mais proximidade aos países credores do Norte Europeu. O grupo de países do Norte não somente englobava a Holanda, Finlândia e Áustria, por exemplo, como também a Alemanha. Os três autores inclusive identificam a Alemanha como “porta-voz” de Estados-membros do Norte. Nesse sentido, a maior proximidade da Comissão em relação à Alemanha, especialmente quando em comparação com a França, indica um alinhamento que interpretamos como influência alemã sobre a CE.

Assim, três aspetos principais da fase de codificação automática nos levam a inferir que a influência alemã sobre a Comissão Europeia durante a crise é maior. Primeiramente, a Comissão Europeia se mostra mais próxima da Alemanha do que da França, estando de acordo o que refere a literatura acerca da preponderância de interesses alemães durante a crise. Em segundo lugar, a Holanda demonstra o maior alinhamento com a Comissão Europeia, porém, a literatura disponível não apresenta reflexões sobre as intenções de influência por parte do Estado-membro de controlo. O contexto da crise indica que a Holanda, assim como outros países do Norte, baseavam seu posicionamento em propostas e medidas que partiam de iniciativas alemãs, de acordo com o que é referido por Schild (2013), Schimmelfennig (2015) e Schmidt (2016). Porém, como referimos anteriormente, este trabalho não possui enfoque sobre a influência neerlandesa, o que não nos permite inferir com exatidão quais as dinâmicas das relações entre a Holanda e a CE. O terceiro aspeto é o brusco afastamento da Comissão Europeia no momento após a crise. Enquanto a Alemanha sustenta um posicionamento similar ao que é verificado entre os anos de 2008 e 2013, a Comissão se afasta e o mesmo é verificado com a Holanda. Em contrapartida, o posicionamento alemão se mantém estável. O afastamento da Comissão Europeia a partir de 2014 pode ser explicado pelo menor volume de medidas a serem tomadas em relação à crise do euro. Como referem Maurer & Grussenmeyer (2015), a partir de 2014 poucas medidas focadas no controlo da crise foram tomadas após 2013, o que indica que, uma vez que as prioridades da Comissão Europeia já não se limitavam ao aspeto económico, ela se afasta. Outra questão relevante neste sentido é apontada por Schmidt (2016, p. 1044), quando a autora afirma que a Comissão manteve um discurso focado em medidas de austeridade e reformas estruturais, cedendo a pressões de países “pró-austeridade”. Como referido anteriormente, uma das principais

marcas da postura alemã durante a crise eram propostas caracterizadas pela ortodoxia económica (Schild, 2013; Schimmelfennig, 2015).

A influência alemã identificada pela codificação automática é também respaldada por resultados da codificação manual. Durante o momento da crise, de 2008 a 2013, o alinhamento verificado entre Alemanha e Comissão Europeia foi maior quando comparado à ao alinhamento entre a França e a CE. Este alinhamento, para além de posicionamentos em outros aspetos que serão tratados mais adiante, for maioritariamente verificado através da variável var007 (Relações exteriores especiais com Alemanha e/ou França). Nesta variável foi identificado um grande volume de menções favoráveis à Alemanha por parte da Comissão Europeia, enquanto o número de referências positivas à França foi menor. Igualmente, as menções favoráveis à Holanda (que são identificadas pela variável var010) foram apenas duas. A variável var007 possibilita inferir maior alinhamento entre a Comissão Europeia e a Alemanha durante o período da crise. Abaixo, os dados referentes à var007 (Relações exteriores especiais com Alemanha e/ou França) e à var010 (Relações exteriores especiais com o Estado-membro de controlo – Holanda) por parte da Comissão Europeia:

**Tabela 13 - Menções favoráveis à França, Alemanha e Holanda durante a crise
(Comissão Europeia)**

Número total de documentos (2008 a 2013)	29
Menções favoráveis à Alemanha	17
Menções favoráveis à França	5
Menções favoráveis à França e à Alemanha	1
Menções favoráveis à Holanda	2

Igualmente, a França também apresenta mais menções favoráveis à Alemanha do que a Alemanha em relação à França. Esta falta de reciprocidade retoma o comportamento independente alemão que, associado ao alinhamento com a Comissão Europeia, também indica influência. Esta questão será discutida em detalhe mais adiante, quando tratarmos dos resultados da Hipótese 2.

Como demonstrado na secção 5.2, onde tratamos da fase codificação manual, tanto França quanto Alemanha apresentaram posicionamentos alinhados à Comissão Europeia no

que tange o domínio das variáveis referentes à economia (Domínio 4). O posicionamento dos três atores mostrou-se inclinado a medidas de ortodoxia económica. Igualmente, este aspeto foi confirmado pelas posições verificadas acerca da variável var003 (menções positivas a medidas tomadas durante a crise), onde a França e a Alemanha apresentaram resultados de posicionamento favorável às medidas de contenção da crise do euro, como demonstrado na tabela a seguir:

Tabela 14 - Ortodoxia Económica e Medidas tomadas durante a Crise (2008 a 2013)

	França	Comissão Europeia	Alemanha	Holanda
Número de documentos	20	29	10	9
per414 (Ortodoxia Económica)	32	31	5	5
var003 (Medidas tomadas durante a crise: positivo)	30	76	9	11

Em alguns aspetos da codificação manual, a França se mostrou mais próxima da CE. Em comparação à codificação automática, à primeira vista, a Comissão Europeia parece estar mais alinhada com a França na codificação manual. Porém, como referido na secção 5.2 deste trabalho, esse alinhamento aparente só se verifica em aspetos pontuais, não permitindo que seja afirmado que a França exerceu influência sobre a CE. Estes aspetos, foram, nomeadamente as variáveis var001 (onde verificamos referências positivas ao resgate financeiro) e per101 (onde foram verificadas menções favoráveis a Estados-membros que receberam auxílio dos fundos de resgate). Assim como Schimmelfennig (2015) refere a aproximação da Alemanha aos países do Norte Europeu, o autor também aponta para a proximidade da França com os países do Sul²¹. Esta aproximação da França com países do Sul reflete no posicionamento francês em favor do resgate, que é também verificado na Comissão Europeia, como representamos na tabela a seguir:

²¹ O autor ainda afirma que, quando ele se refere a “Sul” da Europa, ele está se referindo aos países que receberam resgate de forma geral, de modo que seja possível englobar a Irlanda nesta nomenclatura, mesmo a Irlanda não se encontrando “geograficamente no Sul” (Schimmelfennig, 2015, p. 193).

Tabela 15 - Posicionamentos em relação ao resgate financeiro durante a crise

	Alemanha	França	Comissão Europeia	Holanda
Número de documentos	10	20	29	9
per101 (Relações exteriores especiais: positivo)	1	15	14	-
var001 (Resgate Financeiro: positivo)	-	3	7	-
var002 (Resgate Financeiro: negativo)	1	1	-	1

Como é possível observar acima, nem a Alemanha nem a Holanda apresentam menções favoráveis ao resgate durante a crise, indicando alinhamento entre CE e França nesse sentido. Porém, o alinhamento entre a Comissão Europeia e a França se restringe apenas a este aspeto. Assim, sendo esta uma questão pontual, o posicionamento favorável ao resgate não sugere influência da França sobre a Comissão.

Em relação à Hipótese 1, entre 2008 e 2013, França e Alemanha apresentaram a retórica de “liderança” na resolução da crise. Este traço em particular foi verificado com maior intensidade durante a presidência de Nicolas Sarkozy. Como é referido por Schild (2013, p. 36), durante o mandato de Nicolas Sarkozy, as atividades de “*agenda-setting*” desempenhadas pela França e Alemanha foram um fator decisivo para que as preferências do eixo fossem também apoiadas por outros Estados-membros. O autor inclusive refere: “When France and Germany intensified the rhythm of their bilateral consultations in mid 2011, their partners even refrained from submitting their own contributions to the crucial debates on the strengthening of the rescue funds and on the fiscal compact, taking a reactive stance towards the proposals emanating from Franco-German consultations” (Schild, 2013, p. 36).

Dentre os 20 documentos franceses analisados, foram identificadas afirmações que colocassem a França como líder ou responsável por solucionar a crise 23 vezes. Sendo o número de afirmações de liderança maior que o número total de documentos e declarações, pode-se afirmar que a frequência com que a França se afirmava como líder durante a crise foi alta. Cabe referir que o fato de o número de afirmações de liderança da França ser maior que o número total de documentos ocorre por admitirmos verificar variáveis em *quasi sentences*, tal como o modelo de codificação do Projeto Manifesto. Quanto aos documentos alemães, dentre 10 destes foram verificadas 6 afirmações de liderança. Os números estão disponíveis na tabela abaixo:

Tabela 16 - Afirmações de liderança

	França	Alemanha
Total de documentos	20	10
Afirmações de liderança	23	6

Importa referir que a diferença no teor destas declarações revela um aspeto importante para a análise. Enquanto a França refere a Alemanha com frequência nas próprias declarações, menções positivas à França nos documentos alemães aparecem apenas uma vez. Como referido por Schimmelfennig (2015), Maris & Sklias (2016), Schoeller (2018) e como também se verifica nos posicionamentos da codificação automática, é possível identificar uma postura mais individual da Alemanha. Apesar de a França referir frequentemente o papel das relações franco-alemãs para solucionar a crise, os dados sugerem que a reação alemã não foi recíproca nesse sentido.

Portanto, apesar de a Alemanha e a França se posicionarem como líderes durante o período da crise – confirmando a Hipótese 1 – os dados disponíveis indicam postura independente da Alemanha e, no caso da França, indicam algo mais retórico do que prático. Ou seja, apesar de haver referências de relações especiais da França em relação à Alemanha (var007), frequentemente indicando ambos como líderes no momento da crise, este posicionamento só se apresenta do lado francês. Como é possível observar na tabela abaixo, o número de vezes que a França faz menções favoráveis em relação à Alemanha no momento da crise é bastante superior aos números da Alemanha:

Tabela 17 - Relações especiais entre Alemanha e França durante a crise (var007)

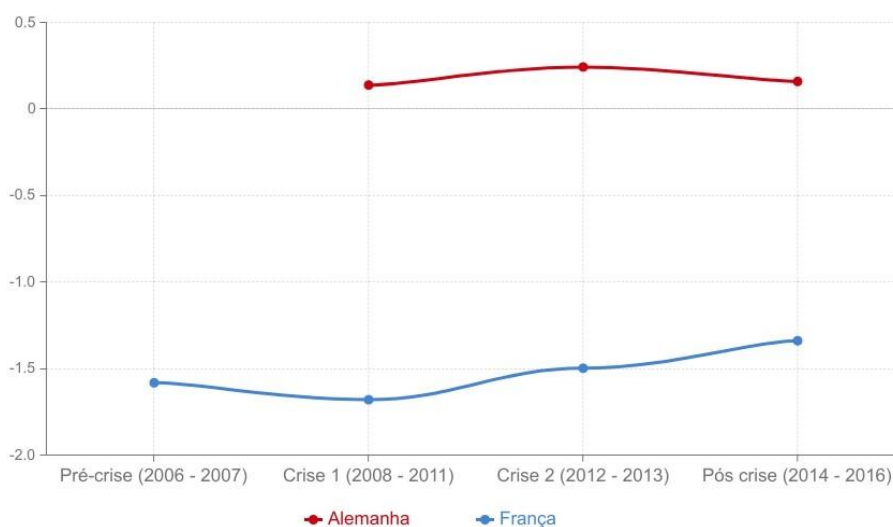
	Alemanha	França
Número de documentos	10	20
var007 (Relações exteriores especiais com Alemanha e/ou França)	2	14

Igualmente, apesar de a literatura apontar para uma forte proximidade entre Nicolas Sarkozy e Angela Merkel, os resultados da codificação automática e manual não demonstram influência francesa, tampouco alinhamento entre a França e a Alemanha. Como demonstrado anteriormente, o posicionamento francês ao longo da crise se mantém constante, com pouca variação ao longo do tempo. Igualmente, o posicionamento da Alemanha também se mantém

estável, porém distante da França e mais próximo da Comissão Europeia, o que nos leva à discussão da Hipótese 2.

Tanto na fase de codificação automática quanto na fase de codificação manual, a Hipótese 2 não pôde ser confirmada. Ou seja, o alinhamento entre Alemanha e França durante a crise não diminuiu. Ambos apresentam pouca variação nos posicionamentos, não demonstrando nem afastamento nem aproximação substanciais. Na fase de codificação manual foram identificados alguns aspectos em que a França se mostrava mais alinhada com a Comissão Europeia, como em relação ao resgate financeiro, verificado pelas variáveis per101 (Relações exteriores especiais: positivo) e var001 (Resgate Financeiro: positivo). Entretanto, nos restantes aspectos, a França não demonstra grande variação de posicionamento na codificação manual, confirmando os resultados da codificação automática (dispostos no Gráfico 4). Como é possível observar, os resultados vão contra o que a Hipótese 2 propunha, ou seja, diminuição do alinhamento entre Alemanha e França durante a crise. Mesmo com posicionamentos uniformes ao longo do tempo, o que se verifica é uma pequena aproximação a partir de 2012 (ver Gráfico 4 abaixo), levando-nos a não confirmar a Hipótese 2.

Gráfico 5 - Alinhamento entre França e Alemanha



A constância nos posicionamentos da França e da Alemanha pode ser explicada pelo motivo das discordâncias entre ambos os Estados-membros terem se restringido a aspectos pontuais. Segundo Schild (2013) e Schimmelfennig (2015), apesar do posicionamento menos favorável de François Hollande em relação ao Compacto Fiscal, por exemplo, o presidente

deu continuidade à política de Sarkozy durante a crise. Nas palavras de Schimmelfennig (2015, p. 183): “The intergovernmental preference constellation developed early in the crisis and has remained stable across changes in government and issues. In France, the shift from Sarkozy to Hollande was characterized by a general continuity of crisis policy – in spite of Hollande’s support for Eurobonds and criticism of the Fiscal Compact”. De acordo com o que foi verificado na fase de codificação manual, especialmente ao que é relativo à variável var003 (Medidas tomadas durante a crise: positivo), dentre os 20 documentos e declarações disponíveis da França entre 2008 e 2013, foram verificadas 30 menções positivas às medidas tomadas durante a crise. Igualmente, a variável per414 (Ortodoxia Económica) foi acusada 32 vezes neste período, como referido anteriormente.

Assim, os dados apresentados pelas duas fases de codificação indicam que o alinhamento entre Alemanha e França durante a crise não se altera. Apesar de haver diferenças entre a Alemanha e a França em relação às ideias de abordagem para a crise, a França demonstrou manter uma retórica mais direcionada à ortodoxia económica alemã. Como afirma Schimmelfennig (2015), ainda que a França se mostrasse desfavorável a algumas medidas de austeridade, na prática, essa discordância não produziu efeitos visíveis.

Antes de concluirmos esta secção é necessário relacionarmos os resultados das hipóteses 1 e 2 com a resposta à questão de investigação deste trabalho, de modo que possamos compreender como se articulam estes resultados. Em outras palavras, pode-se questionar como podemos explicar a preponderância alemã, sendo que tanto a Alemanha quanto a França se posicionaram como líderes e seu alinhamento não foi afetado durante a crise. Em primeiro lugar, o posicionamento da França e da Alemanha como líderes durante a crise não é garantia de que ambos tenham tido o mesmo espaço de negociação para exercer sua “liderança”. Se levarmos em consideração o que é sugerido pelos dados, a partir do que foi apresentado na Tabela 16 (Afirmações de Liderança) anteriormente, é possível inferir que tanto a França quanto a Alemanha se posicionaram como líderes. O que os dados deste trabalho nos permitem identificar é que ambos – França e Alemanha – adotaram postura de liderança, no entanto, estes resultados não nos permitem mensurar qual o espaço de negociação de cada um no contexto da crise. Este aspeto é tratado em trabalhos como o de Maris & Sklias (2016, pp. 11, 12), onde os autores sugerem que tanto França quanto Alemanha agiam em favor de seus próprios interesses. Os autores referem que as pressões exercidas pela Alemanha sobre a Comissão Europeia apresentaram mais resultados, o que também é verificado por Schmidt (2016, p. 1044). Igualmente, os dados da Tabela 17 (Relações especiais

entre Alemanha e França durante a crise – var007), sugerem que a Alemanha adotou uma posição mais independente. Ou seja, enquanto a França apresentou 14 referências positivas à Alemanha, as menções favoráveis à França nos documentos alemães foram apenas duas. Este posicionamento mais individual pode sugerir que, ainda que a França e a Alemanha tenham se posicionado como líderes, a Alemanha adotou um posicionamento mais individual, enquanto a retórica francesa indica referências de cunho mais cooperativo em relação à Alemanha.

Em se tratando da postura individual alemã, referida acima, o segundo aspeto trata da hipótese 2, onde buscamos verificar se o alinhamento entre Alemanha e França diminuiu durante a crise. Por mais que o alinhamento entre Alemanha e França não tenha diminuído, os dados da Tabela 17 sugerem uma tendência mais individualista da Alemanha. Igualmente, como é possível observar pelos resultados apresentados no Gráfico 4 (Posicionamentos Estimados), há um afastamento considerável da França em relação a todos os demais atores (Comissão Europeia, Alemanha e Holanda) durante os dez anos do período de análise. Portanto, ainda que o alinhamento franco-alemão não tenha sido afetado negativamente, também não foi verificado incremento positivo relevante no alinhamento entre França e Alemanha. Estes resultados se encontram de acordo com a literatura, quando os autores referem o posicionamento mais individual alemão (Maris & Sklias, 2016; Schmidt, 2016). Nesse sentido, associando-se a postura individual alemã à proximidade entre Alemanha e Comissão Europeia – como demonstrado no Gráfico 4 – os resultados sugerem que a influência sobre a Comissão Europeia ocorre com maior intensidade por parte da Alemanha. A partir dos resultados das duas fases de análise de conteúdo e da literatura disponível, o que é verificado da França e da Alemanha durante o período de crise podem indicar preponderância de interesses alemães.

Em conclusão, de forma geral, os dados apresentados acima estão em concordância com o que refere a literatura acerca da influência alemã durante o período da crise. Por mais que o posicionamento favorável da França a medidas que fizessem contrapeso à austeridade alemã tenha sido importante para pacotes de apoio aos países afetados, as preferências da Alemanha se sobressaíram em relação às da França (Schild, 2013; Schimmelfennig, 2015; Maris & Sklias, 2016; Schoeller, 2018; Schild, 2020). Ainda que tenha sido verificado alinhamento entre a França e a Comissão em questões específicas, como o resgate financeiro e relações próximas com os países beneficiários dos fundos de resgate, este alinhamento foi pontual, fazendo pouca diferença no contexto geral do alinhamento entre a Comissão Europeia e a França.

Capítulo 6 – Conclusão

Neste trabalho o que buscamos verificar foi se Alemanha e França foram capazes de exercer influência sobre a Comissão Europeia durante a crise da zona euro. Como referido na secção anterior, a resposta para a questão de investigação deste trabalho é parcialmente afirmativa, considerando que os dados sugerem mais influência da Alemanha sobre a Comissão Europeia, a partir de ambas as fases de análise de conteúdo.

Como mencionamos no Capítulo 4, o aspeto “influência” foi medido através do alinhamento entre os atores sob análise, nomeadamente: Alemanha, França, Comissão Europeia e Holanda. Levando-se em consideração que, devido ao peso histórico da Alemanha e da França em momentos decisivos da integração e a relevância destes Estados-membros durante a crise, o alinhamento de posicionamentos políticos entre os atores sob análise se configura como instrumento apropriado para que a influência seja verificada. Igualmente, como é afirmado por Michalowitz (2007, p. 134), mudanças no posicionamento de atores a serem influenciados servem como parâmetro para verificar influência. Assim, o aspeto longitudinal propiciado pela análise de conteúdo nos períodos pré-crise, durante a crise e após a crise, possibilita verificar se o posicionamento da variável dependente se encontra mais próximo ao das variáveis independentes em comparação ao seu posicionamento inicial.

A preponderância alemã durante a crise do euro já dispõe de literatura que corrobora com os resultados apresentados nesta tese. Porém, em trabalhos como os de Schild (2013; 2020), Schimmelfennig (2015), Maris & Sklias (2016), e Schoeller (2018), a relevância da Alemanha durante a crise não é apresentada sob a perspetiva da influência exclusiva sobre o âmbito institucional da UE. Nesse sentido, a principal contribuição que buscamos apresentar com este trabalho foi proporcionar mais dados que sugerem a influência da Alemanha sobre a Comissão Europeia durante a crise através de uma base metodológica possível de ser replicada para casos similares.

Para que fosse possível verificar influência, baseamo-nos no trabalho de Heike Klüver (2009), onde a autora também busca analisar níveis de influência e apresenta os instrumentos considerados adequados para tal. A partir do que foi apresentado e concluído por Klüver (2009), selecionamos os dois instrumentos apontados pela autora como mais apropriados para mensurar influência: Wordfish e codificação manual. Em termos metodológicos, compreendemos que a proposta feita por Klüver (2009) de um método misto de duas fases – uma quantitativa e outra qualitativa – foram decisivos para que chegássemos à conclusão desta

investigação. A escolha da análise de conteúdo em duas fases não somente permitiu uma visão geral dos posicionamentos da Alemanha, França e Comissão Europeia por meio de codificação automática, como também possibilitou analisar o fenómeno da crise em profundidade através da codificação manual. Tanto a fase de codificação automática quanto a fase de codificação manual, se utilizadas por si só, apresentariam limitações para verificar a influência sobre a Comissão Europeia. No entanto, a combinação das duas etapas de codificação permitiu que algumas desvantagens de cada método fossem compensadas o suficiente para uma conclusão sólida acerca da influência. Porém, visando futuros trabalhos que venham a se utilizar destes mesmos métodos, é importante que sejam discutidas as limitações de cada fase da análise de conteúdo.

A começar pelas limitações encontradas na fase de codificação automática, a primeira foi a falta de dados da Alemanha no momento pré-crise. Apesar de esta falta de dados não ter prejudicado a análise, a ausência destes documentos impossibilita uma comparação do alinhamento da Alemanha com a CE entre momentos pré e durante a crise. Em segundo lugar, todos os documentos submetidos à análise através do Wordfish devem, obrigatoriamente, estar no mesmo idioma para análise, o que demandou considerável tempo de tradução dos documentos da França, que eram os únicos que não apresentavam versões em língua inglesa. Em terceiro lugar, o Wordfish não disponibiliza ferramentas para uma análise longitudinal, ou seja, ao longo do tempo (Jentsch, Lee & Mammen, 2019). Por esta razão, foi necessário formar grupos de documentos referentes a cada um dos períodos aqui analisados: pré-crise, crise e pós-crise. Por fim, o manual escrito por Proksch & Slappin no ano de 2008, já se encontra desatualizado. A partir de 2018, Wordfish passou a ser uma função presente no pacote *quantda* (Benoit et al., 2018), um pacote da linguagem R para análise estatística de documentos em texto, o que modificou diversos aspetos em termos de sintaxe do código, dificultando consideravelmente a compreensão do passo a passo de funcionamento.

Já na fase de codificação manual, a principal dificuldade se configura pelo tempo demandado para a análise de conteúdo de discursos de chefes de governo. As vantagens obtidas por esta fase de codificação sobressaem as desvantagens, no entanto, tanto a pré-seleção dos discursos a serem analisados manualmente quanto o momento da análise em si requerem muito tempo despendido para que os resultados sejam fiáveis. No que tange a pré-seleção, foi necessário certificar que o conteúdo de cada documento estava de acordo com os objetivos da investigação e estabelecer um número máximo de documentos a serem analisados por ano. Em casos como os da França, em que o volume inicial de documentos

recolhidos foi superior a 600, o tempo despendido nesta tarefa foi particularmente longo. Igualmente, buscar a maior precisão possível no tema dos documentos analisados nesta fase implicou a exclusão de um grande número de documentos, o que foi particularmente problemático na análise do período pré-crise.

Porém, apesar das limitações de cada fase de codificação, a combinação de métodos permitiu a análise de aspetos distintos em cada fase, proporcionando resultados complementares. Assim, os resultados encontrados através das duas fases de codificação associados à literatura disponível indicam que a influência sobre a Comissão Europeia parte maioritariamente da Alemanha. O alinhamento entre a Alemanha e a Comissão Europeia se demonstrou maior do que o alinhamento entre a França e a Comissão em ambas as fases de codificação. Na fase de codificação automática foi verificado o alinhamento entre a França e a Comissão Europeia apenas em relação ao posicionamento favorável ao resgate financeiro. No entanto, como demonstrado nas secções anteriores, este alinhamento foi pontual, não sendo suficiente para que se afirme influência substancial por parte da França. Igualmente, ainda que a Holanda tenha demonstrado o alinhamento mais próximo à Comissão Europeia em ambas as fases de codificação, a literatura sugere que o posicionamento neerlandês se encontra condicionado pela sua proximidade com a Alemanha. Como é mencionado por Schimmelfennig (2015), durante a crise a Holanda se encontrava alinhada a países do Norte Europeu, cujo posicionamento em favor da austeridade era embasado por propostas de medidas feitas pela Alemanha. No entanto, a literatura disponível não apresenta conclusões sobre a influência neerlandesa durante a crise do euro. Este aspeto pode ser mais bem desenvolvido em trabalhos futuros que busquem analisar em maior profundidade as intenções da Holanda no contexto da crise do euro.

Como referido anteriormente, muitas das movimentações em reação à crise se estabeleceram através de vias intergovernamentais (Degner, 2016). E, como referido por Schild (2013), estas movimentações foram – em grande maioria – impulsionadas pela Alemanha. Em alguns casos, como o resgate financeiro, a inflexibilidade da Alemanha somente foi interrompida pelo receio de que a Grécia deixasse a União Europeia. Segundo Schimmelfennig (2015), a Alemanha só cede em relação ao resgate por acreditar que a saída grega da União Europeia poderia “contagiar” os demais países afetados, como Espanha, Itália e Irlanda, por exemplo. Igualmente, como apontado por Maris & Sklias (2016) e Schild (2020), o papel de preponderância da Alemanha durante a crise se configura também pelo resultado dessas movimentações, ou seja, pelo modelo adotado nas medidas de contenção da crise.

Schild (2020) refere que medidas como o fortalecimento do Compacto Fiscal e do Mecanismo Europeu de Estabilidade se originam na tradição de ortodoxia liberal alemã. O trabalho de 2020 publicado pelo autor aponta para *outcomes* de medidas tomadas durante a crise que refletem mais os interesses alemães do que os interesses franceses. Assim, a partir dos dados das duas fases de codificação e do que refere a literatura existente acerca do contexto da crise, podemos concluir afirmando maior influência alemã sobre a Comissão Europeia.

Outro aspeto a ser referido é a vulnerabilidade francesa frente à crise *versus* a situação relativamente mais favorável da Alemanha. Este contexto possibilitou a preponderância de preferências alemãs. De acordo com Maris & Sklias (2016, p. 11), a influência francesa tem diminuído progressivamente nas últimas décadas. Assim, no momento da crise a assimetria de poder entre França e Alemanha foi mais acentuada, o que nos leva a referir novamente Wível (2010) quando o autor afirma que quanto mais vulnerável um país está, menos espaço de barganha ele possui. Nesse sentido, o que é afirmado por Maris & Sklias (2016), quando os autores apontam para a diferença entre preferências alemãs e francesas, encontra-se em linha com o que afirmamos nesta investigação: a influência sobre a Comissão Europeia é mais exercida pela Alemanha do que pela França. Estes resultados são também corroborados pelos resultados das duas hipóteses aqui propostas, onde verificamos o posicionamento de liderança de França e Alemanha e os níveis de alinhamento entre os dois Estados-membros durante a crise. Os resultados de Hipótese 1 indicam que tanto a Alemanha quanto a França se apresentam como líderes em relação às medidas a serem tomadas durante a crise. Porém, enquanto a França tende a referir uma liderança “partilhada” com mais frequência, a Alemanha quase não faz referências à França em seus documentos, sugerindo posicionamento individual da Alemanha. Igualmente, na Hipótese 2, os resultados apontam uma postura individual constante da Alemanha durante a crise, mantendo certa distância da França desde o início da crise, em 2008, até o momento pós-crise (entre 2014 e 2016).

Por fim, a partir da proeminência da Alemanha sugerida pelos dados aqui apresentados, este estudo demonstrou alguns efeitos das assimetrias entre os Estados-Membros. Embora o desenho institucional da UE tenha sido desenvolvido para garantir um equilíbrio entre as instituições e entre os Estados-Membros (Fabbrini, 2015, p. 4), os resultados deste trabalho sugerem uma falha no funcionamento destas estruturas. Por mais que algumas medidas tomadas durante a crise tenham partido de negociações entre o âmbito institucional original, estas não foram suficientes para conter os efeitos das negociações intergovernamentais sobre o posicionamento da Comissão Europeia (Schmidt, 2016). Nesse

sentido, Lequesne (2016, p. 52) refere que a crise do euro pode ser considerada como um bom exemplo em termos de influência dos Estados-membros e sua respetiva capacidade de influenciar mudanças institucionais na UE.

A afirmação de Lesquesne (2016) é corroborada pelos trabalhos de Schild (2013; 2020), Schmidt (2016) e Schoeller, Guidi & Karagiannis (2017), onde os autores demonstram como a Alemanha e a França se mobilizaram fora do âmbito institucional para garantir o apoio de outros Estados-membros durante as negociações oficiais. Dessa forma, consideramos que este trabalho contribui com conclusões que complementam resultados encontrados em trabalhos como os de Schild (2013; 2020), Schimmelfennig (2015), Maris & Sklias (2016; 2020), Schoeller, Guidi & Karagiannis (2017) e Schoeller (2018). A análise dos 418 documentos nos permite sugerir a proeminência da influência exercida pela Alemanha sobre o posicionamento da Comissão no momento da crise. Estes resultados apontam para uma falha no sistema de governança da União Europeia, onde o que foi referido por Maris & Sklias (2020) como “*feedback loop*” favorece a prevalência de Estados-membros mais influentes sobre processos de tomada de decisão. As conclusões dos autores sustentam que a origem do *feedback loop* se encontra na própria estrutura da construção europeia, onde as preferências de Estados-membros mais influentes são difundidas e perpetuadas através da própria estrutura institucional – como o que foi referido por Schild (2013), quando o autor aponta para as atividades de mobilização de outros Estados-membros e *agenda-setting* desempenhadas pela França e pela Alemanha antes de reuniões oficiais, no momento da crise.

Assim, sugerimos que trabalhos futuros contemplem não somente a variante económica quando se tratando da assimetria entre Estados-membros e sua capacidade de influência. Como referimos anteriormente, os instrumentos de análise aqui utilizados mostraram-se úteis para verificar influência, possibilitando identificar a atividade de Estados-membros mais influentes em outros domínios. Um exemplo de situação similar que pode ser analisado através dos métodos aqui utilizados é a crise de migração – ou crise da zona Schengen – onde Schimmelfennig (2018) refere uma grande resistência de governos nacionais na adoção de medidas comuns. Também, como apontado por Panke (2011), há uma lacuna académica no que tange a atividade de Estados que buscam influenciar uma problemática específica. Por mais que estas questões sejam tratadas através da atividade de grupos de interesse e partidos políticos, o interesse individual do Estado não deve ser negligenciado. Como sugerem os resultados deste trabalho, a atividade individual do Estado se mostra efetiva na busca pela satisfação dos interesses nacionais. Partindo desta afirmativa no âmbito

económico, devem ser consideradas também as intensidades de interesse de outros Estados-membros em outros domínios políticos, de modo que a assimetria e a influência possam também ser identificadas em diferentes temáticas da agenda europeia.

Referências Bibliográficas

Álvarez, A. (2019). *R Packages: A Beginner's Guide - An introduction to R packages based on 11 of the most frequently asked user questions*. Retirado de: <https://www.datacamp.com/community/tutorials/r-packages-guide#what>

Andor, L. (2018). The Unifying Role of the Single Currency. *Intereconomics*. 53(4), 215-220.

Areilza, J. M. (2009). The history and foundation of European Integration: a contribution to the debate on the future of the Union. Em: Arvanitopoulos, C. (2009), *Reforming Europe: the role of Centre-right* (pp. 9-21). Berlin: Springer-Verlag Berlin Heidelberg.

Bardin, L. (1977). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bauer, M. W., Becker, S. (2014). The Unexpected Winner of the Crisis: The European Commission's Strengthened Role in Economic Governance. *Journal of European Integration*. 36(3), 213-229.

Baun, M. J. (1995-1996). The Maastricht Treaty as high politics: Germany, France and European integration. *Political Science Quarterly*. 110(4), 605-624.

Benoit, K., Watanabe, K., Wang, H., Nulty, P., Obeng, A., Müller, S., & Matsuo, A. (2018). *quanteda: An R package for the quantitative analysis of textual data*. *Journal of Open Source Software*. 3(30), 774.

Bogain, A. (2014). Demons, Ants, Giants and Dwarves: The Construction of Germany's Handling of the Euro Crisis in French Political Discourse. *Journal of Contemporary European Studies*. 22(1), 7-23.

Börzel, T. A., Risse, T. (2017). From the euro to the Schengen crises: European integration theories, politicization, and identity politics. *Journal of European Public Policy*. 25(1), 83-108.

Boyer, Y. (1996). France and Germany. Em: Heurlin, B. (Ed.) (1996). *Germany in Europe in the Nineties* (pp. 241-256). Basingstoke: Macmillan.

- Braillard, P. (1990). *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Brandão, A. P., Coutinho, F. P., Camisão, I., & Abreu, J. C. (Eds.) (2017). *Enciclopédia da União Europeia*. Lisboa: Petrony Editora.
- Bressan, R. N. (2015). Elites políticas, integração regional e política externa. *Revista Estudos Políticos*. 6(1), 239-264.
- Bulmer, S. (2014). Germany and the Eurozone Crisis: Between Hegemony and Domestic Politics. *West European Politics*. 37(6), 1244-1263.
- Camisão, I. (2017). Comissão Europeia. Em: Brandão, A. P., Coutinho, F. P., Camisão, I. & Abreu, J. C. (Eds.) (2017). *Enciclopédia da União Europeia* (pp. 78-81). Lisboa: Petrony Editora.
- Chirac, J. (2006). *Conférence de presse conjointe de M. Jacques Chirac, Président de la République, et de Mme Angela Merkel, Chancelière de la République fédérale d'Allemagne, notamment sur les relations franco-allemandes, la construction européenne, la non prolifération des armes nucléaires, et sur la baisse du taux de TVA*. Disponível em: <https://bitly.com/aLWaN>.
- Chirac, J. (2007). *Déclaration télévisée de M. Jacques Chirac, Président de la République, sur la politique gouvernementale menée sous sa présidence et les perspectives d'avenir pour la France et l'Union européenne, le 11 mars 2007*. Disponível em: <https://bitly.com/Qiz0m>.
- Cole, A. (2008). Franco-German Relations: From Active to Reactive Cooperation. Em: Hayward, J. (Ed.) (2008). *Leaderless Europe* (pp. 147-166). Oxônia: Oxford University Press.
- Cram, L., Dinan, D., & Nugent, N. (Eds.) (1999). *Developments in the European Union*. Basingstoke: Macmillan Press Ltd.
- Crespy, A., Schmidt, V. (2014). The clash of titans: France, Germany and the discursive double game of EMU reform. *Journal of European Public Policy*. 21(8), 1085–1101.
- Cunha, A. (2017). Adesão (Portugal). Em: Brandão, A. P., Coutinho, F. P., Camisão, I. & Abreu, J. C. (Eds.) (2017). *Enciclopédia da União Europeia* (pp. 17-20). Lisboa: Petrony Editora.

Daehnhardt, P. (2007). De Kohl a Merkel: a gradual afirmação da Alemanha como grande potência euro-atlântica. *Relações Internacionais*. 14(3), 27-45.

Daehnhardt, P. (2013). Relações Alemanha-França: dinâmicas entre parceiros desiguais (I). *Janus 2013 Anuário de Relações Exteriores*. 15, 154-155.

Della Porta, D., Keating, M. (2008). *Approaches and methodologies in the Social Sciences*. Nova Iorque: Cambridge University Press.

Degner, H. (2016). European integration in response to the 'Euro Crisis' 2010–2013. Em: Saurugger, S., Terpan, F. (Eds.) (2016). *Crisis and Institutional Change in Regional Integration* (pp. 23-40). Nova Iorque: Routledge.

Dinan, D. (Ed.) (1998). *Encyclopaedia of the European Union*. Basingstoke: Macmillan.

Diogo, J. F. (2017). Crise da cadeira vazia. Em: Brandão, A. P., Coutinho, F. P., Camisão, I. & Abreu, J. C. (Eds.) (2017). *Enciclopédia da União Europeia* (pp. 121-123). Lisboa: Petrony Editora.

Dür, A. (2008). Measuring Interest Group Influence in the EU: A Note on Methodology. *European Union Politics*. 9(4), 559-577.

Dyson, K. (1999). The Franco-German relationship and economic and monetary union: Using Europe to 'Bind Leviathan'. *West European Politics*. 22(1), 25-44.

Fabbrini, F. (2015). States' Equality v States' Power: the Euro-crisis, Inter-state Relations and the Paradox of Domination. *Cambridge Yearbook of European Legal Studies*. 17 (2015), 3-35.

Finke, D., Bailer, S. (2019). Crisis bargaining in the European Union: Formal rules or market pressure? *European Union Politics*. 20(1), 109-133.

Garrett, G. (1993). The politics of Maastricht. *Economics and Politics*. 5(2), 105-123.

Gehring, T. (1996). Integrating integration theory: neo-functionalism and international regimes. *Global Society*. 10(3), 225-253.

Haas, E. (1966). *Partidos políticos y grupos de presión en la integración europea*. Buenos Aires: INTAL – Instituto para la Integración de la América Latina.

Hoffmann, S. (1982). Reflections on the Nation-State in Western Europe Today. *Journal of Common Market Studies*. 21 (1), 21-38.

Hooghe, K., Marks, G. (2008). A Postfunctionalist Theory of European Integration: From Permissive Consensus to Constraining Dissensus. *B.J.Pol.S.* 39(1), 1–23.

Hooghe, L., Marks, G. (2018). Re-engaging Grand Theory: European Integration in the 21st Century. *European University Institute, Robert Schuman Centre for Advanced Studies*. 43, 1-37.

Jentsch, C., Lee, E. R., Mammen, E. (2019). Time-dependent Poisson reduced rank models for political text data analysis. *Computational Statistics and Data Analysis*. 142, 1-15.

Keohane, R. O., Nye, J. S. (1977). *Power and Interdependence*. Londres: Pearson.

Klüver, H. (2009). Measuring interest group influence using quantitative text analysis. *European Union Politics*. 10 (4), 535-549.

Krippendorff, K. (2004). *Content analysis: an introduction to its methodology*. Thousand Oaks: Sage Publications, Inc.

Krotz, U., Maher, R. (2016). Europe's crises and the EU's 'big three'. *West European Politics*. 39(6), 1-20.

Laffan et al. (2016). Core-periphery relations in the European Union. Em: Magone, J. N., Laffan, B. & Schweiger, C. (Eds.) (2016). *Core-periphery Relations in the European Union: Power and Conflict in a Dualist Political Economy* (pp. 298-304). Londres: Routledge.

Lappenküper, U. (2008). On the path to a “Hereditary Friendship”? Franco-German relations since the end of the Second World War. Em: Germond, C., Türk, H. (Eds.) (2008). *On the path to a “Hereditary Friendship”? Franco-German relations since the end of the Second World War* (pp. 151-164). Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Lehne, S. (2012). *The big three in EU foreign policy*. Washington: Carnegie Endowment for International Peace.

Lequesne, C. (2016). The Eurozone crisis and European integration: 'New intergovernmentalism' as a valid theory. Em: Saurugger, S., Terpan, F. (Eds.) (2016). *Crisis and Institutional Change in Regional Integration* (pp. 41-59). Nova Iorque: Routledge.

Long, T. (2017). It's not the size, it's the relationship: from 'small states' to asymmetry. *International Politics*. 54, 144-160.

Maris, G., Sklias, P. (2016). France, Germany and the new framework for EMU governance. *Journal of Contemporary European Studies*. 24(1), 1–23.

Maris, G., Sklias, P. (2020). European integration and asymmetric power: dynamics and change in the EMU. *European Politics and Society*. 1-17.

Maurer, H., Grussenmeyer, P. (2015). Financial assistance measures in the euro area from 2008 to 2013: statistical framework and fiscal impact. *Statistics Paper Series - European Central Bank*. 9, 1-38.

McAllister, R. (1997). *From EC to EU: an historical and political survey*. Londres: Routledge.

Merkel, A. (2006). *Conférence de presse conjointe de M. Jacques Chirac, Président de la République, et de Mme Angela Merkel, Chancelière de la République fédérale d'Allemagne, notamment sur les relations franco-allemandes, la construction européenne, la non prolifération des armes nucléaires, et sur la baisse du taux de TVA*. Disponível em: <https://bityli.com/aLWaN>.

Merkel, A. (2012). *Speech by Federal Chancellor Angela Merkel in the European Parliament in Brussels, 2012*. Retirado de: <https://www.bundeskanzlerin.de/bkin-en/news/speech-by-federal-chancellor-angela-merkel-in-the-european-parliament-in-brussels-606998>.

Michalowitz, I. (2007). What determines influence? Assessing conditions for decision-making influence of interest groups in the EU. *Journal of European Public Policy*. 14(1), 132-151.

Mitrany, D. (1943). *A working peace system: An argument for the functional development of international organization*. Londres: The Royal Institute of International Affairs.

Moniz, C. B. (2017). Tratado de Maastrich. Em: Brandão, A. P., Coutinho, F. P., Camisão, I. & Abreu, J. C. (Eds.) (2017). *Enciclopédia da União Europeia* (pp. 447-450). Lisboa: Petrony Editora.

Moravcsik, A. (1991). Negotiating the Single European Act: national interests and conventional statecraft in the European Community. *International Organization*. 45(1), 19-56.

Moravcsik, A. (1993). Preferences and power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach. *Journal of Common Market Studies*. 31(4), 473-523.

Moravcsik, A. (1998a). De Gaulle and Europe: historical revision and social science theory. Cambridge: *Minda de Gunzburg Center for European Studies*. 1-84.

Moravcsik, A. (1998b). *The choice for Europe: Social purpose & State power from Messina to Maastrich*. Nova Iorque: Routledge.

Moury, C. (2016). *A democracia na Europa*. Edição do Kindle. Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Neuendorf, K. A. (2017). *The content analysis guidebook*. Thousand Oaks: SAGE Publications, Inc.

Nugent, N., Rhinard, M. (2015). *The European Commission*. Londres: Palgrave Macmillan.

Øhrgaard, J. C. (1997). Less than supranational, more than governmental: The European political cooperation and the dynamics of intergovernmental integration. *Millennium: Journal of International Studies*. 26(1), 1-29.

Panke, D. (2011). Lobbying Institutional Key Players: How States Seek to Influence the European Commission, the Council Presidency and the European Parliament. *Journal of Common Market Studies*. 50(1), 129-150.

Patrício, R. (2006). As relações em eixo – novo paradigma da teoria das relações internacionais? *Revista Brasileira de Política Internacional*. 49(2), 5-24.

Proksch, S. O., Slapin, J. B. (2008). A Scaling Model for estimating Time-Series Party Positions from texts. *American Journal of Political Science*. 52(3), 705-722.

Proksch, S. O., Slapin, J. B. (2009a). *Wordfish Manual (version 1.3)*. Retirado de: www.wordfish.org

Proksch, S. O., Slapin, J. B. (2009b). How to avoid pitfalls in Statistical Analysis of Political Texts: The Case of Germany. *German Politics*. 18(3), 323-344.

Ragin, C. C. (1987). *The comparative method: Moving beyond qualitative and quantitative strategies*. Oakland: University of California Press.

Ramos, C., Maior, P. V. (2007). Perspectivas teóricas sobre a integração europeia. *Relações Internacionais*. 16, 103-116.

Reis, L. (2017). Intergovernamentalismo. Em: Brandão, A. P., Coutinho, F. P., Camisão, I. & Abreu, J. C. (Eds.) (2017). *Enciclopédia da União Europeia* (pp. 223-224). Lisboa: Petrony Editora.

Ribeiro, S. N. (2017). Neofuncionalismo. Em: Brandão, A. P., Coutinho, F. P., Camisão, I. & Abreu, J. C. (Eds.) (2017). *Enciclopédia da União Europeia* (pp. 265-267). Lisboa: Petrony Editora.

Rocha, M. E. (2017). Adenauer, Konrad. Em: Brandão, A. P., Coutinho, F. P., Camisão, I. & Abreu, J. C. (Eds.) (2017). *Enciclopédia da União Europeia* (pp. 14-17). Lisboa: Petrony Editora.

Ross, G. (2011). *The European Union and its crises: through the eyes of the Brussels' elite*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

RStudio Team (2020). *RStudio: Integrated Development for R*. Boston: RStudio, PBC. Retirado de: <http://www.rstudio.com/>

Rücker, K. (2008). What role for Europe in the international arena of the early 1970s? How France and Germany were able to matter. Em: Germond, C., Türk, H. (Eds.) (2008). *On the*

path to a "Hereditary Friendship"? Franco-German relations since the end of the Second World War (pp. 211-221). Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Sarkozy, N. (2010). *Déclaration de M. Nicolas Sarkozy, Président de la République, sur l'appui apporté par la France et les autres pays de l'Union européenne à la Grèce face aux spéculations financières, à Paris le 7 mars 2010*. Disponible em: <https://bityli.com/L9usA>.

Sarkozy, N. (2011). *Déclaration de M. Nicolas Sarkozy, Président de la République, sur les réformes mises en œuvre en Grèce et les mesures pour l'intégration économique de la Zone euro, à Paris le 30 septembre 2011*. Disponible em: <https://bityli.com/8ITOp>.

Saunier, G. (2008). A special relationship: Franco-German relations at the time of François Mitterrand and Helmut Kohl. Em: Germond, C., Türk, H. (Eds.) (2008). *On the path to a "Hereditary Friendship"? Franco-German relations since the end of the Second World War* (pp. 235-247). Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Schild, J. (2013). Leadership in hard times: Germany, France, and the Management of the Eurozone Crisis. *German Politics and Society*. 106(31), 24-47.

Schild, J. (2020). EMU's asymmetries and asymmetries in German and French influence on EMU governance reforms. *Journal of European Integration*. 42(3), 449-464.

Schmidt, V. A. (2016). Reinterpreting the rules 'by stealth' in times of crisis: a discursive institutionalist analysis of the European Central Bank and the European Commission. *West European Politics*. 39(5), 1032-1052.

Schmitter, P. C. (2005). Ernst B. Haas and the legacy of neofunctionalism. *Journal of European Public Policy*. 12(2), 255-272.

Schimmelfennig, F. (2015). Liberal intergovernmentalism and the euro area crisis. *Journal of European Public Policy*. 22(2), 177-195.

Schimmelfennig, F. (2018). European integration (theory) in times of crisis. A comparison of the euro and Schengen crises. *Journal of European Public Policy*. 25(7), 969-989.

Schoeller, M. (2018). The Rise and Fall of Merkozy: Franco-German Bilateralism as a Negotiation Strategy in Eurozone Crisis Management. *Journal of Common Market Studies*. 56(5), 1-17.

Schoeller, M., Guidi, M., & Karagiannis, Y. (2017). Explaining Informal Policy-Making Patterns in the Eurozone Crisis: Decentralized Bargaining and the Theory of EU Institutions. *International Journal of Public Administration*. 40(14), 1-12.

Silva, J. A. (2017). Beyen, Johan Willem. Em: Brandão, A. P., Coutinho, F. P., Camisão, I. & Abreu, J. C. (Eds.) (2017). *Enciclopédia da União Europeia* (pp. 59-62). Lisboa: Petrony Editora.

Stark, H. (2006). The Franco–German Relationship, 1998–2005. Em: Maull, H. W. (Ed.) (2006). *Germany's uncertain power: foreign policy of the Berlin Republic* (pp. 109-121). Basingstoke: Palgrave Macmillan.

Steinberg, F., Cienfuegos, I. M. A. (2012). El nuevo gobierno del Euro: Ideas Alemanas, Intereses divergentes e Instituciones Comunes. *Revista de Economía Mundial*. 30, 59-81.

Volkens, A., Krause, W., Lehmann, P., Matthieß, T., Merz, N., Regel, S., & Weßels, B. (2018). The Manifesto Project Dataset - Codebook. Em: *Manifesto Project (MRG /CMP/MARPOR) - Version 2018b*. Berlin: Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung (WZB).

Warlouzet, L. (2010). Charles de Gaulle's Idea of Europe: The Lasting Legacy. *Kontur*. 19, 21-31.

Webber, D. (1999). *The Franco-German relationship in the European Union*. Londres: Routledge.

Weinachter, M. (2008). Franco-German relations in the Giscard-Schmidt era, 1974–81. Em: Germond, C., Türk, H. (Eds.) (2008). *On the path to a "Hereditary Friendship"? Franco-German relations since the end of the Second World War* (pp. 223-233). Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

Wivel, A. (2010). From Small State to Smart State: Devising a Strategy for Influence in the European Union. In: Steinmetz, R., Wivel, A. (Eds.) (2010). *Small States in Europe: Challenges and opportunities* (pp. 15-30). Farnham: Ashgate Publishing Limited.

Zeiner, C., Meister, W. (2013). Der Haftungspegel und die potenziellen Haftungssummen der einzelnen Euroländer. *ifo Schnelldienst*. 22(66), 46-50.

Apêndice 1 – Variáveis do Codebook

Domínio 1: Relações externas

per101 – Relações exteriores especiais (positivo)

Menções favoráveis a países em particular com o qual possui relações especiais de cooperação e/ou auxílio para com estes.

Nota de adaptação: Nesta variável serão particularmente observadas menções positivas referentes a países que receberam resgate financeiro.

per102 – Relações exteriores especiais (negativo)

Menções negativas a países em particular com o qual possui relações especiais.

Nota de adaptação: Nesta variável serão particularmente observadas menções negativas referentes a países que receberam resgate financeiro.

per103_1 – Anti-imperialismo: influência financeira internacional

Referências negativas e afirmações contra organizações financeiras internacionais ou Estados que utilizem meios monetários para exercer forte influência sobre outros. Pode incluir: afirmações contra o Banco Mundial, FMI, Consenso de Washington, declarações contra a dívida externa que circunscrevem as ações do Estado.

per108_3 – (adaptada a partir da variável per108) – Comunidade/ União Europeia (Positivo)

Menções favoráveis à Comunidade/ União Europeia.

Favorável ao aumento das competências da UE.

per110 – Comunidade/ União Europeia (Negativo)

Referências negativas à Comunidade/ União Europeia. Pode incluir:

- Oposição a políticas específicas da UE que são preferidas por autoridades europeias;
 - Oposição a contribuições do país ao orçamento da UE.
-

Domínio 4: Economia

per404_1 (adaptada) – Planeamento Económico

Menções favoráveis a planeamento económico de longa data pela UE (planos políticos e estratégias de natureza consultiva ou vinculativa).

per406 (adaptada) - Protecionismo: Positivo

Menções favoráveis em estender ou manter a proteção de mercados internos.

per407 - Protecionismo: Negativo

Apoio ao conceito de livre comércio e mercados abertos. Apelo à abolição todos os meios de proteção do mercado.

per408 - Objetivos económicos

Objetivos económicos abrangentes e gerais que não são mencionados em nenhuma outra categoria. Declarações económicas genéricas que não se enquadram em um objetivo específico.

Nota: Posicionamentos relativos a políticas e medidas não devem ser incluídas nesta categoria. Se não há posicionamento específico, esta categoria se aplica.

per414 - Ortodoxia Económica

Necessidade de um governo economicamente saudável. Pode incluir:

- Redução de défices orçamentários;
 - Retração em momentos de crise;
 - Saldo em poupança e reservas frente a momentos críticos;
 - Suporte para instituições económicas tradicionais, como mercado de ações e sistema bancário;
 - Suporte para moeda forte.
-

Domínio 0 – Resgate Financeiro e Medidas tomadas durante a Crise

var001 – Resgate Financeiro (positivo)

Menções favoráveis ao resgate financeiro concedido durante a crise.

var002 – Resgate Financeiro (negativo)

Menções negativas ao resgate financeiro concedido durante a crise.

var003 – Medidas tomadas durante a crise (positivo)

Menções favoráveis a medidas tomadas durante a crise voltadas à recuperação económica e financeira. Pode incluir menções favoráveis a (o):

- Semestre europeu;
 - Procedimento relativo aos Desequilíbrios Macroeconómicos (PDM);
 - Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF);
-

-
- Instrumento Europeu de Instabilidade Financeira (EFSF);
 - Mecanismo Único de Supervisão (MUS);
 - Operações de Refinanciamento a Longo Prazo (ORLP);
 - Tratado sobre o Mecanismo Europeu de Estabilidade;
 - Compacto Fiscal.
-

var004 – Medidas tomadas durante a crise (negativo)

Menções negativas a medidas tomadas durante a crise voltadas à recuperação económica e financeira. Pode incluir menções negativas a (o):

- Semestre europeu;
 - Procedimento relativo aos Desequilíbrios Macroeconómicos (PDM);
 - Mecanismo Europeu de Estabilização Financeira (MEEF);
 - Instrumento Europeu de Instabilidade Financeira (EFSF);
 - Mecanismo Único de Supervisão (MUS);
 - Operações de Refinanciamento a Longo Prazo (ORLP);
 - Tratado sobre o Mecanismo Europeu de Estabilidade;
 - Compacto Fiscal.
-

var005 – Atribuição de responsabilidade (direcionada)

Afirmações que atribuam responsabilidade do cumprimento das medidas de estabilidade aos países que receberam resgate financeiro.

var006 – Atribuição de responsabilidade (coletiva)

Afirmações que atribuam responsabilidade do cumprimento das medidas de estabilidade ao continente europeu como um todo.

var007 – Relações exteriores especiais com Alemanha e/ou França

Menções favoráveis à França e/ou Alemanha com o qual possui relações especiais de cooperação e/ou auxílio para com estes.

var008 – Relações exteriores especiais com a Comissão Europeia (positivo)

Menções favoráveis por parte da França, Alemanha e Estado-membro de controlo (Holanda) em termos de relações especiais de cooperação e/ou auxílio com a Comissão Europeia.

Nota: Esta variável somente será aplicada para os documentos proferidos por chefes de governo da França e da Alemanha e do Estado-membro de controlo. No entanto, no caso da Holanda, os documentos analisados também abrangem os de ministros de assuntos financeiros e das relações exteriores.

var009 – Relações exteriores especiais com a Comissão Europeia (negativo)

Menções desfavoráveis por parte dos países à França, Alemanha e ao país de controlo (Holanda) em termos de relações com a Comissão Europeia.

Nota: Esta variável somente será aplicada para os documentos de chefes de governo da França e da Alemanha e o Estado-membro de controlo.

var010 – Relações exteriores especiais com o Estado-membro de controlo (Holanda)

Menções favoráveis ao Estado-membro de controlo (Holanda) com o qual possui relações especiais de cooperação e/ou auxílio para com estes.

Apêndice 2 – Variáveis encontradas na codificação manual

Tabela 18 – Pré-crise (2006 a 2007)

	Alemanha (*) (sem dados)	França	Comissão Europeia (sem dados)	Holanda (sem dados)
Número de documentos	0	5	0	0
Variáveis do Domínio 1				
per101	-	-	-	-
per102	-	-	-	-
per103_1	-	-	-	-
per108_3	5	5	-	-
per110	-	-	-	-
Variáveis do Domínio 4				
per404_1	2	-	-	-
per406	-	-	-	-
per407	1	1	-	-
per408	-	-	-	-
per414	1	-	-	-
Variáveis do Domínio 0				
var001	-	-	-	-
var002	-	-	-	-
var003	-	-	-	-
var004	-	-	-	-
var005	-	-	-	-
var006	-	-	-	-
var007	7	4	-	-
var008	-	-	-	-
var009	-	-	-	-
var010	-	-	-	-

(*) As variáveis da Alemanha acusadas neste período referem-se às que foram encontradas em declarações conjuntas nos documentos franceses.

Tabela 19 – Crise (2008 a 2013)

	Alemanha	França	Comissão Europeia	Holanda
Número de documentos	10	20	29	9
Variáveis do Domínio 1				
per101	1	15	14	-
per102	-	1	-	-
per103_1	-	-	-	-
per108_3	10	48	90	14
per110	1	-	-	-
Variáveis do Domínio 4				
per404_1	4	22	69	-
per406	-	-	-	-
per407	3	4	8	2
per408	1	1	9	-
per414	5	32	31	5
Variáveis do Domínio 0				
var001	-	3	7	-
var002	1	1	-	1
var003	9	30	76	11
var004	-	-	-	-
var005	1	6	5	3
var006	2	15	15	2
var007	2	14	23	1
var008	1	1	-	1
var009	-	-	-	-
var010	-	-	2	-

Tabela 20 – Pós-crise (2014 a 2016)

	Alemanha	França	Comissão Europeia	Holanda
Número de documentos	4	9	9	7
Variáveis do Domínio 1				
per101	1	1	4	1
per102	-	-	-	1
per103_1	-	-	-	-
per108_3	4	15	8	20
per110	-	-	-	-
Variáveis do Domínio 4				
per404_1	-	1	2	-
per406	-	-	-	-
per407	3	-	1	7
per408	1	1	-	-
per414	-	1	4	4
Variáveis do Domínio 0				
var001	-	-	4	1
var002	-	-	-	-
var003	-	1	12	1
var004	-	-	1	-
var005	4	1	5	-
var006	-	1	-	3
var007	3	4	1	1
var008	3	2	-	1
var009	1	-	-	-
var010	-	-	3	-